



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Giovana Leão Caixeta Teixeira

**O sujeito adolescente, o ato infracional e a família: considerações
psicanalíticas sobre *as voltas para casa***

UBERLÂNDIA

2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Giovana Leão Caixeta Teixeira

**O sujeito adolescente, o ato infracional e a família: considerações
psicanalíticas sobre *as voltas para casa***

Texto de defesa de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves

**UBERLÂNDIA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

T266s
2018 Teixeira, Giovana Leão Caixeta, 1993
 O sujeito adolescente, o ato infracional e a família [recurso eletrônico] : considerações psicanalíticas sobre as voltas para casa / Giovana Leão Caixeta Teixeira. - 2018.

 Orientadora: Anamaria Silva Neves.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
 Modo de acesso: Internet.
 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.1258>
 Inclui bibliografia.

 1. Psicologia. 2. Família. 3. Menores - Estatuto legal, leis, etc.. 4. Psicanálise. I. Neves, Anamaria Silva, 1969, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Giovana Leão Caixeta Teixeira

**O sujeito adolescente, o ato infracional e a família: considerações
psicanalíticas sobre *as voltas para casa***

Texto de defesa de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves

Banca Examinadora

Uberlândia, 26 de fevereiro de 2019

Prof.^a Dr.^a Anamaria Silva Neves (Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof.^a Dr.^a Miriam Debieux Rosa (Examinadora)

Universidade de São Paulo – São Paulo, SP

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Examinador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof.^a Dr.^a Juçara Clemens (Examinadora Suplente)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Ailton de Souza Aragão (Examinador Suplente)

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba, MG

UBERLÂNDIA

2018

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Anamaria. Ana, tinha que ser você, tinha que ser eu, tinha que ser essa família. Obrigada pelo vínculo construído nesse caminho.

À minha família, por acreditar em mim e nesse trabalho. À minha mãe, por seus sorrisos, cuidados e por me incentivar sempre a ser raiz em outros lugares. Ao meu pai, pelo amor à poesia e escrita que transmite. Ao meu irmão, Arthur, pela doçura e pelas proteções na infância. Ao Yngvar, por seus olhos brilhantes.

À minha cunhada, Ana, por sua capacidade de cuidar. Ao meu irmão, Victor, por ser tão amável. À Carmen, pelo acolhimento de sempre.

Às minhas avós, Rosa e Iolanda. À vó Rosa, pelas costuras, pelo zelo, pela simplicidade. À vó Iolanda, pelos carinhos e olhos graves.

Aos meus tios, Gelza e Carus, primeiras referências da Psicologia. Aos primos Igor e Henrique, por serem tão especiais.

Ao meu Bruno, por me suportar – no sentido mais bonito do verbo. Por sua incrível capacidade de sensibilidade. Por seu amor.

À família que me acolheu: À Denise, por suas palavras acolhedoras. Ao Romero, pelo interesse em saber como a vida anda. À Priscila e Gabriel, pelas piadas. Ao Dante, pela felicidade que traz. Á Rúbia e Ismael, pelo afeto. Ao Moacir e à Regina, pelas companhias sempre tão agradáveis. Ao Paulinho e Dona Olga, pelos mimos.

Aos amigos: à Méllane, pelo amor e sinceridade de sempre. À Marília, por me fazer pensar que nunca estarei sozinha. À Clara, pelos cuidados e pelas conversas. Ao Fábio, por ser quem é. À Cristiane, pela companhia diária e leve. Ao Gustavo, pela

escuta sempre atenta. À Letícia, por nada ter mudado. Ao Bem, por ser companheiro. Ao Pedro, por tanto tempo.

Aos amigos de graduação Paula Rosa, Paula Inês, Laiane, Jéssica, Guilherme, Patrícia e Rafael: pelo humor e união em momentos possíveis.

Aos meus padrinhos, Maria Inês e Marcos pelas memórias que trazem da infância.

Às pessoas queridas que encontrei no mestrado: ao Leonardo, por nossa capacidade de conexão. À Luma, pela parceria em viagens e nos momentos difíceis do mestrado. À Karen, também pela parceria em viagens, por sua capacidade de fazer rir e pelas provocações. À Carol, pelas conversas, pelo carinho, pelos cafés. À Jaqueline, por ser tão doce. À Paula Medeiros, pela companhia indispensável durante as jornadas difíceis de nosso trabalho em extensão.

Ao grupo de extensão em Unidade de Medidas Socioeducativas e aos meninos que participaram desses momentos delicados e sinceros.

À família deste estudo: ao Henrique, à Maria, Mathias e Inácio por terem aceitado participar dessa pesquisa e por terem despertado em mim sentimentos tão ambivalentes.

À Layla, por suas perguntas.

À minha banca de qualificação, por tanto cuidado. Ao professor João Luiz, pelos ensinamentos indispensáveis. À Mariana Côrtes, pela inspiração.

À professora Dra. Miriam Debieux, por ter aceitado participar da banca de defesa e pela transmissão da Psicanálise em que acredito.

Aos professores Dr. Ailton Souza Aragão e Dra. Juçara Clemens por terem aceitado colaborar com esse trabalho.

À turma 82 de psicologia, por ter me acolhido no Estágio em Docência e pelo prazer que me fizeram ter nesse ensaio.

À Adriana, por ser disponível e compreensiva nos trâmites desse processo. Ao PGPSI, pelo suporte durante essa jornada.

À CAPES, pelo incentivo e financiamento integral dessa pesquisa.

RESUMO

O objetivo traçado por essa pesquisa foi o de analisar a repetição do ato infracional como um dos operadores da dinâmica familiar. Este estudo analisa a trama familiar marcada por passagens ao ato e institucionalizações. Entende-se por trama familiar o enlaçamento de sujeitos que estabelecem entre si vínculos marcados por ambivalências e excessos afetivos de ordens inconscientes. Metodologicamente, a pesquisa esteve amparada nos preceitos psicanalíticos e utilizou a construção de caso como estratégia de análise. Foram realizadas entrevistas com Henrique, garoto de 18 anos, internado pela sétima vez na instituição de medidas socioeducativas. Outras entrevistas foram realizadas com ele, assim que foi desinstitucionalizado, na Clínica de Psicologia da universidade. O pai, a mãe e o padrasto foram entrevistados em seus locais de trabalho ou em visita domiciliar. As interpretações sobre o caso apontam como a casa-família tornou-se lugar de *passagens*, ao passo que a casa-instituição permaneceu como única estadia para Henrique, ainda que precária. Os personagens da trama familiar são também marcados por excessos institucionais: o pai foi preso por tentativa de homicídio, o irmão mais velho está encarcerado por envolvimento com o tráfico, a mãe perdeu a guarda de todos os filhos (conforme parecer de instituições de controle). As interpretações possíveis delineiam-se gradativamente com apontamentos para a intrínseca relação entre os processos de subjetivação e a institucionalização enraizada nos moldes de adestramento civilizatório dos sujeitos. O caso sinaliza a fragilidade do atendimento prestado aos adolescentes em conflito com a lei que, ao completarem a maioridade, não tem destino definido, pois não fora construído qualquer possibilidade de vida fora do claustro, e então, encontram-se radicalmente desamparados. Por fim, produções psicanalíticas que versam sobre o manejo frente às situações de desamparo

social foram apresentadas como formas para se pensar as potencialidades de resistência assumidas pela psicanálise diante da clínica do ato.

Palavras-chave: ato infracional; família; institucionalização; psicanálise.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the repetition of the infraction act as one of family dynamics operator. This study analyzes the familiar plot marked by violence and institutionalizations. The family plot is understood as the entanglement of subjects who establish links between themselves marked by ambivalences and affective excesses of unconscious orders. Methodologically, the research was supported by psychoanalytical precepts and used case construction as a strategy for analysis. Interviews were conducted with Henrique, an 18-year-old boy, interned for the seventh time in an institution of socio-educational measures. Other interviews were conducted with him, as soon as he was deinstitutionalized, at a University Psychology Clinic. The father, the mother and the stepfather were interviewed in their places of work or during a home visit. The interpretations on the case point out how the house-family became a place of passage, while the house-institution remained as the only shelter for Henrique, although precarious. The characters in the family plot are also marked by institutional excesses: the father was imprisoned for attempted murder, the older brother is imprisoned for involvement in trafficking, the mother has lost custody of all her children (as judged by control institutions). The possible interpretations are outlined gradually with notes to the intrinsic relation between the processes of subjectivation and the institutionalization rooted in the molds of civilizational training of the subjects. The case signals the fragility of the service provided to adolescents in conflict with the law, which, when they reach the age of majority, has no definite destination, since no possibility of life outside the cloister had been built, thus becoming radically helpless. Finally, psychoanalytic productions dealing with the management of situations of social helpless were presented as ways of thinking about the potentialities of resistance assumed by psychoanalysis in face of clinic of the act.

Key-words: infractional act; family; institutionalization; psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – ATOS E PASSAGENS.....	21
1.1. Dos dispositivos de controle.....	21
1.2. Psicanálise e ato infracional: leituras possíveis.....	42
1.3. O sujeito do ato.....	49
CAPÍTULO 2 – FAMÍLIA E PSICANÁLISE.....	59
2.1 Recortes da história da família.....	59
2.2 Funcionamento psíquico familiar.....	71
2.3 <i>Casa-instituição</i> e carreira moral.....	76
CAPÍTULO 3 – PSICANÁLISE E PESQUISA.....	80
3.1 Sobre a Psicanálise e a construção do caso.....	80
3.2 Apresentação do caso: cenário, personagens e histórias.....	88
CAPÍTULO 4 – CONSTRUÇÃO DO CASO.....	94
4.1 “É que na verdade eu sou um preso, né”: Henrique-instituição.....	98
4.2 O pai, exausto.....	116
4.3 Das narrativas sobre a mãe.....	121
CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	138

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retomam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos (“A vida dos homens infames”, Foucault, 1977, p.210).

INTRODUÇÃO

A busca pela realização desta pesquisa contou com o impulso de minhas inquietações, na condição de estudante de graduação no curso de Psicologia, com relação às subjetividades atravessadas por instituições públicas de controle social: em princípio, aquelas que tinham em seus contornos o puro traço da marginalidade.

De início, o projeto apresentado na entrada do mestrado versava sobre a criminalização da pobreza das famílias que tinham seus filhos destituídos do poder familiar e destinados a instituições de acolhimento. No entanto, nesse percurso, ao me atentar para o crescente aumento de outro tipo de institucionalização, qual seja, a dos adolescentes que cometeram atos infracionais, fui fisgada pelo interesse em estudar as travessias daqueles que não só estavam no limite da lei como também praticavam sua violação.

Os “*crimes*”, ora encarnados pela pobreza, ora pelo ato dos adolescentes, estiveram margeando a escrita, não sem angústia, deste texto.

Ao pensar sobre as possibilidades de realizar pesquisa dentro de instituição de internação para adolescentes que cometeram atos infracionais, visitei uma dessas unidades do interior de Minas Gerais algumas vezes. A última dessas visitas aconteceu no dia em que as famílias dos meninos iriam vê-los, levando sabonetes, biscoitos, dinheiro e alguns dizeres: havia famílias que apostavam que seus garotos iriam mudar; outras, que só acreditariam *vendo*, testemunhando esse acontecimento.

Havia famílias formadas por pai, mãe e irmão; mãe e namorada, repetidas vezes; por um irmão mais velho de aparência fatigada e calada; mãe que estava aos apuros entre decidir se continuava a trabalhar ou se insistiria em visitar o filho semanalmente;

mãe e irmã mais nova; por mãe e irmão gêmeo que não entraram por falta de documentos.

Durante as três idas a essa instituição, fui colocada em contato com a repetição incansável dos servidores que, ao apresentarem os meninos, diziam: “João (que poderia ser Felipe, Lucas, Gabriel...) está com saída marcada para esse mês, mas no próximo ele estará de volta, né, João?”. O tom jocoso, cínico e agressivo dessas palavras, já impregnadas na dinâmica institucional, suscitou as perguntas sobre *as voltas para casa* desses sujeitos.

A partir desta formulação inicial, busquei analisar as representações psíquicas do ato infracional presentes na trama familiar do sujeito adolescente que cumpria medida socioeducativa em restrição de liberdade e que estivesse por voltar para casa. A realização deste estudo se deu a partir do contato com outra instituição de internação, também localizada no interior de Minas Gerais. A mudança de instituição se deu em função das facilidades de deslocamento da pesquisadora, e em função de o Juiz da Vara da Infância desta outra cidade ter aprovado o projeto de pesquisa.

O objetivo traçado por essa pesquisa foi o de analisar, à luz da teoria psicanalítica, a repetição do ato infracional como um dos operadores que regem a forma de funcionamento da dinâmica familiar. O objeto sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa é compreendido pela trama familiar, entendida como o enlaçamento de sujeitos que estabelecem entre si vínculos marcados por ambivalências e excessos afetivos de ordem inconsciente.

A indicação do caso foi dada pela Vara da Infância e da Juventude, a partir da identificação do adolescente, autor de ato infracional, que mais próximo estava de sair da instituição.

O caso deste estudo narra a história da família de Henrique, que, no início da pesquisa, contava com dezenove anos incompletos, e estava internado em uma Unidade Socioeducativa em função de ter cometido atos infracionais.

A trama familiar é composta pelos personagens Henrique, mãe, pai e padrasto. Outras personagens margeiam a história: a madrasta, a bisavó e avó paternas, a irmã e os dois irmãos. Os personagens-elementos violência e desamparo se fazem também presentes nesta tessitura. A trama familiar diz respeito aos afetos que circundam os sujeitos e os laços possíveis que estabelecem entre si.

Os primeiros contatos são feitos com Henrique, dentro da instituição de internação. Entrevisto o garoto seis vezes lá dentro, enquanto consigo encontrar seu pai, Mathias, três vezes, em seu local de trabalho. No momento em que a situação de Henrique era de internação, Maria, sua mãe, não é encontrada. Apenas, após a desinstitucionalização de Henrique, encontro Maria e Inácio, – padrasto, – na casa do casal.

No entanto, há que se pensar a “desinstitucionalização” de Henrique como movimento burocrático de desligamento da Unidade de Medidas Socioeducativas. Tendo alcançado o estatuto de maioridade, e já próximo ao fim do cumprimento da medida socioeducativa, o garoto não mais poderia voltar para essa instituição. Todavia, é possível afirmar que *Henrique nunca foi efetivamente desinstitucionalizado*. Podemos pensar sua vida radicalmente, cada vez mais, institucionalizada. Há, no caso, como se poderá entrever, a imbricação de sua subjetividade com variadas instituições de controle social.

Henrique forjou-se em *passagens* institucionais. Essas passagens não conferem encadeamento simbólico: é sempre uma passagem, uma passagem, uma passagem... que

não se somam. Não há composição de passado, presente, futuro. A cadeia só se torna significativa (S1-S2), em função de S2, que dá, *retroativamente*, significação à S1 (Nascimento, 2010). As passagens de Henrique não adquirem significação simbólica. Ele diz: “É! Na minha outra cadeia, eu marchei oito meses. Aí depois eu saí” (Henrique, entrevista 1).

No momento de pós-desligamento, Henrique ficou, por cerca de duas semanas, desaparecido. Logo após, ele reapareceu, e eu o atendi, por duas vezes, em uma clínica psicológica universitária. Depois disso, novamente, Henrique desapareceu. Depois, no mesmo dia em que ele me enviou uma mensagem dizendo que voltaria para a clínica universitária, seu pai me contou que ele havia sido pego em tentativa de roubar uma moto, seguida por voz de prisão. Henrique voltou a entrar em contato comigo e desapareceu mais uma vez. Desta última, o pai disse que o filho havia tentado roubar um carro, e que *achava* que Henrique estava preso. A íntima ligação entre dúvida e certeza contornava a menção à prisão do filho, que nasce já institucionalizado.

Apesar de o delineamento do projeto de pesquisa contar com a análise *das voltas para casa* desse sujeito, já nos primeiros encontros com Henrique e seu pai, esse retorno se apresenta como quase-impossível. A casa de Mathias, composta por ele, companheira e enteadas, é descartada pelo pai como possível lugar de acolhida após o desligamento institucional do filho.

Enquanto ainda encontrava-me com Henrique, na Unidade de Mídias Socioeducativas, a presença de sua mãe se mostrava em ausência. Além de não visitar o filho, nem receber as ligações do menino, não consegui encontrá-la em seu endereço para conversar sobre a saída de Henrique da Unidade, e sobre sua necessidade de

encontrar um lugar. Uma das psicólogas da instituição conseguiu encontrá-la uma vez, depois de Henrique relutar, por muito tempo, em disponibilizar o endereço da mãe.

A dimensão do *fracasso* de retorno para “a casa”, sobre a qual nos debruçamos, aponta, no entanto, para o *triunfo* fundamental da institucionalização de parte da trama familiar como forma de subjetivação.

Diante desse cenário, deparo-me com aquilo que talvez não quisesse enxergar: a cena trágica de um garoto de aparência frágil e de narrativas confusas, que repetia sempre precisar de alguém que o ajudasse, sem perspectiva de amparo pós-desligamento institucional. A posição em que me coloco, diante dessas cenas, na tentativa de oferecer algum amparo, é permeada por angústia.

Sou enredada no/pelo caso. O cenário de escuta é quase ensurdecador. Henrique: identificado à imagem de “*bandido*”, nas suas constantes reviravoltas discursivas, que dizem que irá mudar, e que, em outros momentos, sugere que, talvez, possa ser que não haja outra saída além da criminalidade. O Brasil: extasiado pela possibilidade e posterior tomada do poder pela extrema direita, gritando assustadoramente “bandido bom é bandido morto”. Eu me afeto: em mim existe angústia, desesperança, vontade de estar com Henrique, desejo de saber onde ele está em seus desaparecimentos. Desejo de que ele não seja o próximo “bandido bom...”. Desejos que me levam, em alguns momentos, a tentar responder pelo papel quase maternal/missionário que ocupo na contratransferência.

A escrita dessa dissertação está encharcada por inquietações teóricas, mas também pelos afetos que circulam no cenário político-social contemporâneo: o medo e o ódio.

Ao analisar o enredo familiar e sua intimidade com as cenas de violências e de prisões – físicas e psíquicas – de seus membros, pretende-se ir ao encalço do que se faz desconhecido nesse enlace: os afetos, ambivalências, estranhezas e sutilezas que delineiam o óbvio já alcançado. Nesse caminho, se as margens que constroem o caso estão demasiado nítidas, – as violações, as violências, os encarceramentos, os atos –, nos interessa, para além destas, o que há de incerto nesse enredo.

No âmbito maior da discussão sobre os desfechos da saída do adolescente da internação e os vínculos familiares, era fundamental colocar em questão como se processavam os movimentos de espera, esperança, desilusão e afetos diversos que davam tom ao cenário *das voltas para casa*, tomando por princípio as narrativas da família abordada. *As voltas para casa*, no entanto, se tornaram *das voltas para a casa-instituição*.

Frente à multiplicidade de questões que se entrelaçam também na trama desta temática, passaremos, adiante, à abordagem de elementos teóricos que auxiliem a compreensão da dinâmica que envolve o adolescente, seus familiares e o ato infracional.

De acordo com Iannini e Safatle (2015 *apud* Siqueira, 2016), a psicanálise não se contentou em ser a clínica do sofrimento psíquico. As subjetividades, os sofrimentos psíquicos, os afetos são diretamente associados ao social. Em sua radicalidade, é somente a partir da imbricação com o *socius* que o psiquismo poderá se fundar. Como retoma Rosa (2016), Lacan diria que o inconsciente é a política. É este pressuposto psicanalítico que, fundamentalmente, concebe o sujeito como aquele que nasce do contato com o Outro (político, afetivo, social), que orienta nosso trabalho.

Maria Rita Kehl, no prefácio do livro *A clínica psicanalítica em face da dimensão Sociopolítica do Sofrimento*, de Miriam Debieux Rosa (2016), apresenta a

seguinte questão: “O que pode o instrumental psicanalítico, criado para investigar a razão inconsciente do sofrimento individual diante do desafio de uma clínica do social?” (p. 7). Essa inquietação produz traços em nosso trabalho e análises que fazem pensar sobre as possibilidades de resistências dos sujeitos precarizados, desenraizados do laço social, diante de cenas violentas que sugerem impossibilidades simbólicas. Mesmo aos fracassos, acredita-se que a escuta psicanalítica faça frente aos discursos que tamponam os sujeitos e os impedem de construir narrativas sobre o que foi vivenciado. A psicanálise remonta à prática de transformação das vivências em experiências. O testemunho é trazido como paradigma da potência deste estudo.

Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos, pelo Juiz de uma Vara da Infância e da Juventude e pela Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas – SUASE.

Capítulo 1 – ATOS E PASSAGENS

1.1 Dos dispositivos de controle

Neste tópico, recorreremos ao percurso histórico sobre como os meninos e meninas marginalizados, os abandonados e aqueles que praticavam delitos foram abordados por dispositivos de controle, desde a criação da Roda dos Expostos até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

As chamadas “*Rodas dos Expostos*” tiveram sua origem na Idade Média, sendo a primeira delas criada na Itália. Surgiram no século XII, com a aparição de confrarias de caridade, que “se constituíram num espírito de sociedades de socorros mútuos, para a realização das Obras de Misericórdia (enunciadas no século anterior), que eram sete espirituais e sete materiais”¹ (Marcilio, 2016, p. 73).

O primeiro hospital destinado a acolher e assistir crianças abandonadas foi criado em Roma, pelo Papa Inocêncio III. Além dos expostos, este hospital recebia também pobres, peregrinos, doentes e leprosos. Os expostos entravam “através de uma ‘roda’, com um pequeno colchão, onde se depositavam os bebês, estando rigorosamente vedada a busca de informações sobre o expositor” (Marcilio, 2016, p. 73). Uma corda com uma sineta era puxada, e a rodeira ou vigilante saberiam que mais uma criança havia chegado. O expositor, tão logo escutasse o barulho da sineta, ia embora dali.

¹ De acordo com a autora, essas *Opera Pietatis* eram enumeradas, na época, sob forma de dois versos mnemônicos: *Visito-poto-cibo-redimo-tego-colligo-condo / Consule-carpe-doce-solare-remitte-fer-ora*. “Eu visito, sacio, alimento, resgato, visto, curo, enterro / Aconselho, repreendo, ensino, consolo, perdoo, suporte, rezo” (cf. Vicaire, M. H. *La place des oeuvres de Misericordie dans la Pastorale em Pays d’Oc* apud Marcilio, M. L. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950*. In: *História social da infância no Brasil / Marcos Cezar de Freitas (org.)*. – 9. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2016.

Em Portugal, as primeiras instituições dedicadas à assistência direta às crianças abandonadas foram criadas mediante esforços da sociedade, clero e da Coroa, no momento em que confrarias e corporações de ofícios surgiram. Todavia, a ação decisiva partiu, no início, de mulheres da alta nobreza, infantas e rainhas (Marcilio, 2016).

De Portugal, a Roda dos Expostos chegou ao Brasil no século XVIII², quando foi reivindicada à Coroa permissão para estabelecer a primeira Roda de Expostos em Salvador, nos moldes daquela de Lisboa.

Para convencer o rei a dar sua permissão para a abertura da roda da Bahia, o vice-rei argumentava em carta a ele dirigida em 1726: “Como a constituição do clima conduz muito para a liberdade, não faltam ociosos que se aproveitam dela, para continuarem na repetição dos vícios; destes procede haver um tal número de crianças expostas, que sem piedade as lançam nas ruas, e muitas em partes, donde a voracidade dos animais as consome”. E afirmava que pediu ao provedor da Misericórdia que “erigisse uma roda, que era o único meio por que se podia evitar tanta impiedade”. (Marcilio, 2016, p. 77).

A Roda de Salvador foi, então, aberta em 1726, e o rei, sensibilizado com o estado da Santa Casa e com a falta de recursos para atender os expostos, concedeu-lhe, em 1731, um subsídio anual para a criação dessas crianças. A segunda Roda foi instalada no Rio de Janeiro, em 1738, seguida pela de Recife, em 1789, e São Paulo, em 1825; todas elas instaladas não sem tensões e relutâncias por parte das câmaras municipais, as quais não queriam arcar com o custeio das instituições.

² De acordo com Foucault, em “Vigiar e Punir”, a virada do século XVII para o XVIII é o momento em que a disciplina se tornou fórmula geral de dominação. Para o autor, “o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas à formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (p. 135). Foucault (2014 [1975]) afirmará, então, que “a disciplina é a anatomia política do detalhe” (p. 137). Assim, o nascimento das Rodas na Europa reflete a necessidade de os corpos que sobrevivessem à Roda se tornassem úteis, não-ociosos, não-infratores.

Outras Rodas foram criadas no Brasil: uma dezena delas foram instaladas em capitais de província ou em cidades mais importantes. Com efeito, encontramos treze rodas de expostos no Brasil: as três primeiras criadas no século XVIII (Salvador, Rio de Janeiro e Recife), uma no início do Império (São Paulo), e as demais foram “criadas no rastro da Lei dos Municípios que isentava a Câmara da responsabilidade pelos expostos, desde que, na cidade, houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que se incumbisse desses pequenos desamparados” (Marcilio, 2016, p. 84).

Em meados do século XIX, todavia, seguindo os rumos da Europa liberal, guiados pela fé no progresso contínuo, na ordem e na ciência, começou-se uma forte campanha que pretendia a abolição da Roda dos Expostos, que foi considerada imoral e contra os interesses do Estado. No Brasil, essa iniciativa foi dada por médicos higienistas, horrorizados com os altos índices de mortalidade dentro dessas instituições. A ideia era a de que vidas úteis estavam sendo perdidas para o Estado (Marcilio, 2016). O movimento é também influenciado pela onda e crença na melhoria da raça humana, com base nas teorias evolucionistas dos eugenistas.

Os esforços para se acabar com as Rodas tiveram a adesão de juristas, os quais começavam a pensar em novas leis para proteger as crianças abandonadas, bem como para “corrigir a questão social que começava perturbar a sociedade: a da adolescência infratora” (Marcilio, 2016, p. 86). Esse movimento, mais fraco no Brasil do que nos países da Europa, não foi suficiente para extinguir as rodas no século XIX. As mais importantes delas sobreviveram até o século XX, sendo que as últimas, de São Paulo e de Salvador, sobreviveram até 1950.

As crianças recebidas nas Rodas eram encaminhadas a uma ama de leite, com quem ficariam, em princípio, até os três anos de idade. Buscava-se, ainda, estimular as

amas a manterem, para sempre, as crianças sob suas guardas. Essas mulheres eram, em maioria, extremamente pobres, solteiras e residentes nas cidades. A Santa Casa pagava-lhes um estipêndio pequeno para que pudessem criar os expostos, até que o trabalho das próprias crianças pudesse ser de alguma forma explorado (Marcilio, 2016, p. 93). Todavia, a maioria delas não continuava a cuidar dos expostos.

Como as Misericórdias não podiam abrigar todas as crianças que voltavam do período de criação em casas de amas, e como estas só em minoria aceitavam continuar criando as crianças, passado o período em que recebiam salários grande parte das crianças ficava sem ter para onde ir. Acabavam perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas ou de pequenos furtos. Assim, conforme um contemporâneo, “quando chegam à idade adulta, estão com o ânimo tão corrompido e com horror ao trabalho e lhes fica mais suave viver de latrocínios do que de seu suor”³ (Marcilio, 2016, p. 94).

Com efeito, considera-se que a construção histórica do termo “*menor*” seja herdeira dessas formas precárias de assistência institucional aos expostos. A história das instituições de filantropia, caridade, confinamento e outras, é reconhecida pela exigência de proteção feita pela sociedade brasileira, “mas proteção em relação às crianças, e não para elas” (Freitas, 2016, p. 12-13).

Ao aproximarmos as lentes, fica-se mais nitidamente clara a imagem de que a criança pobre foi objeto de inúmeros cuidados institucionais. A sua “propensão” ao crime e à marginalidade (Freitas, 2016, p. 13) era temida, e, por isso, a sociedade deveria estar a salvo desses pequenos enjeitados. Palavras como “proteção” e “direitos” foram, historicamente, usadas, muitas vezes, mais contra a criança do que em seu favor (Freitas, 2016).

³ A citação é retirada pela autora do documento *Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo*. Rendon, José de Arouche de Toledo. DI, v. 44, p. 199-201.

Desamparados, os “menores” que, por vezes, encontravam seus modos de sobrevivência e existência na marginalidade, passaram a ser motivo de preocupação e objeto de intervenções.

De acordo com Bandeira (2014), a categoria *menor* – carregada de denotações associadas diretamente à delinquência e ao abandono –, até fins da primeira metade do século XIX, no Brasil, era inexistente. O termo era utilizado para designar pessoas que tivessem menos que vinte e cinco anos de idade.

Em 1890, com a criação do novo Código Penal brasileiro, o termo “menor” foi cunhado para designar as crianças e adolescentes abandonados e delinquentes. Leite (2016) acrescenta que a infância passa a ser visível a partir do momento em que o trabalho deixa de ser familiar, em que há um deslocamento e dispersão das famílias que passam a não conseguir *administrar* o desenvolvimento de seus filhos pequenos. É então que “as crianças transformam-se em ‘menores’, e como tal rapidamente congregam as características de abandonados e delinquentes” (p. 32).

A mera utilização do termo “menor” ganha, em 1890, com a criação do Novo Código Penal Brasileiro, um incremento de segregação: os menores eram aqueles que viviam no abandono e/ou na delinquência. Com isso, a questão do menor é perpassada pela rápida transfiguração de um adjetivo em substantivo (Corrêa, 2016). Naquele momento, a idade penal era a de nove anos de idade, – sendo que as crianças e adolescentes poderiam ser presos junto com adultos, e uma legislação específica para essa população era inexistente.

Foi a partir do contexto da modernização capitalista, da civilização das cidades e da crescente queda do campesinato, a qual agravou a desigualdade social do país, provocando uma irrupção da criminalidade e da marginalidade, e do fim do período

escravocrata, que crianças desassistidas foram lançadas às ruas e que a categoria de menores abandonados e delinquentes emergiu como um problema e categoria social (Bandera, 2014).

A categoria correspondia àquelas crianças e adolescentes não enquadrados na suposta normalidade: aqueles que, legalmente, não poderiam responder sozinhos por seus atos, e que também não tinham quem pudesse responder corretamente por eles (Viana, 1997 *apud* Bandera, 2014).

Formar-se-á, então, “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (Foucault, 2014 [1975], p. 135). As instituições totais, aquelas que poderiam responder pelos atos dos sujeitos, serão as maquinarias de poder que esquadriham, desarticulam e recompõem o corpo humano dos desviantes.

De acordo com Foucault (2014 [1975]), essa “anatomia política” da tecnologia disciplinar, que é também uma “mecânica do poder”, define “como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (p. 135). A disciplina é o poder que fabrica corpos submissos, exercitados, “dóceis”⁴.

Com o objetivo de fabricação de corpos dóceis, úteis, disciplinados, é a partir desse contexto de cultuação à norma e à média que a legislação específica para o cuidado da infância marginal irá surgir (Quagliatto, 2017).

⁴ Cabe ainda ressaltar que, para Foucault (2014 [1975]), a invenção dessa anatomia política não deve ser entendida como descoberta súbita, mas como “uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral” (p. 136).

Diante das categorias citadas e dos parâmetros de normalidade, os adolescentes de “boa família” estavam livres da genérica categoria de “*menor*” (Bandera, 2014; Leite, 2016). Esta última, vinculada a conteúdos pejorativos altamente estigmatizantes, estava reservada às crianças e adolescentes pobres, em sua maioria, negros, que experimentavam em pele as circunstâncias do advento da modernidade. Portando em si a marca do desvio, os menores deveriam ser corrigidos, adaptados, arrancando-se deles quaisquer possibilidades de transgressão da almejada norma social.

Côrtes (2017) afirma que o projeto moderno visava à constante busca por uma sociedade límpida e livre de quaisquer ambivalências. Bandera (2014) propõe que a resposta dada pelo Estado e pela medicina social à problemática da delinquência foi a do higienismo: era preciso tornar os pobres e desocupados saudáveis, limpos, ordenados e aptos para o mercado de trabalho. Os discursos e olhares científicos passaram a dar enfoque aos abandonados e delinquentes, em detrimento às anteriores abordagens religiosas e de caridade destinadas a estes (Bandera, 2014).

A passagem da abordagem dos “estranhos sociais” (Côrtes, 2017) pela religião à medicina, compreende a utilização da tecnologia disciplinar do poder, mas também de outra: a *biopolítica*.

Essa tecnologia de poder, que não mais se caracteriza sobre a intervenção no *detalhe* do corpo dos indivíduos (como no poder disciplinar), atua agora sobre o corpo *social*. A essa tecnologia, Foucault (1976/2010 *apud* Siqueira, 2016) chamou de biopolítica. Tem-se, assim, “a passagem da anatomopolítica do corpo humano para uma biopolítica da espécie humana” (p. 36).

Logo, a medicina assumirá a função de higienizar o espaço público, o corpo da população, com vistas a coordená-lo, normalizá-lo, medicá-lo. A população torna-se

problema político, mas também científico, biológico, problema de poder. Com efeito, a novidade é que “a biopolítica introduz mecanismos muito mais sutis e racionais, e seu domínio será a preocupação com a espécie humana” (Siqueira, 2016, p. 36). De acordo com esse autor,

Se essa tecnologia do poder insere novos mecanismos, Foucault (1976/2010) ressalta que a principal preocupação da biopolítica não é modificar o fenômeno ou o indivíduo como um todo, mas intervir no nível das determinações dos fenômenos grupais. Buscam estabelecer mecanismos reguladores, fixando equilíbrio, *sem considerar o indivíduo no nível do detalhe*, mas fazendo-o mediante mecanismos globais. O que se pretende assegurar é *a regulamentação da vida* (Siqueira, 2016, p. 37, grifos nossos).

O elemento que irá circular entre o poder disciplinar, – disciplina dos corpos, – e o regulamentador/biopolítico, – disciplina da população, – é a norma. Siqueira (2016), ao citar Foucault (1976/2010), faz menção à norma como aquilo que se pode tanto aplicar a um corpo (corpo mais ou menos normal, sujeito mais ou menos delinquente) como a uma população que se quer regulamentar.

Com vistas a normalizar a população, os saberes da medicina, do direito, da pedagogia e da psiquiatria foram convocados a dar respostas para a prevenção e tratamento da população de menores do país. Quagliatto (2017) afirma que todo o cientificismo foi intimado a dar conta da periculosidade da infância marginal, ainda que fracassando sempre em seu intuito de governá-la.

Os cientistas defendiam a criação de leis específicas no trato aos menores, ao compararem a eficácia que estas leis haviam atingido em países economicamente desenvolvidos. A ideia geral desses textos era a de exclusão da categoria menor associada à noção de periculosidade e à construção de tratamento modernizador

eclético, “sob influência do liberalismo e do cientificismo importados da Europa, visando recuperá-los socialmente, adequando-os à convivência com o processo civilizador pelo qual passavam as principais cidades brasileiras na virada do século XIX para o XX” (Bandera, 2014, p. 745).

O discurso do Senador Lopes Trovão, em 11 de setembro de 1896, é tido por muitos pesquisadores da área como o marco inaugural desse movimento (Bandera, 2014). A situação dos menores na rua era enxergada pelo senador como “*horrível*”, para a qual o mesmo clama por intervenção estatal. A partir desse discurso estudos teóricos sobre a questão dos menores emergiram com mais expressividade. Questões específicas, como a separação de prisões para adultos e menores, passaram a ser abordadas:

Quase todos os estudiosos defendiam a criação de um lugar específico para a detenção dos menores delinquentes, que os livrassem de continuarem a ser presos com os adultos, conforme propugnava o Código Penal de 1890, como também propugnara o Código Criminal do Império, instituído em 1830 (Bandera, 2014, p. 746).

Como enfatizado, o movimento contra a delinquência infanto-juvenil surge, na segunda metade do século XIX, a partir do processo de modernização capitalista no Brasil e de seu conseqüente desequilíbrio social nas cidades brasileiras. É nesse misto de desenvolvimento e de fracasso social que a problemática dos menores abandonados e delinquentes é denunciada, sendo, inicialmente, tratada como “caso de polícia e, posteriormente, através do processo de construção do Código de Menores, passou a ser visto como um problema que precisava ser equacionado por práticas, discursos (teorias, propostas) e leis modernizadores” (Bandera, 2014, p. 750).

A virada do século XIX para o XX acompanhou o avanço e a expansão desordenados das cidades e o aumento de pessoas desocupadas nas ruas: palco de

vadios, prostitutas, capoeiristas, os chamados “*mendigos*”, menores abandonados, viciados e delinquentes (Bandera, 2014). Essa massa, que perambulava pelas ruas das cidades recém conquistadas pela modernização, afrontava o ideal de construção social harmônica e higiênica. A arquitetura do sonho moderno estava ameaçada pela insistente existência desses estranhos sociais (Côrtes, 2017).

Após a Primeira Guerra Mundial, foram elaborados vários tratados internacionais, que estabeleceram novas regras de convivência entre os países membros da Sociedade das Nações. Um dos resultados desses tratados foi a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança, em 1921, Genebra.

No Brasil, todavia, “o que se decretou foi um Código de Menores, em 1927” (Corrêa, 2016, p. 146). Nesse Código, constava a proibição do trabalho de crianças até os doze anos e sua “impunidade” até os quatorze. Dos quatorze aos dezoito, as crianças poderiam ser internadas em “estabelecimentos especiais”, ao passo que, dos dezoito em diante, seriam punidas pelos crimes cometidos. As crianças da categoria de quatorze aos dezoito anos encontravam-se em espécie de “limbo legal”, e eram também transformadas em menores.

Os menores eram, por vezes, enxergados como casos de polícia, ora como futuros cidadãos úteis e produtivos. O processo de construção do Código de Menores se deu a partir da constatação de que já não bastavam os paliativos assistencialistas e correccionais direcionados a esses meninos e meninas. Desse modo, a estrutura jurídica que serviu como base para a criação deste Código foi a dos Tribunais de Menores em 1924 (Quagliatto, 2017).

De acordo com Bandera (2014), o grande mérito do Código de Menores foi o de fazer com que perante a lei, os menores de idade em risco social e/ou que tivessem

cometido uma infração, deixassem de ser um “caso de polícia” e passassem, exclusivamente, a ser um caso de justiça específica: o juizado de menores. Com a criação do Código de Menores de 1927, o primeiro documento brasileiro, específico para a infância e a adolescência, chegou-se à maioridade penal de dezoito anos, além de a prisão de crianças e adolescentes com adultos ter sido proibida e substituída por aplicação de *medidas educativas* (Quagliatto, 2017).

Todavia, a simples existência de tal Código não resolveu a questão da delinquência, agravando-a e prolongando-a nas décadas seguintes, principalmente, em função de algumas causas primordiais do abandono e da delinquência de menores, – desigualdade social, urbanização desordenada, valores de mercado – não terem sido amenizadas e até se agravarem ao longo do século XX e início do século XXI (Bandera, 2014). Além de sua pouca efetividade, o Código não se destinava para toda a infância e adolescência do país, mas

apenas sobre aquelas que se encontravam em situação denominada irregular. Em suas diretrizes a ideia de proteção muitas vezes se misturava com a de prevenção, em uma tentativa não de proteger as crianças e adolescentes de possíveis riscos, mas sim de proteger a sociedade dos possíveis criminosos que essas crianças e jovens poderiam se tornar (Quagliatto, 2017, p. 38).

Na tentativa de combater possíveis adaptações dos adolescentes na vida adulta, também, alguns psicanalistas, durante as primeiras décadas posteriores aos textos de Freud, desenvolveram a psicanálise com adolescentes, no sentido de reforçar o ego fragilizado, “a fim de que as profundezas da alma fossem novamente dominadas, em prol do ideal de harmonia na convivência humana” (Alberti, 2009, p. 118). Logo, “adaptado” ao mundo, o jovem adulto saberia “não só reagir diante das armadilhas que se armassem contra ele, como também o modo de calar o inimigo interno desconhecido

pelo ego, porém parte integrante do sujeito: o id” (Alberti, 2009, p. 118). Como já assinalado, todas as tentativas de controle, de governo do psiquismo dos sujeitos, fracassaram.

A adaptação era o alvo, o objetivo a ser alcançado.

Na tentativa de construção de sociedade harmônica, Leonídeo Ribeiro, fundador do Laboratório de Biologia Infantil, que funcionava no Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, foi, em 1937, fazer uma conferência em Lisboa, a convite do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (Corrêa, 2016). Era professor da faculdade de Direito e de Medicina do Rio de Janeiro, também fundador do Laboratório de Antropologia Criminal e ganhador do Prêmio Lombroso de 1933. A Conferência tinha por título “A criança e o crime”. O trabalho de seu Laboratório apresentado tinha como objetivo realizar o “*estudo completo*”, sob olhar da medicina e da antropologia, dos menores abandonados e delinquentes, com o fim específico de apurar as causas físicas e mentais da criminalidade infantil no Brasil (Corrêa, 2016).

O estudo das chamadas *crianças difíceis e anormais* começou a ser efetivado por uma ciência nova, chamada pelos alemães de Pedagogia terapêutica, e pelos italianos de Medicina pedagógica (Leonídeo Ribeiro, 1938 *apud* Corrêa, 2016). A profilaxia era o fim a ser alcançado: profilaxia das doenças mentais e do crime.

Nessa campanha, em que estamos empenhados em favor da criança, é opinião unânime que a medicina e os médicos terão papel preponderante e eficiente. [...] A observação médica dos criminosos de todas as idades precisa ser, pois, sistemática e completa, antes e depois do crime, não só em institutos adequados ao rigoroso diagnóstico, mas também em anexos psiquiátricos, não apenas para seu tratamento, mas ainda, e principalmente, a fim de ser possível o estudo das causas da criminalidade. As grandes linhas de

reabilitação das crianças deformadas, física ou moralmente, devem ser, pois, traçadas dentro do quadro da medicina e da pedagogia. (Leonídeo Ribeiro, *Archivos de Medicina Legal e Identificação*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938 *apud* Corrêa, 2016, p. 145).

A infância e adolescência marginal, abandonada e/ou delinquente, deveria passar por investigações incansáveis, para que, um dia, a profilaxia cumprisse seu papel de extinguir as possibilidades de aparecimento desses sujeitos.

A *preocupação* em normalizar a situação dos menores era tamanha que, em 1938, Leonídeo Ribeiro, em colaboração com o arquiteto Adelardo Caiuby, formularam um projeto que tinha como objetivo construir uma *cidade para menores*. De acordo com Leonídeo, ele e seu colaborador Adelardo tiveram a “preocupação de projetar uma verdadeira cidade, em miniatura, a fim de que sua população, de cerca de mil crianças, pudesse viver como se estivesse em suas próprias casas, tendo além disso a impressão de fazer parte de uma pequena sociedade”⁵ (Ribeiro, *apud* Corrêa, 2016, p. 155).

Siqueira (2016) propõe entender como se configura o problema das cidades a partir da perspectiva da biopolítica. De acordo com o autor, para Foucault (1976/2010), este problema é apontado a partir da “própria disposição espacial pensada, concebida através da cidade-modelo, a cidade artificial” (p. 36). A tentativa de Leonídeo Ribeiro e Adelardo Caiuby em construir uma cidade artificial é o paradigma da biopolítica, tecnologia de poder que visa normalizar o corpo populacional.

No planejamento de Leonídeo e Adelardo, a cidade de menores deveria, em princípio, ser habitada por crianças a partir dos seis anos, e sua moradia estaria prevista

⁵ Essas são as palavras de Leonídeo Ribeiro, as quais foram retiradas por Mariza Corrêa (2016) do “longo texto sobre a cidade de menores do Rio de Janeiro, publicado nos *Archivos* da p. 317 à p. 330, e que contém a ‘Exposição do Professor Leonídeo Riberio’, a ‘Exposição do arquiteto Adelardo Caiuby’ e uma série de plantas do projeto” (Corrêa, 2016, p. 155).

para até os vinte e um anos. Os autores do projeto previram capacidade para mil habitantes, excluindo desse número os seus funcionários. A descrição de todos os edifícios foi minuciosamente detalhada pelo arquiteto, desde a portaria, passando pelo almoxarifado, centro educacional, oficinas, cinema, hospital, capela, cassino dos funcionários, lavanderia, estádio e pelo “lar dos egressos”. Este último seria destinado a vinte meninos que já tivessem empregos externos, e tinha por objetivo funcionar como “ponto de transição racional entre a vida da Cidade de menores e a vida real cá fora” (Adelardo Caiuby *apud* Corrêa, 2016, p. 158). De acordo com Corrêa (2016):

Se essa, como tantas outras utopias desse período de nossa história, sobreviveu apenas no papel, nem por isso refletir sobre ela tem menos importância do que as perspectivas sombrias de controle completo dos indivíduos em instituições educacionais, de saúde, de punição, tivessem, cada uma, logrado obter sucesso. Em certa medida, elas foram todas muito bem-sucedidas em âmbitos menos espetaculares: nos currículos das escolas de medicina, particularmente na constituição da medicina legal; nos currículos das faculdades de educação e de serviço social, particularmente na constituição da psicologia educacional; nas instituições penitenciárias e naquelas de segregação de crianças, particularmente no que se refere a uma disseminação difusa da ideia de predisposição, tão cara aos ideólogos dos anos 1930 e tão presente na nossa vida cotidiana. E a vitória da ideia de que o menor (já sinônimo de menor abandonado) é um delinquente em potencial pode ser aferida todos os dias, em nossos meios de comunicação de massas (p.159-160).

Em 1941 a aplicabilidade do Código foi aperfeiçoada através da criação do Serviço de Assistência ao Menor – SAM. Tal aperfeiçoamento se deu em função da pouca efetividade do Código em combater a criminalidade e o abandono (Quagliatto, 2017). Assim, o SAM era um correlato das penitenciárias para o público infanto-juvenil. Depreende-se, então, que a existência, já nos anos 50 do século XX, da correção como

forma de adestramento social, estava no cerne das práticas direcionadas àqueles que eram responsabilizados por sua marginalidade (Quagliatto, 2017).

A partir do regime militar de 1964, todavia, o Serviço de Atendimento ao Menor é revogado, sendo criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, por meio do primeiro Ato Institucional da recém-instaurada ditadura civil-militar no Brasil (Rizzini e Celestino, 2016).

A FUNABEM, “criada com o objetivo de formular e implantar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor em âmbito nacional, foi uma organização que se caracterizou por uma gestão centralmente tecnocrática” (Rizzini e Celestino, 2016, p. 237). Influenciada pelos movimentos e pressões internacionais, a PNBEM tinha como ideário a reinserção dos menores nas famílias, bem como o reconhecimento de que existiam fatores sociais que os vitimavam (Quagliatto, 2017). Todavia, a sua operacionalização, por meio da FUNABEM, foi caracterizada por uma gestão tecnocrática, que tinha, como pressuposto, a racionalidade vertical e centralizadora, construída a partir do discurso uniforme em nome da cientificidade (Faleiros, 2009 *apud* Rizzini e Celestino, 2016, p. 237).

As práticas de confinamento de crianças e adolescentes pobres no Brasil, ou, ainda, a “cultura de institucionalização” desses sujeitos podem ser compreendidas como medidas compulsoriamente utilizadas pelo Estado para administrar o que lhe escapava: os problemas de gestão do espaço urbano em contexto de ascensão do capitalismo (Rizzini e Celestino, 2016). Nos discursos dos filantropos que se dedicavam à “causa da infância desvalida”, eram constantes os apelos sobre a “criminalidade infantil” e à “infância viciosa” (Rizzini e Celestino, 2016, p. 232-233).

Para que os menores pudessem ser tutelados, transformados em “filhos do Estado”, era necessário instituir formas de intervenção sobre essas famílias desmoralizadas. Passa-se à desautorização do papel parental por meio da ameaça de suspensão ou cassação do pátrio poder. Tais medidas cumpriram a função de atribuir às famílias pobres a “responsabilidade pela impossibilidade ou incapacidade de criar seus filhos, alegando-se, com frequência, a falta de condições morais para fazê-lo” (Rizzini e Rizzini, 2004 *apud* Rizzini e Celestino, 2016, p. 233).

Ao atribuir às famílias pobres a responsabilidade pela incapacidade de criar seus filhos, o Estado se incumbiu da função de educar e proteger os menores, caracterizados como órfãos ou abandonados. Para os identificados como delinquentes, cabiam-lhes as “*medidas regenerativas*” de reeducação e reabilitação. Em todos os casos, a prática da internação era fomentada, levando crianças e adolescentes a serem separados do convívio familiar e social por longos períodos (Rizzini e Celestino, 2016).

Diante do aparato jurídico e social que levava as famílias a serem desautorizadas do poder sobre suas crianças e adolescentes, cabe a nós levantar a questão: qual a novidade, desde então? Como salientam Rizzini e Celestino (2016), o pêndulo entre as finalidades de proteção, educação e punição oscilou em diferentes gestões, como mostram as “passagens de relatórios de diversos juízes sobre a deturpação das finalidades de certas instituições usadas pela polícia como ‘depósito de pivetes’” (Lima, 1939 *apud* Rizzini e Celestino, 2016, p. 235). Resta-nos interrogar sobre as nuances dos movimentos que esse pêndulo tem encarnado na contemporaneidade.

No passado, com o propósito de conter o movimento comunista no país, a FUNABEM foi inserida na ampla ideologia de segurança nacional (Rizzini e Celestino, 2016). Manter a ordem social de maneira pragmática e intervir sobre a parcela jovem e

marginalizada do país eram as metas a serem alcançadas também por meio dessa instituição.

De acordo com Altoé (1993), a FUNABEM foi considerada uma “moderna universidade do crime” (p. 217)⁶. A visão generalizada sobre o jovem internado foi apontada como um dificultador da reinserção social destes, inclusive daqueles que, naquele tempo, ainda passavam anos internados pelo fato de serem pobres, cujos familiares não tinham condições de alimentá-los, vesti-los, e de garantir a escolarização dos filhos.

Apesar deste estigma criado não há dados até o presente momento, que indiquem com clareza a trajetória dessas pessoas após o internato. As informações que tenho coletado desde 1988 são ricas e revelam que há uma variedade de situações que interferem na trajetória pessoal dos ex-alunos da FUNABEM e de outros estabelecimentos de assistência (Altoé, 1993, p. 217).

Medidas de exclusão, isolamento e violência utilizadas para o controle da infância e da adolescência foram denunciadas nesse período que visava à reeducação dos menores (Quagliatto, 2017). A proteção e a assistência a esse público cedia espaço para medidas violentas e de criminalização da pobreza. No ano de 1976, a partir de várias denúncias e da insatisfação popular em relação às medidas direcionadas ao público infanto-juvenil, foi instalada a CPI do Menor, pela Câmara dos Deputados, como forma de reconhecimento da insuficiência da PNBEM (Bandera, 2014 *apud* Quagliatto, 2017).

Com o processo de redemocratização do país, e com as crescentes denúncias de desrespeito aos direitos das crianças e dos adolescentes por parte de organizações

⁶ A autora faz menção, em nota de rodapé, sobre um juiz que condenou três jovens assaltantes e acusou a instituição FUNABEM de “Universidade do crime”. A matéria saiu no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 26/09/1974.

governamentais e não-governamentais, o Código de Menores de 1927 foi revogado, dando lugar ao Código de Menores de 1979, o qual, todavia, continuava atuando somente em situações de carência e/ou delinquência. As demais questões eram tratadas pelas Varas de Família (Quagliatto, 2017). Logo, estabelece-se uma divisão entre as crianças e adolescentes de famílias pobres, “*desestruturadas*”, e aqueles de famílias enquadradas em padrão socialmente incentivado.

A partir de tal divisão, verificou-se que 80% das crianças e adolescentes internados nas FEBEMs “não haviam cometido nenhum ato infracional ou semelhante, elas foram recolhidas por não se adequarem aos protótipos culturais, sociais e familiares concebidos pelas elites intelectuais e jurídicos da época” (Quagliatto, 2017, p. 43).

Como fruto de lutas sociais contra o sistema político vigente, imposto pela ditadura militar, sucedeu-se o processo pela promulgação da Constituição Federal de 1988. Durante a elaboração da nova Constituição, um grupo de trabalho se reuniu para formular o artigo para a promulgação dos direitos das crianças e dos adolescentes. O resultado foi o artigo 227, que serviu de base para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Quagliatto, 2017).

Em princípio, o avanço do Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação ao primeiro Código de Menores, foi o de findar com a categoria estigmatizante de “*menor*”, e de se dirigir a todas as crianças e adolescentes do país. Com efeito, o ECA busca romper com essa lógica ao se dirigir, *em princípio*, a todas as crianças e a todos os adolescentes como sujeitos de direitos.

Passaremos agora a abordar uma questão mais específica dessa população: a dos adolescentes que cometem atos infracionais e são internados em função de seus atos. Para situar a discussão no campo jurídico, cabe enfatizar que o Estatuto da Criança e do

Adolescente (1990), em seu artigo 103, considera como sendo Ato Infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (Brasil, 2015). A aplicação da medida deverá considerar a “capacidade do adolescente” para cumprir a medida, as circunstâncias e a gravidade da infração (Brasil, 2006, p. 20), sendo a internação a medida protetiva de maior complexidade.

O processo de apuração do ato infracional até a execução da medida educativa é acompanhado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), classificado como um “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo” (Brasil, Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo, 2006, p. 22). O SINASE se orienta pelas normativas nacionais (Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente) e internacionais das quais o Brasil é signatário, como a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança.

De acordo com o Artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade e VI – internação em estabelecimento educacional.

As medidas aplicadas aos adolescentes que cometem ato infracional são classificadas entre aquelas cumpridas em meio aberto, – Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida –, e aquelas que restringem a liberdade do sujeito: Semiliberdade e Internação em estabelecimento educacional⁷. Em função de este estudo

⁷ Michel Foucault, em “Vigiar e Punir”, ressalta o deslocamento da punição executada nos suplícios, no final do século XVIII e início do século XIX, para uma nova modulação dos castigos. De acordo com o autor, há a passagem das punições diretamente físicas para uma “certa arte de fazer sofrer”. Com isso, o essencial da pena aplicada pelos juízes é que esta não consiste em punir: “o essencial é procurar corrigir,

tratar da família de um adolescente que foi internado, a medida socioeducativa de internação passará a ser enfocada em nossas análises, em detrimento daquelas outras que constam no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A decisão e aplicação de medida socioeducativa de internação deverão se pautar nos princípios de brevidade e excepcionalidade, respeitando-se sempre a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, assim como prescrito no artigo 121 do ECA (Brasil, 2015).

No que se refere ao princípio de brevidade, a medida de internação não comporta prazo determinado, sendo que sua manutenção deve ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. Além disso, em hipótese alguma, a internação poderá exceder o período de três anos. Dessa forma, se esse limite for atingido, “o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida” (Brasil, 2015, p. 31). Já o princípio de excepcionalidade é corroborado pelo artigo 122 do ECA, o qual estabelece que a medida de internação só poderá ser aplicada quando “I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (Brasil, 2015, p. 31).

Assim, o estatuto preconiza ainda que, em hipótese nenhuma, haverá a aplicação de medida de internação quando houver outra medida mais adequada ao ato cometido.

reeducar, “curar”; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e libera os magistrados do vil ofício de castigadores [...] O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena [...] Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais ‘elevado’” (Foucault, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 15).

Ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente ofereça medidas socioeducativas para os autores de atos infracionais, constata-se, ainda, que essas medidas são aplicadas a um público muito específico da população: os adolescentes pobres, em sua maioria, negros. Os trâmites de aplicação da norma são regidos por um Estatuto que se dirige a todos, mas que interna uma parcela específica da adolescência.

Nesse sentido, Siqueira (2016), ao citar Hannah Arendt (1969/1994) em seu estudo, enfatiza a constatação da autora que diz que a burocracia seja a mais formidável forma de dominação do homem. A burocracia seria, então, o “sistema onde nenhum homem pode ser tomado como responsável, um terreno chamado domínio de ninguém” (Arendt, 1969/1994 *apud* Siqueira, 2016, p. 22).

Com o poder burocrático, os sujeitos, – os autores de atos infracionais, – são tomados como alvo, as mortes são concebidas como estatísticas, e a eficácia do Estado é mensurada a partir das porcentagens relacionadas à adesão de jovens nos programas de políticas públicas. Com efeito, a “burocracia encobre, ao distribuir a vida em índices de qualidade e eficácia, a dimensão real, política e societária em jogo nos processos segregatórios” (Siqueira, 2016, p. 22).

Constatado o abafamento dos sujeitos-alvo pelas tecnologias de poder, pelas normas e institucionalizações, pretendemos, nesta pesquisa, tomá-los como autores, não só de atos infracionais, mas também de suas trajetórias, em consonância com a ética psicanalítica. Acredita-se que é por não apagar a trama familiar de suas dimensões afetivas que podemos, neste estudo, tentar traçar a possibilidade de contar e alinhar sua história.

No tópico seguinte, a psicanálise é convocada para tentar dar conta das leituras possíveis a respeito das passagens ao ato e de seu sujeito, que se forja, também, à condição de sujeito de passagem.

1.2 Psicanálise e ato infracional: leituras possíveis

Antes dos doze eu vou estar com o oitão

Matando alguém, sem compaixão

Vou ver o filho, a mulher, chorando no corpo

Vou dar risada, vou dar mais uns quatro no morto

(12 de Outubro, Facção Central)

O ato, a violência e a falta de mediações simbólicas que deem conta das tragédias contemporâneas serão o enfoque deste tópico. Diante da banalização desses atos, faz-se importante tentar circunscrever leituras possíveis que, em certa medida, tracem aproximações em relação a essas cenas. Adiante, o fenômeno do ato infracional será abordado na imbricação com os planos social e político.

Rosa (2016) afirma que a face mais visível do conflito político-social são as cenas de violência: visíveis pelo horror, impacto e pregnância imaginária, bem como pelo modo como induzem e promovem a administração das paixões, promovendo equívocos ao obliterar as tramas sociais, políticas e subjetivas que as produzem:

Os excessos em jogo esvaziam a reflexão e o debate político de modo que turve a presença dos conflitos sociais e dos discursos alienantes. O pano de fundo de tais cenas é o mal-estar na transmissão de valores, na história, no laço social (constituição e destituição) e na contemporaneidade, assim como nas estratégias do poder para enredar

o sujeito nas suas malhas e melhor explorá-lo para o bom funcionamento do sistema (p. 25).

O poder discursivo das instituições de controle social, mas também da população civil, visam produzir o sujeito *louco, pobre, delinquente, antissocial*. Essa “guerra sem nome que vivemos” (Rosa, 2016, p. 26) consegue nomear muito bem os adversários a serem eliminados. Alguns discursos encontram, na suposta eliminação dos pobres, – essa população “criminogênica”, – a justificativa de que, com a esterilização destes últimos, a violência e a precarização social seriam dirimidas⁸.

O cínico recorte criminológico, veiculado por alguns discursos, desconsidera o fato de que a violência é perpetrada por sujeitos dos mais variados níveis socioeconômicos. Todavia, são os jovens negros e pobres que continuam sendo encarcerados e internados em Unidades de Medidas Socioeducativas⁹.

Como aposta, Rosa (2016) afirma que o cerne da subversão psicanalítica está em não desenraizar o sujeito de seu tempo e das realidades sócio, econômica e cultural. Além disso, há que se promover a responsabilização do sujeito por seu ato, – em contraposição à sua *culpabilização* ou *vitimização*. A psicanálise intui reconhecer o sujeito como irremediavelmente responsável por sua condição desejanete.

A inquietação que o ato infracional provoca naqueles que tentam compreendê-lo, muitas vezes, é acompanhada da convocação de discursos científicos que tentem defini-

⁸ Bolsonaro, presidente de extrema-direita, eleito no Brasil, chegou a defender, por várias vezes, a esterilização dos pobres para “combater a miséria e o crime”. A matéria, veiculada pela *Folha*, traz a seguinte passagem: “Em 1992, seu terceiro ano como deputado, ele já falava sobre o tema. ‘Devemos adotar uma rígida política de controle da natalidade. Não podemos mais fazer discursos demagógicos, apenas cobrando recursos e meios do governo para atender a esses miseráveis que proliferam cada vez mais por toda essa nação.’”. (“*Bolsonaro defendeu esterilização de pobres para combater miséria e crime*”, *Folha de São Paulo*, 11 de junho de 2018).

⁹ O Atlas da Violência de 2018 atualiza o cenário de desigualdade racial também em termos de violência letal no Brasil: de acordo com o documento, o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco.

lo. Acredita-se que o ato infracional carece de ser tomado em uma encruzilhada de saberes – jurídico, filosófico, psicológico, social ou outros que se debruçam sobre a cultura – e, mesmo que todos estes sejam estudados, uma definição não conseguiria circunscrevê-lo em totalidade (Alberti, 2009). Não temos, aqui, pretensão de esgotar a temática: parte-se do saber psicanalítico para colocá-la em questão, e possibilitar a emergência de possíveis leituras acerca da infração.

Com efeito, uma das primeiras preocupações que surgem na literatura sobre a adolescência, diz Alberti (2009), é a chamada “tendência a agir” (p. 63). A autora coloca em relevo a seguinte problemática: a passagem ao ato se trata, pois, do “não pensar antes de agir” ou, ainda, de “pensamento-ação”? (p. 63). Em sequência, Alberti (2009) afirma que essas não são meras questões metafísicas, pois os atos podem ser efeito tanto da alienação quanto da separação do Outro, devendo-se, assim, responder a essa questão não de maneira genérica, mas a partir de um estudo de cada caso particular.

No que tange à questão da delinquência, Jean-Jacques Rassial (1999) aponta que “esta patologia bastante específica da adolescência é tanto uma patologia da sociedade em seu conjunto quanto de um ou outro sujeito particular” (p. 55). O que o autor diz compreende a premissa freudiana sobre a imbricação sujeito-sociedade. Freud (1921), já no primeiro parágrafo de *Psicologia das massas e análise do eu*, esclarece:

A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas¹⁰, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinamos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode

¹⁰ Nota do tradutor: Como se perceberá, ao longo da leitura deste trabalho, Freud usa o termo “massa” (Masse) em sentidos diversos, que corresponderiam a “multidão, aglomeração, agrupamento, grupo” etc.

abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado (p. 14).

Essa ligação fundante, a irremediável constituição do sujeito a partir de sua relação com o Outro – político, social – está presente em toda a leitura dos sujeitos e dos atos analisados neste estudo.

Segundo Rassial (1999), o adolescente delinquente é “aquele que desaloja: que desaloja as coisas, que se desaloja de seu lugar, do lugar que lhe é atribuído pela sociedade” (p. 55). Colocaríamos em questão: qual é o lugar atribuído pela sociedade ao sujeito adolescente autor de ato infracional? Além da importância de pensar sobre o lugar atribuído a esses sujeitos, instiga-nos ainda outra questão: qual o lugar que os sujeitos autores de atos infracionais atribuem a si mesmos? Como esses meninos produzem um processo de subjetivação que encontra na figura de “*bandido*”, de “*preso*”¹¹, uma identificação possível? Rosa (2016) afirma que “a identificação do sujeito a esse lugar de dejetos é um dos fatores que dificulta o seu posicionamento na trama de saber e que vai caracterizar o seu discurso, marcado, por vezes, pelo silenciamento” (p. 45).

Para Rassial (1999), o ato infracional seria, em última instância, a tentativa de inventar outro espaço, outras regras de deslocamento do sujeito. De acordo com o autor, trata-se de “não jogar o jogo para criar um fora-de-lugar” (p. 61). Apesar de Rassial conceber essa leitura, poderíamos, ainda, pensar se o sujeito que comete ato infracional

¹¹ Assim como Henrique, sujeito de nosso estudo que se identificava com a figura de “*preso*”, outros meninos internados em Unidade de Medidas Socioeducativas, escutados em projeto de extensão realizado ao mesmo tempo em que essa pesquisa foi escrita, também se referiam a si mesmos como “*presos*”. Se tomarmos a palavra preso como significante, cabe a pergunta: a que estão *presos* esses sujeitos?

está, na verdade, jogando *com empenho* o jogo traçado socialmente, já que se identifica subjetivamente à imagem de criminoso, de preso, de bandido, de... *resto social*.

As identificações à figura de *bandido* e *preso*, por mais que sejam faladas por esses meninos, estão ligadas a processos inconscientes. Do mesmo modo, está demasiado clara a ideia de que o ato infracional, assim como afirmam Xavier, Ferreira e Paravidini (2011), não se reduz ao comportamento rebelde provindo de vontade essencialmente consciente. As motivações, as dinâmicas pulsionais que levam o sujeito a romper com a Lei e a lei, – simbólica e jurídica, – por meio de atos infracionais, são regidas pela lógica inconsciente de funcionamento do aparelho psíquico.

Se por um lado Lacan (1974a apud Alberti, 2009) afirma que o ato suicida é o único ato realmente bem-sucedido, já que “nada mais ditará ao sujeito os seus caminhos” (p. 36); o que poderia ser dito sobre o ato infracional? Isto posto, partimos do ato suicida como ruptura com o Outro para se pensar sobre o ato infracional: qual a posição assumida pelo sujeito adolescente, autor de ato infracional, frente ao Outro da lei?

Xavier, Ferreira e Paravidini (2011) falam sobre a contemporânea horizontalização das relações entre aqueles que representam e transmitem a lei (figuras paterna e materna, respectivamente) e os filhos. Ao citarem Goldemberg (1991), os autores apontam para a possibilidade de o ato infracional ser uma maneira de criação inconsciente, uma via para entrada de um terceiro, que, por sua vez, possa estabelecer a lei, a qual se encontra personificada na figura do juiz.

Para Rosa (2016), no ato, há a face de apelo ao Outro e cria uma cena no real que “encena o desejo e, se escutado, abre a possibilidade de ser falado pelo Outro, rearticulando o sujeito ao laço social” (p. 39-40). Se goza, o sujeito deseja o

reconhecimento, – mais que busca por aprovação – do outro: a comprovação de sua existência na relação com o outro.

Rassial (1999) alerta sobre o constante hábito de se explicar toda a sintomatologia da delinquência como fruto da deficiência da função paterna – o que de acordo com o autor não é falso, mas insuficiente. Nesse sentido, o adolescente que comete algum ato infracional está longe de desconhecer a função paterna da lei, mas se coloca em posição de *interrogá-la* (Rassial, 1999, p. 66).

Concordamos com Vorcaro, Mazzini e Monteiro (2008), quando dizem ser necessária muita cautela ao utilizar conceitos psicanalíticos em interpretações do campo social. Nesse sentido, as pesquisadoras afirmam:

É possível encontrar formulações que atribuem a delinquência juvenil a uma falha na inscrição do Nome-do-Pai no decorrer do desenvolvimento dos sujeitos. A partir desse ponto de vista, é atribuída aos jovens autores de atos infracionais uma psicopatologia que os localiza fora do laço social. Dessa maneira, uma questão que, na verdade, é determinada socialmente passa a ser individualizada (Vorcaro, Mazzini e Monteiro, 2008, p. 140).

Com efeito, atribuir a causa do ato infracional à falha da inscrição do Nome-do-Pai se torna uma maneira restrita e precária de “abordar os múltiplos aspectos envolvidos nessa problemática” (Vorcaro, Mazzini e Monteiro, 2008, p. 140).

A forma com que certo tipo de psicanálise, por vezes, e de maneira simplista, trata do conceito de *falha na inscrição do Nome-do-Pai*, generalizando tal falha como ausência concreta do genitor, promove o distanciamento do sentido metafórico do conceito. Logo, a questão do “declínio da *imago* paterna” está mais amplamente

relacionada às transformações de ordem sociocultural do que ao declínio do pai concreto (Vorcaro, Mazzini e Monteiro, 2008, p. 141).

As dinâmicas psíquica, social, política e econômica deverão ser analisadas nas diferentes passagens ao ato. Ainda que a violência personificada nessas *passagens* encontre eco e semelhança em várias outras cenas que se repetem, há que se encontrar o que existe de singular em cada caso.

Do comum, sabemos: a falta de mediação simbólica, a via possível encontrada unicamente na violência, a banalização do caos convocam ao ato *i*-mediato. O acontecimento violento, esclarece Rosa (2016), pode ficar configurado como aquele em que “a verdade e o saber coincidem univocamente, ou seja, sem separação e sem lugar ao equívoco; nele a contingência do acidente é tomada como verdade, em que se verifica um fechamento para a pergunta pela causa¹²” (p. 66).

A falta de condições para as narrativas que componham a historicidade do sujeito, do ato, dos desfechos, promove a colagem desses meninos à autoria do ato. O protocolo segue rígido: seu nome é *autor de ato infracional*, sua família é *desestruturada*, o desfecho é a *institucionalização*. Nessas colagens, encontramos a condição de desamparo discursivo e social em que vivem esses sujeitos.

O sujeito do ato, que, muitas vezes, encena repetições da violência à exaustão será abordado no próximo tópico, tendo, na psicanálise, o lugar possível para se pensar a dinâmica inconsciente que se revela no ato e em suas repetições.

¹² No texto, a autora trata do desamparo social e discursivo de sujeitos exilados, imigrantes forçados e refugiados. A condição de puro trânsito de sujeitos autores de atos infracionais pode ser colocada também como metáfora de sujeitos errantes, exilados de si mesmos.

1.3 O *sujeito do ato*

Partimos da pergunta inaugural: *quem é o sujeito do ato?* Analisado e tomado por diversos saberes como objeto de estudo; de intervenções no corpo; no interior da trama familiar, – quando os laços não se encontram rompidos –; vasculhado por perguntas e inquéritos que buscam, na suposta interioridade de si, a fonte para narrativas que tentem desvendar as motivações para a violência praticada, esse sujeito adolescente continua a ser falado e interpretado de formas várias.

Estudos de diversas áreas, como a sociologia, arqueologia do saber e da história tentaram dar conta do aparecimento do termo adolescência, – o qual nasceu, provavelmente, no fim do século XVIII, ou início do século XIX (Perrot, 1985 apud Alberti, 2009).

Segundo a arqueologia do saber, a pedagogia tomou para si o termo “adolescência”, para tentar enquadrar a juventude que lhe causava medo, e, ao mesmo tempo, fascinava e seduzia (Alberti, 2009). Desde então, os discursos científicos passaram a se debruçar sobre esse “período de desenvolvimento”, com o intuito de explicá-lo, classificando-o como uma categoria etária, de modo a integrá-la socialmente e exercer sobre esse novo conjunto uma disciplina mais vigilante e eficaz (Alberti, 2009). Dentre tais discursos, o saber biomédico se apresenta como aquele que caracteriza a adolescência como uma fase de puras transformações orgânicas, – as quais seriam responsáveis pelas mudanças comportamentais dos adolescentes.

O termo “adolescência”, ao que tudo indica, foi utilizado na psicanálise, pela primeira vez, em 1923, por Ernest Jones (Alberti, 2009). Para o autor, a adolescência seria o “período construído sobre o modelo dos estágios da primeira infância, cujo final feliz se caracteriza pelo estabelecimento de uma harmonia definitiva advinda da fusão

dos diferentes objetivos pulsionais em direção à genitalização” (Alberti, 2009, p. 27). Todavia, ao promover uma igualdade entre adolescência e genitalização definitiva, o psicanalista contribuiu para o “afastamento entre o termo adolescência e o legado freudiano” (Alberti, 2009, p. 27). A pesquisadora acredita que, de modo incisivo, os textos sobre a adolescência dessa época podem ser entendidos como paradigmáticos dos desvios ocorridos na psicanálise a partir da década de 30.

Durante muitos anos, a adolescência foi analisada pela psicanálise como período de crise que deveria ser apaziguada por uma intervenção que fortificasse o ego do adolescente, de modo a alçar voo para a conquista de um ideal harmônico. (Alberti, 2009)

Tal aceção do adolescente, cujo ápice reside na Psicologia do ego, tinha como base a ideia de que o ser humano possuiu um ego capaz de barrar toda sua vida pulsional indesejável ou anti-social. Por isso, uma disfunção do ego impediria o indivíduo de lidar com os conflitos encontrados ao longo de sua existência. Por volta de 1940, Marie Bonaparte, discípula de Freud na França, chegou a traduzir a frase freudiana *Wo Es war soll Ich werden* (onde isso era devo eu advir) por “o ego deve desalojar o id”, considerando o final do tratamento analítico nos termos da construção de um ego forte que tomasse conta do id (Alberti, 2009, p. 118).

Durante as primeiras décadas que sucederam aos textos de Freud, autores da psicanálise desenvolveram seus trabalhos com adolescentes no sentido de analisá-los como sujeitos incapazes de enfrentar uma “invasão do id”, da irrupção do “mundo misterioso das profundezas da alma e de pulsões inconfessáveis” (Alberti, 2009, p. 118). Nesse sentido, caberia ao psicanalista promover um *reforço do ego fragilizado*, a fim de que as profundezas da alma fossem dominadas em prol de um ideal de harmonia na convivência humana (Alberti, 2009). Esse movimento promoveu o afastamento do

legado freudiano sobre a impossibilidade de o sujeito escapar do inconsciente e de seu desamparo fundamental.

A puberdade, para Freud, comporta tanto as transformações corporais/orgânicas quanto psíquicas pelas quais o sujeito passa (Alberti, 2009). Assim, as excitações do aparelho sexual biológico seriam provenientes do mundo externo, do mundo orgânico interno e da “vida psíquica”, sendo que é a “inclusão dessa terceira excitação que nos mostra o quanto Freud, ao falar de puberdade, visava ao ‘psíquico’” (Alberti, 2009, p. 26).

As leituras psicanalíticas sobre a adolescência precipitam a necessidade de distinção entre os fenômenos hormonais da puberdade (vinculados às teorizações desenvolvimentistas embasadas por faixas-etárias), do sujeito adolescente, o qual não é incitado como indivíduo de um estágio de desenvolvimento, – ainda que este seja importante –, mas sim como sujeito do inconsciente e do desejo (Rassial, 1999). Nesse sentido a adolescência, para o autor, “concerne a uma realidade de processos psíquicos maior que a adolescência como período e nos informa sobre a própria construção do sujeito” (p. 90).

Em psicanálise, a constituição do psiquismo aponta para a imbricação fundamental do sujeito ao discurso que o precede: o discurso do desejo do Outro, da cultura, do sócio, dos afetos que circundam o campo político. As concepções freudianas que se referem à construção do sujeito foram gradativamente reformuladas, como apontam Magalhães e Féres-Carneiro (2005):

Kaës (1993) observa que, ao escrever “Totem e tabu” (1912- 1913), Freud estava profundamente imerso no questionamento sobre a transmissão da psicanálise e sobre o futuro da instituição psicanalítica. Naquela época, ele acabara de romper com o filho-

herdeiro-teórico esperado, Jung, e empenhava-se em desenvolver uma elaboração teórica que colocasse à prova a universalidade da psicanálise e sua extensão fora do campo intrapsíquico. Mais adiante, em “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), Freud complementa sua genealogia do psiquismo humano, fundamentando-a na relação dinâmica entre as instâncias intrapsíquicas: Isso, Eu, e Supereu. Essas instâncias, todavia, são instauradas a partir da experiência interspíquica e da corporal, constituindo uma espécie de grupo psíquico primordial (p. 25).

Com isso, a psicologia individual será sempre, em função da transmissão psíquica, uma psicologia social. A constituição do sujeito adolescente dependerá de como é enlaçado pelo social, de como é narrado e falado. Aqui, a ruptura com as leituras que concebem a adolescência como “fase orgânica” fica radicalmente exposta.

Com a entrada do sujeito na adolescência, Freud afirma que o mais importante e doloroso trabalho psíquico da puberdade é o desligamento da autoridade dos pais (Freud, 1905a apud Alberti, 2009). Na tentativa de separar-se dos pais, mas também do que a cultura, o social, o campo da ciência diz que o sujeito é, o adolescente buscará tentar encontrar o que ele próprio concebe como sendo si-mesmo. Todavia, tal separação nunca se efetivará completamente, – dado que, como já apontado, a própria concepção do sujeito está fundamentada nessas narrativas.

O sujeito necessita da presença desse Outro para constituir-se, já que a alteridade “deriva desse reconhecimento mútuo das diferenças subjetivas, da não-coincidência entre o outro e o desejo do sujeito e da preservação da diferenciação dos eus” (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005, p. 26).

O sujeito psicanalítico “é sempre determinado pelo Outro, até mesmo no que diz respeito ao seu desejo mais íntimo, pois, como definido por Lacan, todo desejo é desejo

do Outro” (Alberti, 2009, p. 36); e, desse modo, pode-se falar em uma separação, – o que não coincide com a individuação total.

Na operação adolescente, o sujeito é confrontado com o real de sua existência e terá de passar por um trabalho de reordenação psíquica para que “se situe em relação ao que não pode domesticar pelo saber e pelo dizer” (Alberti e Elia, 2008, p. 788). Essa elaboração teórica nos orienta para o algo-além, existente nessa operação: sobre aquilo que escapa à consciência e aos movimentos provindos da pura lógica cartesiana sobre o pensar e o existir. É nesse sentido que o sujeito é marcado pelo real, marcado pelo impossível de ser dito, pela lógica pulsional, pelo inconsciente.

No prefácio à segunda edição de seu livro, Sônia Alberti (2009) conclui que “enquanto houver adolescentes, haverá humanidade” (p. 11). Ainda, na apresentação desse mesmo livro, Antônio Quinet coloca a questão: “Se a entrada na adolescência pode ser detectada, resta saber se, como o despertar da primavera do desejo, ela tem um fim” (p. 15). A ciência buscou estudar a adolescência com o objetivo de pensar tanto a entrada na fase adolescente bem como a saída desta, já a psicanálise afastou-se desse movimento, justamente por estudar a adolescência, não para explicá-la, mas para “tentar dar conta dos fatores que levam o sujeito a se identificar com a adolescência” (Alberti, 2009, p. 58).

Nesse sentido, ainda que o sujeito convoque o Outro da lei por meio da passagem ao ato infracional, este não pode ser simplesmente classificado como adolescente em crise ou, como nomeado pelo senso comum, bandido em miniatura. Haverá que se considerar o seu desejo e a dimensão da falta simbólica que o extrapola, além de sua inserção na cena familiar, nos contextos social, econômico e cultural.

Com efeito, o sujeito adolescente, sobre o qual falamos até aqui, inserido no real da contemporaneidade sociopolítica e detentor de um inconsciente, “não é intrapsíquico, nem adjetivado por características x ou y, nem é do bem ou do mal. É constituído a partir do desejo do Outro, recriado a cada relação com o outro e depende da modalidade de laço social” (Rosa e Vicentin, 2010, p. 115). Essa posição aponta para a que foi afirmada anteriormente, qual seja, a de que o sujeito é construído no/pelo laço social. Assim, o inconsciente é produto e produtor das relações sociais e políticas.

Freud (1932 [2010]), em sua carta “Por que a guerra?”, remetida a Einstein, caminha no sentido de não precipitar “valorações de bem e mal” (p. 426). Em outra direção, afirma que, tanto as destrutividades/agressões quanto a capacidade de união/conservação humanas, são indispensáveis. Dessa forma, a “dificuldade de isolar em suas manifestações as duas espécies de instintos é que durante muito tempo nos impediu de conhecê-las” (Freud, 1932 [2010], p. 427). Raramente uma ação humana é obra de um único impulso pulsional, que “em si já deve ser composto de Eros e destruição” (Freud, 1932 [2010], p. 427).

Para além de constatações morais sobre o que seriam o bom ou mau ato, Freud fala de afetos que transpassam essas barreiras e aponta para a existência de prazer na agressão e na destruição. Assim, o que se pensa sobre o *Bem* e o *Mal* não correspondem ao que seria bom ou mal para o sujeito (Alberti, 2009, p. 270). Desse modo, o autor afirma que não há perspectiva possível para se abolir as tendências agressivas do ser humano (Freud, 1932 [2010], p. 429).

Ao verificar a impossibilidade de se acabar com tendências e afetos destrutivos presentes em cada sujeito, podemos, ainda, apontar para o fato de que a transmissão de todo saber, que é também inconsciente, que funda o psiquismo de cada sujeito, e é

atravessada pela educação de cada geração, contém em si uma forma de violência: a violação da criança.

Segundo Melman (2010), em toda a educação há também um voto de morte dirigido à criança, pois só renunciando ao desejo, como pontuou Freud, ela poderia preencher totalmente o ideal dos pais e da sociedade contidos nos modos de educação, sendo assim necessariamente, uma criança morta. Toda educação é a transmissão de um saber e tem de ser ao mesmo tempo a transmissão de um saber fracassado (Betts, 2010). É impossível satisfazer completamente ao ideal, como se vê de modo radical nas tentativas de normalização da infância marginal (Quagliatto, 2017, p. 63).

Também a adolescência implica em si uma violência: a da “contradição, tão importante para a evolução cultural, entre a nova geração e a antiga” (Freud, 1905a). Quando se refere à puberdade, “Freud introduz em seu seio não só a questão sexual, como também a contradição existente entre diferentes gerações” (Alberti, 2009, p. 26).

Freud jamais excluiu da adolescência o conflito de gerações, já que este “só tem sentido no contexto da adolescência porque é próprio dela fazer aparecer o real necessário ao desencadeamento de um conflito, o que às vezes pode acordar o mundo inteiro de sopetão” (Alberti, 2009, p. 120).

No contexto específico analisado, há que se pensar o conflito entre diferentes gerações, marcado por um excesso: o das repetições exaustivas de passagens ao ato. Essas repetições, encadeadas em um processo sociopolítico específico, refletem também a impossibilidade de simbolização dos excessos que invadem o psiquismo.

Ainda que em famílias das classes altas existam conflitos, excessos, violências, infrações praticadas por seus adolescentes, tratamos aqui de uma trama familiar específica, precarizada.

Apesar de muitos autores se remeterem à prática de “exclusão” direcionada aos adolescentes como explicação para seus atos, pretendemos aqui ir além dessa leitura¹³: pensar os adolescentes autores de atos infracionais como *agentes*, como sujeitos que não são passivos frente aos processos sociais que radicalizam as desigualdades econômico-sociais¹⁴. Pensá-los como sujeitos acrílicos promoveria uma leitura que os bestializaria.

O conceito de “segregação” pode ser mais interessante para analisar as passagens ao ato desses sujeitos. De acordo com Askofaré (2009), este conceito é recorrido sempre que a questão de circundar os efeitos do discurso da ciência na contemporaneidade é colocada. Entretanto, apesar da segregação, muitas vezes, se encontra diluída nas categorias sociológicas e políticas de “discriminação” e “exclusão”, o autor se propõe a “desembaraçar as coordenadas da noção de segregação no ensino de Lacan e a estabelecer que se devem distinguir pelo menos dois conceitos da segregação: a segregação como *causa*, ou mais precisamente como princípio e o *efeito* da segregação” (Askofaré, 2009, p. 346).

Depois de Lacan ter situado a prática e os efeitos de segregação, Askofaré (2009) comenta que o autor introduz um “modo de segregação”, que longe de ser *efeito* do discurso da ciência nos sujeitos, é “situado como origem, princípio de todo discurso” (p. 347).

Lacan afirmará que, na sociedade, “tudo o que existe está fundado sobre a segregação e, em primeiro lugar, a fraternidade” (Lacan, 1991, p. 132 *apud* Askofaré,

¹³ Como apontou Mariana Côrtes, na banca de qualificação, o termo “exclusão” pouco deixa espaço para pensar outros processos que influenciam as práticas delituosas. O termo exclusão promove uma colagem ao sujeito, impedindo-lhe outra narrativa possível. O processo de “desfiliação” seria uma chave interpretativa mais interessante para que possamos olhar para esses sujeitos, já que suas histórias são também as histórias das desfiliações das periferias brasileiras.

¹⁴ Henrique, em uma das entrevistas, chegou a formular que o “dinheiro” é o mal do mundo. Diz que se não houvesse o dinheiro – as desigualdades –, não existiriam “os presos”, “os bandidos”.

2009, p. 347). Logo, nenhuma fraternidade se concebe de fato, se não for, ao mesmo tempo, isolada do *resto*.

Ao propor sua releitura do mito de “Totem e tabu”, Lacan afirma: foi após terem matado o pai que os filhos se *reconhecem* irmãos: “o genitor não é o pai, o consanguíneo não é o irmão” (Askoraré, 2009, p. 347). O propósito de Lacan era o de conceber que a fraternidade seria, então, “o feito do significante”, e não da biologia: no caso do mito, “não é portanto a consanguinidade real, mas o reconhecimento de que eles são todos dois filhos da Morte – tornado pai e mesmo Nome-do-Pai – que os fazem irmãos” (Askofaré, 2009, p. 348).

Desse modo, a fratria, fundamentalmente, se constitui a partir do processo de segregação. Com isso, não se trata tão somente de exclusão direcionada aos sujeitos autores de atos infracionais, mas sim que os discursos científicos, a esses sujeitos direcionados, se fundam em processos segregatórios.

As escolhas por reagir à dimensão do real com violência e não a partir de *outras* formas são, mais uma vez, regidas pela dinâmica inconsciente. A partir desse pressuposto, retomamos a pergunta: o que leva o sujeito a se identificar com a figura de “*preso*”?

Em suma, sintetizaria: esses adolescentes, reconhecidos, muitas vezes, unicamente, em função de seus atos, são também agentes, irremediavelmente inscritos na lógica pulsional do inconsciente, e que reconhecem nas imagens de “*bandido*” e de “*preso*”, suas formas de existência. Esses sujeitos não são simplesmente objetos-alvo de exclusão, – assim como diversas literaturas os concebem.

Há que se pensar na maneira peculiar, – assim como ressaltam Vorcaro, Mazzini e Monteiro (2008), de se produzir laço social por meio do ato infracional entre os adolescentes de classe economicamente baixa.

Podemos ressaltar que essa tentativa de produzir *laço* está relacionada ao profundo desamparo em que se encontram esses sujeitos. O desamparo fundamental diz respeito à experiência estruturante do sujeito, “relacionada à falta de amparo, referida primeiramente aos primórdios da existência humana” (Rosa, 2016, p. 47). A existência do sujeito depende do Outro, que, de algum modo, oferece *algum* amparo para o sujeito. Já o desamparo discursivo é “retomado para articular o sujeito a modalidades de discurso social e político que promovem o desamparo. Quando há desqualificação de seu discurso, soma-se ao desamparo social do sujeito, o desamparo discursivo” (Rosa, 2016, p. 47). Há, nessa condição, a culpabilização do sujeito por sua condição social plurideterminada.

Mesmo diante do irremediável desamparo dos sujeitos, inúmeras são as narrativas (midiáticas e do senso comum) que, constantemente, reivindicam a coroação da família enquanto lugar de amparo, de acolhida, de “porto seguro”. Todavia, apesar de a instituição familiar oferecer, em certos casos e medida, alguma sustentação, ela é também palco de desordem, de *pathos*, de afetos ambivalentes. A crença de que essa instituição e sua forma de produzir laço pudessem suprimir o desamparo psíquico e social constitui, no entanto, uma ilusão. O capítulo seguinte tem por objetivo clarear esse pressuposto.

Capítulo 2 – FAMÍLIA E PSICANÁLISE

Dada a exploração feita acerca do ato infracional e de seu sujeito, passamos a um enlace entre esses elementos e a trama familiar em que se encontram imersos. Este capítulo abordará, em um primeiro momento, recortes da história da instituição *família*, as peculiaridades do funcionamento psíquico familiar e, por fim, a trama familiar de nossa pesquisa.

2.1 Recortes da história da família

(...) para a psicanálise a família, seja qual for sua evolução, e sejam quais forem as estruturas às quais se liga, será sempre uma história de família, uma cena de família (Roudinesco, 2003, p. 129).

Tão nítida e próxima de uma experiência banal e cotidiana, expressão de uma forma que encarna em si a conjunção de afetos vários, a palavra *família*, não obstante, se confunde em uma paradoxal claridade-sombria. Por não existir A família, recortaremos parte de sua história, de suas cenas, de suas voltas.

O desejo de dar a essa instituição contornos nítidos, bem como o estudo comparado das famílias, suscitou, entre os etnógrafos, “discussões encarniçadas”, – assim como afirma Lévi-Strauss em “O olhar distanciado” (2010, p. 69). O resultado de tais discussões foi a da “*reviravolta espetacular*” da teoria etnológica.

Durante a segunda metade do século XIX, e parte do XX, os etnólogos partiam do postulado de que as civilizações contemporâneas desses séculos, e, conseqüentemente, suas instituições, – casamento e família, – eram mais complexas do que as demais. Entretanto, essa posição foi tomada, cada vez mais, por uma

insustentabilidade: o fato era que o gênero família, caracterizado pelo casamento monogâmico e pelas relações afetivas estabelecidas entre pais e filhos, existia também nas sociedades julgadas rudimentares (Lévi-Strauss, 2010, p. 70).

Assim, depois de terem afirmado, durante perto de um século, que a família, tal como se observa nas sociedades modernas, é um fenômeno de aparição relativamente recente, produto de uma longa e lenta evolução, os etnólogos inclinam-se hoje para uma opinião oposta: a família, baseada na união mais ou menos duradoura, mas socialmente aprovada, de dois indivíduos de sexos diferentes que fundam um lar, procriam e educam os seus filhos, aparece como um fenômeno praticamente universal, presente em todos os tipos de sociedades (Lévi-Strauss, 2010, p. 71).

Praticamente universal, a família conjugal é observada com muita frequência nas variadas sociedades humanas, e, onde quer que ela não se apresente, trata-se, geralmente, de sociedades muito evoluídas e não rudimentares, como se pensava. Essa ideia é defendida por Lévi-Strauss, ao apontar que, nas chamadas sociedades “rudimentares”, havia uma “série elaborada” de leis e interditos que estabeleciam os tipos de relações permitidas entre os sujeitos. Assim, a ausência da família nuclear nessas sociedades não faz delas expressão da involução.

Pode-se afirmar, então, que a existência de tipos de família não-conjugal é o bastante para o convencimento de que esta última não provém de necessidade universal. O problema, então, levantado por Lévi-Strauss, está dado: “se a universalidade da família não é o efeito de uma lei natural, como explicar que a encontremos por quase todo o lado?” (Lévi-Strauss, 2010, p. 75).

Longe de tentar responder a questão, e justamente por isso, podemos apenas concordar com o autor sobre a condição de erro que implica a abordagem do estudo da família a partir de certo espírito dogmático. Basta nos atermos para o fato de que, a cada

instante, o objeto que, pretensamente, pensava-se entender, se oculta (Lévi-Strauss, 2010, p. 75). É sobre essa condição escorregadia, inacabada e enigmática que este estudo pretende se debruçar. Podemos, assim, fazer recortes da história da família, percorrer caminhos incertos e radicalizar rupturas, quando estas se fazem necessárias.

Ainda que haja disparidades entre as épocas históricas, as sociedades e suas formas de família, pode-se sugerir que algo em comum está posto entre elas: não sendo um dado em si, são constituídas por suas histórias, por suas cenas de violência que se repetem de maneiras sempre outras, por seus não-ditos transmitidos pelas gerações, pelas identificações inconscientes que atravessam sua trama.

A família, escreve Neves (2008), é o cenário das “versões controversas sobre amor e agressão, confiança e abuso, respeito e invasão” (p. 24). As histórias das famílias se voltam para as reminiscências das dores já sentidas, ao passo que as lembranças não se limitam às “interloquções do sujeito consigo mesmo”, mas incluem as variadas versões das gerações que o antecederam (Neves, 2008, p. 24).

Ao tentar dar conta de tais atravessamentos, a psicanálise freudiana buscou nos mitos as metáforas possíveis, por vezes, trágicas, de seu romance familiar. Sintoma do mal estar da sociedade burguesa *fin de siècle*, às voltas com a decadência do poder antes divinizado da figura do pai¹⁵, bem como com as neuroses e adoecimentos que eclodiam no íntimo das famílias, a psicanálise buscou ser, também, um método de pesquisa, e sua prática implicava a tentativa de tratamento do sofrimento psíquico.

Palco de cenas dramáticas e de afetos violentos, a família foi e continua sendo objeto de intervenção e controle da ciência – inclusive psicanalítica. Na apresentação do livro “*A Polícia das Famílias*”, Donzelot (1986) provoca: tornou-se ritual essencial de

¹⁵ Sobre a divinização da figura do Pai, ver “A família em desordem” (Roudinesco, 2009).

nossas sociedades perscrutar, com certa regularidade, a face da família com intuito de decifrar nosso destino, entrever, com sua suposta morte, a iminência de retorno ao estado de barbárie, ou, ainda, nos garantirmos de sua capacidade inexaurível de sobrevivência.

Passando ao largo da racionalidade de discursos políticos, a família “constituiria o outro polo de nossas sociedades, sua vertente obscura, uma figura enigmática sobre a qual se debruçam oráculos para ler, nas profundezas onde ela se move, as inflexões de nosso inconsciente coletivo, a mensagem de nossa civilização” (Donzelot, 1986, p. 10).

Desvinculada da dimensão estritamente biológica, é seu emaranhado cultural e simbólico que constituirá a fonte de interesse dos discursos científicos sobre a família. A história, a psicanálise, a antropologia e sociologia, dentre outros saberes, se movimentaram para traçar análises sobre sua história.

A abordagem da família, ressalta Neves (2008), considerando as peculiaridades que o próprio termo pressupõe, significa “repensá-la na ordenação do passado, do presente e do futuro, numa perspectiva circular, estrutural, dialeticamente efetivada na relativização de parâmetros ditos universais” (p. 31).

No antigo regime, a família era, a um só tempo, sujeito e objeto de governo. Sobre sua face de sujeito, fala-se da distribuição interna do poder: mulher, filhos, parentes e serviçais deviam obrigação ao chefe de família. De outro lado, a família se afigura como objeto de poder, em função de também seu chefe situar-se em relações de dependência. Por esse viés, todo o corpo familiar está imerso num sistema de “obrigações, das honras, dos favores e desfavores que agitam as relações sociais” (Donzelot, 1986, p. 86).

A inscrição direta da família, no campo político, traz consequências ao exercício do poder social. No Antigo Regime, o chefe da família deverá responder por seus membros, além de garantir fidelidade à ordem pública. Oferecerá contribuições por meio de impostos, trabalho e homens (milícias). Com efeito, o não pertencimento a uma família é nivelado a pessoas sem fé, “sem eira, nem beira, mendigos e vagabundos que, por não estarem em nada ligados ao aparelho social, desempenham o papel de perturbadores nesse sistema das proteções e obrigações” (Donzelot, 1986, p. 50).

No Antigo Regime, os errantes e infratores da ordem não têm, portanto, ninguém para suprir suas necessidades, além de ninguém para retê-los nos limites da ordem. Dependerão da caridade e da esmola, – ato que honra quem o pratica, já que nada se espera de volta, mas que não integra o que dele se beneficia, mantendo essa “população flutuante” (Donzelot, 1986, p. 50). Caso não se tornem dependentes da caridade e da esmola, serão, pois, da administração pública, encaminhados para os Hospitais Gerais e demais instituições totais de privação de liberdade.

Isto tudo se passa segundo um esquema de colaboração muito simples, o Estado diz às famílias: mantende vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que, podereis fazer deles o uso que vos convier e, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chama-los à ordem (Donzelot, 1986, p. 51).

Na França do século XIX, diversos foram os mecanismos do Estado para tentar conciliar seu próprio desejo ao do proletariado, como a aliança estabelecida entre a medicina e a figura da mãe (“*aliada de plantão*”), o trabalho das mulheres nas usinas-conventos, como tentativa destas em conseguirem um dote para alcançar a possibilidade de se casarem e o recebimento das famílias de uma habitação “*social*” (Donzelot, 1986,

p. 42). As artimanhas do Estado tinham, como meio e objetivo, a restauração da vida familiar, a qual significava a fórmula mais econômica de vigilância mútua (p. 44).

A imposição da conciliação desses desejos é marcada pelo crescimento da polícia no século XVIII, que se apoia no poder familiar, “promete-lhe felicidade e tranquilidade, estendendo seu império sobre os rebeldes e as escórias da família” (Donzelot, 1986, p. 29). De acordo com o autor, o termo *polícia* é tido, nesse momento, como uma acepção que englobaria *os métodos de desenvolvimento da qualidade da população*.

São também os procedimentos de transformação da família que instalam as formas de integração moderna que emprestam às nossas sociedades seu caráter particularmente policiado. Nesse sentido, a famosa crise da família, sua crise de liberação, apareceria não tanto como intrinsecamente contra a ordem social atual, mas sim, como uma condição de possibilidade de sua emergência. Nem destruída nem piedosamente conservada: a família é uma instância cuja heterogeneidade face às exigências sociais pode ser reduzida ou funcionalizada através de um processo de flutuação das normas sociais e dos valores familiares. (Donzelot, 1986, p. 13).

Com a pretensão do Estado em incentivar a formação da família, e, com isso, também infiltrar em seu seio estratégias e meios de policiá-la, o principal instrumento que a mulher poderia receber seria a mencionada habitação “*social*”. Dessa forma, incita-se retirar a mulher do convento, – para onde eram dirigidas aquelas pobres que não tinham dotes para casar, ou ainda as que eram vistas como fonte de vergonha para a família, – para que ela retire o homem do cabaré. O objetivo de concessão das habitações sociais era o de fazer dessas um espaço sanitário (Donzelot, 1986).

Somente eram concedidas habitações às famílias que se adequassem às condições de admissibilidade, garantidoras da moralidade dos habitantes. Não obedecendo à moral e às condições impostas, essas famílias corriam o risco de serem despejadas. O apego dos operários à ordem pública era conquistado em função do desejo desses em preservar suas moradias. Esses espaços deveriam ser amplos o suficiente para que fossem higiênicos, além de serem pequenos o bastante para que ninguém, além da família, pudesse neles viver (Donzelot, 1986).

O cenário da “casa” foi atravessado pela construção da intimidade e da domesticidade. A separação entre a casa e a rua, o íntimo e o público, não foi sempre tão nítida quanto o é na contemporaneidade. Ao citar Rybczynski (1996), Neves (2008) faz menção ao fato de que, na aristocracia europeia dos séculos XVI e XVII, não havia divisão rigorosa entre o público e o privado: as famílias se misturavam ao público, viviam nas ruas e nas festas.

Nesse constante intercâmbio, as casas “serviam como ponto de encontro público, de forma que, além da família, incluíam-se empregados, amigos e afilhados, somando mais de vinte e cinco pessoas frequentemente” (Neves, 2008, p. 41-42). Atividades, hoje, demarcadas por sua dimensão íntima, como dormir e tomar banho, foram, naquele contexto, práticas comunitárias.

Com o fim da Idade Média, deu-se início aos primeiros sinais de mudança nas condições da vida doméstica. Esses sinais são vislumbrados na melhoria das comodidades físicas das casas e na separação entre os lugares reservados ao trabalho e ao ato de dormir. A casa passava, assim, a ocupar o lugar de privacidade (Neves, 2008, p. 43).

Pensar sobre a casa é também refletir sobre as relações tensas e fundamentalmente ambivalentes, que se estabelecem entre os sujeitos dentro da família, relações sempre marcadas pela construção do cenário doméstico. Não se tratando apenas de obra arquitetônica, social, cultural e econômica, esse cenário é ainda “a casa da família, lugar e refúgio de um agrupamento peculiar, que produz e reproduz neste cenário filhos, irmãos, tios, avós... mas, de maneira incomensurável, produz singularidades e subjetividades a partir dessa coletividade” (Neves, 2008, p. 48).

Se no salão medieval não era possível o significado das palavras privacidade e intimidade emergir na volúpia das relações humanas, a nova casa confirma a vida familiar relativamente mais reservada da investida pública, movida, principalmente, por um novo sentimento diante da infância. Ariès (1986) e Donzelot (1980) destacam a era de valorização e culto às estripulias infantis, é o período da *paparicação*. A *paparicação* era flagrada em todos os grupos, até mesmo nas camadas menos favorecidas (Neves, 2008, p. 43).

Já, na modernidade, o culto e a valorização da infância se dão em função da importância de um cálculo a ser feito: a higienização que a educação dos pequenos acarreta torna-se economicamente útil. Por meio da criança, o professor poderá inculcar os ideais higienistas dentro das famílias populares que propagam seus excessos (Donzelot, 1986). Assim, é preciso voltar para a infância todos os olhares e vigilâncias.

Por meio da escola, será possível, ao mesmo tempo, “limitar a imprevidência na reprodução”, e “aumentar a previdência na organização da vida, atingir o principal estímulo da atividade humana que é, como dizia Malthus, muito mais o medo da necessidade do que a própria necessidade” (Donzelot, 1986, p. 73). A disseminação do medo da necessidade seria, então, o ponto de partida e o alvo a ser alcançado pelos higienistas, o ciclo a ser perpetuado *ad infinitum*.

No século XIX, a necessidade de separação entre o núcleo familiar e a intromissão de um estranho estava na ordem do dia, buscando-se purgar quaisquer possibilidades de desvios e de promiscuidades amorais dentro desses espaços. Os manuais de separação dos quartos entre idades e sexos dos filhos ensinavam as famílias a estabelecerem certa ordem dentro de suas casas, além de serem também educadas a serem higiênicas e moralizadas. A família, o *desejo de família*, deveria, ao mesmo tempo, ser incentivado e policiado.

Nesse contexto, a infância era investida de cuidados e de olhares que a vigiava. Nas famílias burguesas, em torno das crianças, traçava-se um “cordão sanitário” que delimita seu campo de desenvolvimento: tanto aquele da ordem do corpo, bem como do espírito será “encorajado por todas as contribuições da psicopedagogia postas a seu serviço e controlado por uma vigilância discreta” (Donzelot, 1986, p. 48).

Do outro lado, da infância das classes populares, é o excesso de liberdade e o abandono nas ruas que constituem o problema a ser resolvido. As técnicas instaladas consistem, então, em limitar a liberdade, em dirigir a criança para espaços vigilantes como a escola ou a habitação social.

De acordo com Neves (2008), a tentativa de organizar premissas conceituais capazes de definir a família constitui uma difícil tarefa. O desafio constitui “pensar sobre o suporte teórico que sustenta a intervenção no que tange aos recortes que envolvem a organização familiar, especificamente, a família das camadas populares” (p.68).

A partir do século XIX, com o intuito de controlar as classes populares e sua infância, surge uma nova série de profissões ligadas à assistência social. De início bastante marginal, o trabalhador social substituiu, progressivamente, o professor

primário na “missão civilizadora do corpo social” (Donzelot, 1986, p. 91). Não vinculados a uma única instituição, esses trabalhadores “enxertam-se como apêndice nos aparelhos pré-existentes: judiciário, assistencial, educativo” (Donzelot, 1986, p. 91).

A concepção da pobreza e de sua possível “*deseestrutura familiar*” constituiu o pretexto dos trabalhadores sociais que, motivados a intervirem nas carências familiares, homogeneizavam e naturalizavam as condições de existência de seus sujeitos. Todavia, como afirma Neves (2008), é preciso desnaturalizar a pobreza e vislumbrar suas diversas *gradações* (p. 72). Apesar de não constituírem unidade em um único lugar de inserção, os trabalhadores sociais guardam sua singularidade no domínio de suas intervenções: o alvo nas classes “menos favorecidas”.

No interior dessas camadas sociais eles visam um alvo privilegiado, a patologia da infância na sua dupla forma: a infância em perigo, aquela que não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas, e a infância perigosa, a da delinquência. Toda a novidade do trabalho social, toda a sua modernidade consistiria justamente nessa atenção mais concentrada com relação aos problemas da infância, num questionamento conseqüente das antigas atitudes de repressão ou de caridade, na promoção de uma solicitude educativa sem fronteiras, visando mais a compreensão do que a sanção judiciária, substituindo a boa consciência da caridade pela busca de técnicas eficazes (Donzelot, 1986, p. 92).

Guardadas as particularidades culturais em que o autor supracitado se insere, consideramos, aqui, ainda, a importância de mencionar o fato de que, no Brasil, as políticas de repressão e de caridade se delongaram até a metade do século XX. Representação nítida dessas políticas é o fato, citado anteriormente, de o nosso país ter sido o último a extinguir, de suas cidades, a instituição da *Roda dos expostos*.

Nas leituras dos especialistas sobre a educação vigiada dos menores, há sempre os dados sobre os delinquentes e suas famílias. O saber criminológico se debruça sobre os signos em comum, no passado desses sujeitos, e detectam nos invariantes de suas situações os “pródromos de suas más ações” (Donzelot, 1986, p. 91). Assim, é possível estabelecer o *perfil padrão do futuro delinquente*: a figura do pré-delinquente, essa “criança em perigo de se tornar perigosa” (ibidem).

As audácias da prevenção terão o objetivo de capturar o sujeito de seu futuro e presumido delito. Perscrutar-se-ão estudos e intervenções na dinâmica familiar, a partir do contexto social, que faz dessa criança em risco um sujeito *de* risco. Partindo-se da vontade de reduzir os recursos ao poder judiciário e ao poder penal, o trabalho social irá se apoiar nos saberes psiquiátrico, sociológico e psicanalítico para antecipar a dimensão do drama¹⁶ (Donzelot, 1986).

Quando a prevenção não alcança seus objetivos claros, a saída será o tribunal de menores. Donzelot (1986) afirma que “em vez de um lugar de deliberações e de julgamentos públicos, o tribunal de menores faz pensar na reunião de um conselho de administração de uma empresa de produção e de gestão da infância desadaptada” (p. 95).

No início do século XX, o instrumento do *inquérito social* foi concebido a partir da excessiva preocupação de evitar que o investigador fosse enganado pelas encenações da pobreza. Em 1920, um texto¹⁷ foi escrito para orientar as técnicas de como o inquérito seria feito pelos trabalhadores da área. As estratégias seriam as de

¹⁶ A substituição da lei pela educação poderá ser lida de duas maneiras: primeiro, como a anulação do poder repressivo abrindo-se espaço para a “*educação libertadora*”; segundo, como a extensão do poder judiciário nas práticas educativas, como o aperfeiçoamento desse poder e de seus procedimentos. Em suma, como a *ramificação infinita* de seus poderes.” (In “*A polícia das famílias*”, Donzelot, 1986, p. 93).

¹⁷ Texto citado por Donzelot, 1986: “*L’enquête sociale*”, *Revue philanthropique*, 1920, p. 363 ss (In “*Polícia das famílias*”, Donzelot, 1986, p. 113).

aproximação circular da família, as tentativas de buscar testemunhos e delações a respeito dela, a partir das falas dos professores primários, vizinhos, comerciantes e quaisquer outros sujeitos que conhecessem suas falhas. A segunda regra seria a das *visitas surpresas* feitas na casa das famílias, de modo que se possa obter, em primeiro lugar, o maior número de *confidências* da mãe, e, em uma segunda visita, confrontar o que disse a mãe com os testemunhos do pai. A terceira das regras citadas por esse texto de 1920, citada por Donzelot (1986), abaixo, reflete o caráter intrusivo na intimidade dessas famílias:

Terceira regra: *verificação prática do modo de vida familiar*. A conversa com a família, além de ser instrutiva, deve, sobretudo, dar prazer ao investigador (e ao investigado: “é a parte mais atraente de suas funções”). Ele deve “falar e fazer os outros falarem o mais que puder. Essas conversas sempre causam prazer àqueles que são interrogados”. Manifestação de um interesse, distribuição de conselhos. De certo modo é o preço que se tem que pagar para operar, sem muito sofrimento, um levantamento sistemático de informações. “Falando e tomando algumas anotações, o visitador observa à sua volta, examina o aposento, sua disposição, seu estado, as promiscuidades que ele impõe, as condições de higiene em que vivem os habitantes. Ele estabelecerá o inventário da mobília, dos utensílios, das roupas à visita”. Também não é mau levantar a tampa de algumas panelas, examinar as reservas de alimentos, as camas e, se for preciso, tirar algumas fotos expressivas (Donzelot, 1986, p. 115).

O inquérito social e sua testagem da receptividade da família para essa suposta “intervenção branda” visa alcançar as confidências e confissões dos sujeitos marginais.

Está demasiadamente clara a ideia de que as famílias pobres e marginais são as que têm sido surpreendidas por essas visitas não agendadas, pelos vasculhamentos do que de mais íntimo possa existir dentro de suas casas. Apesar de ser conhecido o fato de

as famílias das classes média e alta serem também violentas em seu íntimo, estas últimas quase não passam por esses processos de inquirição, ou, se passam, eles são realizados de *outra* maneira. De acordo com Donzelot (1986), a família marginal, mais do que a “criança problema”, torna-se “o verdadeiro lugar da doença” (p. 122). As investigações nas casas eram e continuam sendo rituais de humilhação da pobreza.

Ao se perguntar qual a razão de as famílias populares investirem tanto na vida familiar ordenada por princípios burgueses, que, em suma, oprimiam as classes proletárias, Donzelot (1986) afirma: pensar que isso ocorre por efeito de impregnação ideológica “é o mesmo que dizer pudicamente que se trata de imbecis, e equivale a mascarar mais ou menos habilmente uma carência de interpretação” (p. 53).

Para além da categorização discursiva, que buscou associar as famílias marginalizadas à condição de doença, nos interessa analisar a família em sua dimensão psíquica. Sejam as famílias marginais ou não, estas estão irremediavelmente marcadas por seu *pathos*, por suas tragédias, por suas ambivalências.

2.2 Funcionamento psíquico familiar

É como se o tempo desse voltas redondas e tivéssemos voltado ao princípio (“Cem Anos de Solidão”, Gabriel García Márquez)

O livro de Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*, narra a história dos *Buendía*. As “*voltas redondas*” se referem à repetição exaustiva dos nomes de personagens da trama familiar, mas também das cenas de violência, circulação de afetos, incesto, guerras, rompimentos, desaparecimentos, não-ditos. O texto é povoado

por silêncios de uma geração, que aparecem nas atuações inconscientes das próximas. O livro é, aqui, trazido como metáfora do funcionamento psíquico familiar.

Se concebemos o fato de que, na dinâmica familiar, há enlances, afetos e identificações de ordens inconscientes, partimos do pressuposto de que há, no vínculo familiar, a repetição desses afetos ambivalentes, que são, por vezes, da ordem do traumático. Repetições: não reproduções. As repetições se dão a partir do que chamamos, em psicanálise, de transmissão. De acordo com Correa (2003),

O processo de transmissão psíquica geracional solicita um trabalho psíquico inconsciente constante, de elaboração e transformação. Esse processo é definido como obrigatório na sucessão das gerações, porém, a urgência não é sempre realizar a transmissão, mas também a de interrompê-la (p. 38).

Com efeito, compreende-se que conteúdos psíquicos não simbolizáveis, os não-ditos, – ou “*mal-ditos*” –, os excessos que invadem o psiquismo familiar, são transmitidos pelas gerações. Para Kehl (2016), o inconsciente capta e guarda os não-ditos e os interditos tanto na esfera familiar quanto na pública. Assim, o recalcado se transmite e produz efeitos que somente a posteriori poderão ser nomeados e inscritos na cultura que os produziu: “As próprias transformações, progressistas ou regressivas, que afetam permanentemente as formas da cultura, ocorrem como que à revelia dos sujeitos – que delas participam *sem saber o que fazem*” (Kehl, 2016, prefácio para o livro *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*, de Miriam Debieux Rosa).

Para que as repetições mortíferas, que tais conteúdos impõem, deixem de se reatualizar incessantemente, faz-se necessário que o excesso traumático seja simbolizado: que ganhe símbolos, novos sentidos, diferentes interpretações possíveis.

Para Gomes e Neves (2016), a família é compreendida pela Psicanálise dos Vínculos como a “dinâmica vinculativa inscrita no contexto social, de maneira que o

enredamento afetivo do grupo familiar é composto de um organizador grupal inconsciente que o compõe e de elementos organizadores dos vínculos” (p. 153). Ao citarem Eiguer (1985), as autoras afirmam que as famílias são formadas por membros que possuem, em grupo, modalidades de funcionamento psíquico inconsciente, que se difere do funcionamento psíquico individual. Assim, os enredamentos psíquicos presentes na trama familiar são organizadores e direcionadores das cenas familiares.

As cenas familiares, a instituição familiar, – como quaisquer outras instituições, –, enfrentam mudanças de acordo com as conjunturas social, política e econômica. Em psicanálise, é importante entendermos como os ordenamentos psíquicos da dinâmica familiar alteram e são alterados pelas mudanças sociais que localizam a família em determinado tempo histórico.

A crescente dissolução do modelo da família nuclear, – composta por um pai, uma mãe e seus filhos, tal como era conhecida até a metade do século XX –, é uma dessas transformações que operaram mudanças nas dinâmicas psíquicas das famílias. Interessa analisar esse fenômeno em interface com os operadores que levam os sujeitos a insistirem e se identificarem com esse *modelo* nuclear, e não com possibilidades outras de ser família.

Kehl (2003) enfatiza que, a cada ano, durante muitas vezes, os ditos “*profissionais da área*” são convocados a falar sobre a relação entre a dissolução da família nuclear e algumas variantes, quais sejam: a delinquência juvenil, violência, desorientação dos jovens, abuso de substâncias psicoativas na adolescência, dentre outros. Ressaltamos que essas variantes não são respostas e correlações diretas com a decaída de tal modelo familiar.

Os enunciadores de tais discursos, de acordo com a pesquisadora, parecem, assim, acreditar que a família funcionaria como núcleo de transmissão de poder, e que

deveria arcar sozinha com a moralidade e a ordem nacionais. Entretanto, Kehl (2003) relembra que a família nuclear dita *normal*, e que predominou, por tão pouco tempo, entre o início do século XIX até meados do século XX, foi o grande laboratório das neuroses a que a Psicanálise veio a conhecer naquele momento.

Santos e Bemfica (2017), também sobre as mudanças vislumbradas nas tramas familiares, apontam que, diferentemente das sociedades e das famílias tradicionais, – nas quais a crença no saber consistente e coerente do Outro era reivindicada –, na pós-modernidade, ela é relativizada. O relativismo pós-moderno enseja o não prolongamento das grandes narrativas que são construídas a partir do lugar do mestre, mas, ao contrário, “trabalha para desconstruir os grandes relatos e dissolver os vínculos sociais, contribuindo para aumentar o movimento das massas” (Santos e Bemfica, 2017, p. 53).

Com a destituição do chefe de família, a lei deixou de possuir a radicalidade de outrora, passando a ser algo negociável e de caráter temporário. Como diz Miller (1996), são tempos em que o “Outro não existe”. Na contemporaneidade os sujeitos estão em busca de outros ideais identificatórios para se orientar quanto ao campo do desejo e do gozo (Xavier, Ferreira e Paravidini, 2011, p. 50).

De acordo com os autores acima referenciados, a via de saída para a morte do pai é a fraternidade: as determinações do consumo¹⁸, da moda e quaisquer outras são seguidas por um todo horizontal. Nesse caminho, se um sujeito adolescente furta um objeto, ele está “tentando se adequar a estas regras, mesmo que por vias marginais, já

¹⁸ Mariana Côrtes, na disciplina “*Teoria Sociológica Contemporânea*” – PPGCS-UFU – propõe a hipótese de que a “*sociedade do consumo*” não é uma sociedade do hedonismo, mas sim do *trabalho*. Enquanto os indivíduos consomem e aprimoram, constantemente, as imagens de suas vidas nas redes sociais, eles estão trabalhando, produzindo incansavelmente seu capital simbólico: são os “*empreendedores de si mesmos*”, subjetivados pela sociedade neoliberal. Assim, podemos ainda sugerir a possibilidade de que os adolescentes autores de atos infracionais, ao apontarem a necessidade de consumirem apenas “*roupas de marca*”, além de estarem trabalhando suas imagens de si, estão ainda buscando uma identidade que possa forjar aquilo que não passa pelos símbolos, mas pelo produto de consumo.

que o que importa é alcançar o objetivo de ‘salvar-se do desamparo’” (Xavier, Ferreira e Paravivini, 2011, p. 50).

Dessa forma, atualmente, trata-se não da família em lugar do grande Outro que funda o sujeito, mas sim dos pequenos outros com os quais estes se identificam de maneira horizontal (Lebrun, 2008 *apud* Santos e Bemfica, 2017). Nesse caminho, a família autoritária, detentora das grandes narrativas, da ordem e da moral, cede lugar à *família mutilada*, assim como afirma Roudinesco (2003):

À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas. Ao perder sua auréola de virtude, o pai, que a dominava, forneceu então uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico, individualizado, cuja grande fratura a psicanálise tentará assumir durante todo o século XX (p. 13).

De acordo com Ceccarelli (2005), constatar que “o modelo clássico do Édipo não é condição *sine qua non* de subjetivação pode gerar uma crise que alguns autores chamam de ‘crise do masculino’ ou ainda de ‘declínio do poder paterno’” (p.270). O autor enfatiza que essa reorganização deve ser analisada e compreendida como crise das *referências simbólicas*, – crises que, de tempos em tempos, a humanidade atravessa com intensidade variada, dado que é uma construção sempre atrelada a um momento histórico-político específico.

A figura do homem autobiográfico, descentrado de sua auréola de poder, pôde aparecer a partir das mudanças socioeconômicas introduzidas em dado momento do capitalismo (entrada das mulheres no mercado de trabalho e circulação do capital).

De acordo com Ceccarelli (2005), tais mudanças denunciaram o caráter imaginário de uma forma de organização social na qual “os homens ocupam o lugar central. Isso fez com que estes passassem a ser questionados – coisa nova e, para alguns,

insuportável – justamente nas referências identitárias constitutivas de um modelo de masculinidade” (p. 271).

Assim, as referências simbólicas passam por reorganizações importantes e precisam ser tomadas a partir das conjunturas que as engendram.

O analista, o pesquisador, se ocupará da família a partir da concepção de que esta instituição é resultado de “traços psíquicos inconscientes constituídos pelos vínculos conjugal, parental, filial ou fraterno e parental-filial da família atual, que, por sua vez, traz referências dos ancestrais” (Gomes e Zanetti, 2009, p. 98).

Por ser caracterizada, ao mesmo tempo, como objeto e agente de transformações sócio-históricas, também a família esteve às voltas com suas formas de existência ao longo dos séculos. Se “*as voltas para casa*”, no momento de construção desta pesquisa, diziam respeito ao sujeito que retorna de uma instituição total para um lugar simbólico, também a família está às voltas com suas dinâmicas psíquicas que ensejam repetições, rupturas e invenções.

No nosso caso, a casa se transformou na instituição, que, de maneira precária, subjetivou e responde às perguntas de Henrique, que sintetizam: “Qual é o meu lugar?”

2.3 Casa-instituição e carreira moral

O termo “carreira” é constantemente utilizado como o trajeto laboral por que passam os sujeitos. Todavia, Goffman (2015 [1961]) afirma que esse termo tem sido cada vez mais utilizado para tratar de qualquer trajetória percorrida por uma pessoa. Essa carreira “não é algo que possa ser brilhante ou decepcionante; tanto pode ser um triunfo quanto um fracasso” (p. 111).

A dimensão ambivalente do termo citado constitui nosso interesse: a carreira permite o entrecruzamento entre o íntimo e o público. Ao abordar, especificamente, a carreira moral dos doentes mentais¹⁹, Goffman (2015 [1961]) afirma o exercício do estudo institucional do eu.

Pretende-se, aqui, abordar a carreira moral da trama familiar abordada nesse estudo. Esses sujeitos, em exaustivos rituais de possessões institucionais, construíram suas carreiras morais. Mais do que isso, forjaram seus modos de subjetivação no encontro com o poder²⁰.

Apesar de, no momento de delineamento deste projeto, ter insistido, como pesquisadora, “nas voltas para casa” do sujeito que foi internado por cometer atos infracionais, fui, cada vez mais, confrontada com a possibilidade *outra* de ser casa: a instituição.

É a instituição que oferece abrigo e nomes: é a *casa* que fez com que Henrique e sua família pudessem existir, – ainda que nos registros e relatos frios do aparelho judiciário. A carreira moral dessa trama é tecida nas passagens institucionais e processos de subjetivação imbricados pela casa-instituição.

As constantes passagens institucionais por que passam os sujeitos dessa família ensinam a revisitação de um lugar estranhamente familiar. A instituição como espelho, reflexo direto do que são seus sujeitos. Há, nela, reconhecimento possível, – ao mesmo tempo em que negado, almejado.

¹⁹ Goffman (2015 [1961]) concebe que a carreira moral do doente mental passa por três fases principais: o período anterior à admissão no hospital (“fase pré-paciente”), o período no hospital (“fase de internamento”) e o período posterior à alta (denominado “fase de ex-doente”) In: “Manicômios, prisões e conventos).

²⁰ Adiante, o texto “*A vida dos homens infames*” de Foucault irá retomar esse aspecto.

Tratamos de um contexto específico: o de precarização social, da família marcada pela intrusão do público no privado, – por meio de instituições como o Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Polícia, etc., por situações de vulnerabilidade e de violência sistêmica. Todavia, não tomamos como ponto de partida a ausência de capacidade crítica que essa família possa ter para pensar em seus modos de existência. É por concebermos a potência de suas narrativas sobre *as realidades*, – social e psíquica, – em que estão mergulhadas, que este estudo vem sendo traçado.

Nesse cenário, a casa-instituição encena o lugar estranhamente familiar de Henrique e de sua família. Freud (1919) concebe o estranho como a categoria do assustador, que remete ao que é, para o sujeito, algo inquietantemente familiar.

De início, Freud (1919) indica que palavra alemã “*unheimlich*” – estranho – pode contrapor “*heimlich*” – “doméstica”, familiar. *Unheimlich* é o nome de tudo o que deveria ter permanecido sombrio, oculto, mas que veio à luz. No entanto, o autor vai além dessa definição e descobre que *heimlich* anuncia a ambiguidade: pode significar o que é familiar e agradável, mas também, o que está oculto, secreto, sombrio. *Heimlich* é a palavra cujo significado impõe certa ambivalência, até coincidir com seu oposto, *unheimlich* (Freud, 1919).

O inconsciente, diz Rosa (2016), é o “insabido” que sabe, “o saber que o sujeito veicula, mas ignora” (p. 22). O inconsciente é o que deveria ficar oculto, mas retorna. Assim, como a casa-instituição é o lugar sombrio, mas familiar, é onde Henrique sempre esteve.

A casa-instituição, marcada pelas falas de Henrique como um lugar terrível, como “*a pior coisa*”, é inconscientemente buscada por ele, que repetia seus atos e retornava para sua estranha casa.

Além da carreira moral, forjada nessa instituição, Henrique foi subjetivado por ela. O retorno sempre foi estranhamente esperado, – ainda que o garoto anunciasse mudança, “*regeneração*”, o “*encontro com Deus do impossível*”. A tentativa por encontrar em Deus a saída para sua situação impossível, para a saída de sua vida que se assemelhava a um “*ninho de rato*”, reflete a também impossibilidade de encontrar saída por vias institucionais: a Unidade de Medidas Socioeducativas e sua família provocaram, cada vez mais, sua institucionalização. Não há saída por vias institucionais, há, cada vez mais, entradas, passagens e repetições institucionais.

Capítulo 3 – PSICANÁLISE E PESQUISA

3.1 Sobre a Psicanálise e a construção do caso

O método científico pressupõe a ideia de um “caminho a ser atravessado”. Há, no método, a metáfora de movimento, deslocamento, atravessamento (Castro, 2010, p. 24). O método psicanalítico sustenta a presente pesquisa, e, por sua vez, valoriza mais o *caminhar* do que o caminho previamente traçado (Castro, 2010). Ainda, assim, esse caminhar não se faz sem ancoragens possíveis.

Em seu texto sobre o método científico da psicanálise, Vorcaro (2010) aponta que foi, justamente, por não ter tornado seu método de investigação totalmente explícito, que Freud conseguiu trilhá-lo e transmiti-lo por meio de suas monografias clínicas. Assim, a escassez de recomendações técnicas é parte inseparável do método psicanalítico, já que aponta para a inviabilidade de o método se tornar pura técnica.

A pesquisa psicanalítica, necessariamente, se depara com o inusitado e não-sabido dos traçados metodológicos. A mera *aplicação* de recomendações técnicas corresponderia à proposição de conhecimento que “universaliza o objeto e, conseqüentemente, apaga sua manifestação singular” (Vorcaro, 2010, p. 11). É justamente a partir da *falta* que o método psicanalítico poderá operar.

Para Magtaz e Berlinck (2012), a proposição freudiana da atenção flutuante consiste em “não querer notar nada em especial” (p. 74). Em contraposição, a atenção proposital levaria o clínico, – ou o pesquisador, – àquilo que já é sabido e compreendido. Para os autores, o trabalho de interpretação do caso teria, “para o clínico pesquisador, a função de colocar em palavras – a formulação de uma situação

problemática – aquilo que ele viveu na transferência e apresentou-se como surpreendente enigmático” (p. 76).

O método psicanalítico opera de modo a não fazer caber o singular do caso no universal da generalização teórica (Vorcaro, 2010, p. 15). Nesse sentido, se o pesquisador restringe sua prática de pesquisa a um testemunho da psicanálise, tornando o caso a ser investigado simples exemplo de toda a teoria construída, o próprio método será obturado (Vorcaro, 2010, p. 15). A construção do caso, realizada nesta pesquisa, não tem por finalidade tornar-se demonstração exemplar de outros possíveis casos.

Considerando tais postulados, pretende-se buscar o singular da construção a ser realizada, tomando-se como imprescindível a instrumentalização da transferência da pesquisadora para com seu objeto de pesquisa no ato de construção das narrativas da trama familiar. Nesse sentido, Vorcaro (2010) compreende que só na

literalidade da narrativa escrita do caso poderemos reconhecer e distinguir o que há de singular na clínica. Tal literalidade é cara à psicanálise porque o que o analista grava e apaga da clínica é o que concebe como relevante ou desnecessário, evidenciando que seu ato de escrever está regulado pela responsabilização quanto ao seu ato clínico. Dizer da regulação do escrito pela clínica é dizer que o escrito submete-se, queira ou não, saiba ou não, às mesmas regras estruturais do que faz ato clínico. Nessa medida, a transmissão da clínica psicanalítica pelo que dela se escreve constringe o que há de singular no encontro-desencontrado dessa experiência. (Vorcaro, 2010, p. 16).

Há responsabilização do analista, – aqui tomado como pesquisador, – em recriar o método em cada caso, construindo-se estilo próprio em sua prática (Vorcaro, 2010, p. 11). Nesse mesmo sentido, Castro (2010) acredita que “é no estilo de escrita que o

psicanalista-pesquisador tem ainda a chance de dar cor ao caso clínico” (p. 28). Com efeito, a própria escrita do pesquisador é metodologicamente determinante na construção do caso, posto que “não há escrita sem sujeito para a psicanálise” (p. 28). Rosa (2016) adverte: o caso revela não só o analisando, mas também “aquele que escuta e as sinuosidades do campo e dos discursos no qual transita” (p. 168). Desse modo, o psicanalista-pesquisador tem participação nas entrelinhas do que escreve: no limite, não há neutralidade possível no ato de construção de caso clínico.

Magtaz e Berlinck (2012) acreditam que o caso, tido como porta-voz de um tema de pesquisa, é objeto investido, libidinalmente, pelo pesquisador. É necessário que uma questão enigmática, que surpreenda esse último, seja formulada. Tal ideia possibilita pensar que “o caso é do clínico e não do paciente. É do clínico que se trata quando se trata do caso, do clínico e de seu desejo de transformar sua vivência em experiência socialmente compartilhada por meio de um tema de investigação” (p. 77). O caso aqui construído é marcado pelo inconsciente da pesquisadora em contato com as narrativas afetivas dos sujeitos de pesquisa.

Freud (1908), em seu texto “Escritores criativos e devaneios”, faz a comparação entre o escritor criativo e a criança que brinca: ambos criam um mundo de fantasia, que, na verdade, levam muito a sério. Neste, investem uma “grande quantidade de emoção”, ao mesmo tempo em que mantêm nítida separação entre o ambiente fantasioso e a realidade (p. 135). Assim, ao deixar de *brincar*, o adulto passa a *fantasiar*, a *devanear*.

O escritor criativo, – o pesquisador criativo, – é aquele que inscreve em suas construções o seu próprio fantasiar, os devaneios de encontros com as narrativas dos sujeitos de pesquisa. Neste estudo, a construção do caso clínico será ancorada na condição de invenções possíveis, no espaço entre pesquisadora e a trama familiar, que

circundaram os diferentes espaços de movimentação (instituição, residência, reuniões com profissionais da rede, entre tantos outros dispositivos) que serão apresentados e discutidos neste trabalho.

Sobre os caminhos da pesquisa, antes do início das entrevistas, o projeto foi apresentado ao Juiz responsável por uma Vara da Infância e da Juventude, o qual autorizou a realização desta pesquisa e a coparticipação da instituição aqui mencionada.

A partir de tal autorização, este projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Uberlândia. Também foi obtida autorização da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas – SUASE, para realização de entrevistas que seriam gravadas e transcritas. As entrevistas feitas com Henrique foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Os encontros com o pai e a visita feita na casa da mãe e padrasto foram analisados a partir das escritas da pesquisadora.

As primeiras entrevistas são feitas com Henrique, dentro da instituição. Nesse momento, Henrique contava com dezenove anos incompletos, tendo completado a maioria seis meses antes, em internação. Esse menino magro, negro, aparentemente frágil e de braço cheio de cortes já havia cumprido medida socioeducativa de restrição de liberdade seis vezes antes. Nessa e nas outras internações, foi levado para a instituição em função de suas práticas de roubo e de tráfico de drogas.

Ao mesmo tempo em que fui até a instituição semanalmente, para entrevistar Henrique, consegui encontrar-me três vezes com Mathias, seu pai, em seu local de trabalho. As conversas aconteceram no balcão e foram permeadas por cheiro de cola, gritos, sorrisos, de falas como: “estou cansado!”, “lá em casa ele não mora mais”, “eu tentei de tudo com aquele menino”, “ele vai morrer rapidinho quando sair de lá”, “tudo

sempre caiu em cima de mim”, “a mãe dele nunca escutou um ‘a’ sobre ele”. Até aquele momento, não tinha conseguido encontrar Maria, mãe de Henrique.

Na iminência de desligamento institucional de Henrique, que sabíamos que poderia acontecer a qualquer momento, fiz alguns contatos com o Centro Socioeducativo e com um Centro de Prevenção à Criminalidade para saber quais seriam as possibilidades de acolhimento do garoto após sua saída. Tendo Henrique já completado dezoito anos de idade dentro da instituição, o desamparo legal e a decaída dos direitos da criança e do adolescente estavam postos. Além disso, o pai afirmava não querer o filho em sua casa. A mãe, fugidia, incerta, não aparecia na condição de referência de amparo.

Quando Henrique foi desligado da instituição, Mathias foi intimado a ir até lá para buscá-lo e o deixou próximo à casa de Maria. Depois disso, Henrique ficou algum tempo sumido. Enquanto isso, encontrei Mathias em seu lugar de trabalho. Eu procurava por Henrique. Depois, consegui encontrar Maria e Inácio (padrasto) em sua casa. Em dez dias, após a saída da instituição, ninguém sabia onde estava Henrique.

Após esse tempo sumido, Henrique entrou em contato comigo mais uma vez, por meio do celular de seu padrasto. Ele contou, depois, que conseguiu meu número com seu pai. Dizia, na mensagem, e, depois, na ligação, que estava na casa da mãe, e da dificuldade em “resistir às tentações”. Marcamos o primeiro encontro em uma Clínica-escola. Depois disso, outro atendimento é agendado e ele comparece. Nas duas próximas semanas, ele não voltou.

As entrevistas com Henrique e sua família aconteceram ao longo de três meses. A seguir, seguem as datas, em linha cronológica do acompanhamento do caso.

18/07/2018 Primeira entrevista com Henrique.

20/07/2018 Primeira entrevista com Mathias.

25/07/2018 Segunda entrevista com Henrique.

27/07/2018 Segunda entrevista com Mathias.

01/08/2018 Terceira entrevista com Henrique e conversa com a técnica da instituição separadamente.

03/08/2018 Terceira entrevista com Mathias.

07/08/2018 Primeira ida até a porta da casa de Maria.

10/08/2018 Quarta entrevista com Henrique.

14/08/2018 Segunda tentativa de encontrar Maria em casa.

16/08/2018 Vou até a casa de Maria no fim do dia e encontro com a irmã de Inácio (padrasto). Ela liga para ele, que fala que Maria está tomando banho. Conta que está na roça e voltará em dois dias.

17/08/2018 Quinta entrevista com Henrique.

18/08/2018 Ligo para o número de Inácio, para tentar falar com Maria. Os dois falam agora que voltarão “da roça” em quinze dias.

23/08/2018 Conversa com dois psicólogos da Unidade Socioeducativa sobre a saída iminente de Henrique da instituição.

24/08/2018 Sexta entrevista com Henrique.

27/08/2018 Reunião com a equipe de um Centro de Prevenção à Criminalidade.

28/08/2018 Recebo a notícia de que Henrique saiu da instituição na noite anterior.

29/08/2018 Quarta entrevista com Mathias.

04/09/2018 Visita na casa de Maria e Inácio. É Inácio quem toma conta da conversa, bêbado, de início, fazendo algumas ameaças a mim, e o tempo todo, silenciando Maria.

06/09/2018 Recebo mensagem de texto no celular, escrita por Henrique, contando que está na casa da mãe.

12/09/2018 Sétima entrevista com Henrique – Clínica-escola.

18/09/2018 Oitava entrevista com Henrique – Clínica-escola. Pergunto a ele se poderia conversar com a sua mãe para que viessem juntos no próximo encontro.

22/09/2018 Inácio liga para mim dizendo que não quer que Maria vá até a clínica de Psicologia. Fala que é Henrique quem foi preso e pergunta “o que o cu tem a ver com a bosta”. Digo que ela é sua mãe, e o padrasto afirma que vai romper o seu número como meio de comunicação com Henrique, e que o garoto não quer mais me ver. Volta a ligar algumas vezes, mas não atendo.

26/09/2018 Henrique não comparece ao atendimento.

28/09/2018 Henrique envia mensagem pelo número do padrasto dizendo que aconteceu um imprevisto e não pôde estar presente na última semana. Diz que estará na Clínica na próxima quarta.

28/09/2018 Não respondo a mensagem pelo número de Inácio. Envio uma mensagem a Mathias dizendo que, caso o encontre, diga a Henrique que estarei no

mesmo dia e horário na clínica universitária. O pai responde dizendo que, no dia 25/09/2018, portanto, três dias antes de Henrique enviar a mensagem de texto para mim, o garoto foi flagrado pela polícia, na tentativa de roubar uma moto. Essa mensagem enviada pelo pai foi encaminhada a ele por um amigo dele, sargento da polícia.

03/10/2018 Henrique não comparece ao atendimento e não volta a entrar em contato.

15/10/2018 Entro em contato com o pai de Henrique, e ele diz: “Ele saiu com aquele problema da moto... agora ele voltou de novo com o problema de um carro. Agora roubou foi um carro, agora. Eu num sei, agora num tive mais notícia, não. Só tive notícia que ele foi preso, só. Foi preso”. Pergunto se ele está, de fato, preso, e o pai responde: “Agora eu acho que sim”. O tom com que responde é de dúvida, mas não de estranhamento.

É nesse cenário incerto, marcado por ambivalências e angústia, que empreendo a jornada de tentativas de perguntar para Henrique, para a trama familiar, e para a rede, qual seria seu lugar. Em contraponto, questiono-me sobre de quais “voltas para casa” estava falando, no momento de escrita do projeto de pesquisa, e no decorrer dos encontros com os sujeitos da trama familiar.

Para qual *casa* Henrique voltaria? Para a *casa-instituição*, lugar estranhamente familiar que o nomeou, alimentou e recortou sua história.

A minha posição, como pesquisadora, diante das cenas que me tomam nesta pesquisa, será analisada, com maior profundidade, na construção de caso.

3.2 Apresentação do caso: cenário, personagens e histórias

A construção de caso começa a partir do delineamento do projeto e da posterior indicação de Henrique feita pela Vara da Infância e da Juventude.

Henrique é o segundo filho de Maria e Mathias. Os pais, casados por vinte anos, estabeleceram um vínculo marcado por excessos: do uso de bebidas alcóolicas, de desconfianças, de traições. Eles não conseguiram cuidar de Túlio, o primeiro filho que, durante a realização da pesquisa, contava vinte e sete anos. Na infância, Túlio viveu com uma tia, que o pai disse ser “bem de vida”.

O cuidado de Henrique também aparece terceirizado: viveu com sua bisavó Úrsula, em abrigos, por vezes, nas casas de cada um dos pais, na Unidade de Medidas Socioeducativas, nas biqueiras, nas ruas. Viveu sob o olhar vigilante do Conselho Tutelar.

Túlio, descrito pelo pai como “um menino doido e deslumbrado” de vinte e sete anos, foi levado para a prisão inúmeras vezes, inclusive no período que envolveu as entrevistas da nossa pesquisa. Na prisão, Túlio não recebe visitas, não tem contato com a família. Henrique contou que, há três anos, não o encontrava, e disse: “Quase que some a imagem do rosto dele na minha mente” (Henrique, entrevista 1). Quando Túlio ganha liberdade, rouba já no mesmo dia, e, logo, é encarcerado outra vez. A instituição é também sua casa.

Henrique, em sua infância, enxergava o irmão mais velho como um ídolo, que trazia dinheiro, objetos caros, carros, motos para casa. Já, na adolescência, passou a encará-lo com certo desprezo. Henrique disse que, um dia, chegou a encontrar com Túlio na rua. O irmão, que tentou se aproximar, estava magro, sujo, com os pés feridos. Henrique, não suportando a ideia de que ele quisesse permanecer em sua companhia,

disse: “Não, Túlio, sai quebrando. Cê tá me arrastando, sai pra lá”. (Henrique, entrevista 5).

Henrique, por sua vez, é descrito pelo pai como um menino que fora “quieto na infância”. Mathias disse que era difícil alguém chamar sua atenção: “Esse era o perigo, ninguém dava nada por ele” (Mathias, entrevista 1). Nas narrativas de Henrique, a própria infância aparece quase apagada: “É uma coisa que fugiu mesmo da minha mente, foi a infância. Mas eu tive ela! Mas eu acho que não foi das melhores, não. Mas eu tive...”. (Henrique, entrevista 1).

Rosa (2016) considera que a circulação de não ditos, interditos e mal ditos dos pais, quando não elaborados, repetem nos atos das crianças e adolescentes. A violência imposta a esses sujeitos contracenam com a pergunta fundamental: “o que leva a criança a acatar o mandato de não saber dos pais”? (p. 38). É preciso compreender ainda a posição do sujeito de não querer saber sobre si.

Maria teve ainda mais dois filhos: Eduarda e Matheus. Mathias acreditava ser o pai das crianças. Da menina, Eduarda, ele cuidou enquanto ela era bebê, vindo a descobrir depois que não era seu pai, e disse ter aceitado a situação. Quando descobriu que não era seu pai, a menina já estava morando com a avó materna, em outra cidade. Todavia, quando descobriu que não era o pai de Matheus, tentou matar o pai biológico do menino, e, por isso, ficou preso por um ano e quatro meses. Matheus, hoje, vive com o irmão de seu pai, morto. Mathias não explicitou as motivações que o levaram a aceitar a primeira traição e não a segunda.

A rede, o discurso institucional, no entanto, faz suas apostas: uma das pessoas que há muito conhece o caso de Henrique sugeriu ter lido, em um relatório do Conselho Tutelar, que Mathias havia contraído HVI após essa traição.

O peso das histórias de traição da mãe parece recair sobre Henrique, aos quatorze anos, em forma de desconfiança: Mathias começou a também desconfiar que fosse, de fato, pai de Henrique. Por vezes chegava até a afirmar sua não paternidade. A mágoa que sentiu, diz Henrique, é explicada pelo fato de o pai ter duvidado que ele fosse seu filho. O papel de sujeito duvidoso, de algoz, recaiu, na concepção de Henrique, sobre ele, possível fruto de traição, e, conseqüentemente, de desprezo.

Em seus relatos, Henrique conta que passou por exame de DNA, sugerido pela avó paterna, que dizia que o garoto nada tinha a ver com aquela confusão. O exame comprovou que Mathias era, de fato, o pai de Henrique. O amargor anunciado por Henrique, ao lembrar essas cenas, vem colado às frases: “Aí foi, acho que quando ele foi mais tentando me abandonar, sabe? Tipo: ‘Não, o Henrique já dá trabalho, ainda tem... eu ainda penso que ele num é meu filho! Então eu num tô nem aí pra ele’ (...) Foi aí que... eu num quis mais ficar dentro de casa com o meu pai (...) Foi aí que eu num quis. Num quis. Num voltei mais pra casa” (Henrique, entrevista 4).

Antes da ideia de realizar o exame, a mãe, enfurecida com a violência do ex-marido com o pai biológico de seu filho, se colocou na dinâmica de forma chantagista, dizendo para Henrique que *um dia ele saberia quem era seu pai*, provocando confusões, angústia, dúvidas e o clamor do filho, que implorava para que ela dissesse, então, de uma vez por todas, quem era seu pai.

Após a ruptura com Mathias, Maria começou a se relacionar com Inácio. Na casa, moram apenas os dois. Esse homem, chamado de “*bebinho*” por um vizinho, por vezes, referiu-se a si mesmo como sendo o pai de Henrique. Todavia, esse vínculo afetivo não é reconhecido pelo garoto, que disse já ter, uma vez, planejado matá-lo.

Henrique, na instituição, dizia não suportar o vínculo violento entre mãe e padrasto, além de não saber “explicar” a relação dos dois.

Inácio trabalha como autônomo, e, quando não consegue trabalhar, fica o dia inteiro em casa, bebendo. Quando o dinheiro acabava, Henrique dizia: “Mas, graças a Deus, ele tá sem dinheiro... num comprou pinga... Eu agradeço dele num ter dinheiro!” (Henrique, entrevista 8, após saída da instituição).

A casa onde a mãe vive com o padrasto é enxergada como um lugar perigoso, insuportável, que o levaria para possíveis recaídas, se lá permanecesse por muito tempo, após sua saída da instituição. Henrique disse, na primeira entrevista: “Ele bate na minha mãe, aí eu num... E a minha mãe num sai de perto dele. Aí é que eu num dô conta de conviver, num dô conta de vê aquilo. Um corta o outro... eu num sei nem explicar, na verdade” (Henrique, entrevista 1).

Já a nova configuração familiar do pai é formada por ele, a companheira Júlia e as duas filhas menores desta última. Júlia tem ainda outras duas filhas, já maiores de idade e que não moram com ela. Mathias disse, uma vez, que as meninas, que são ainda criança e pré-adolescente, o respeitavam mais do que seus filhos biológicos. Em seus relatos, Henrique reafirmava que o pai cuida das meninas como se fossem suas filhas. Ele diz que, mesmo após o resultado do exame de DNA, o pai continuou a “dar valor nas meninas”. As narrativas de Henrique nos levam ao rancor sentido por ele ao vivenciar a trajetória das descrenças sucessivas do pai com relação a ele, contrapostas à dedicação e cuidado constantes direcionados às meninas.

Mathias tentou levar o filho para trabalhar com ele. Todavia, o garoto chegou a roubar dinheiro de alguns clientes. O pai também contou que, mesmo lá dentro do local de trabalho, Henrique conseguia comprar drogas. Mathias relatou o fato com descrença,

dizendo que o filho conseguiu enganar a ele, mesmo sendo “vivido desse jeito” (Mathias, entrevista 1). Henrique também prejudicou Júlia: ela limpava um escritório, e, um dia, levou o enteado para ajudá-la. Henrique despejou adoçante dentro do filtro de água do escritório, e ela quase foi demitida. Mathias diz que o filho nega, até hoje, ter sido ele quem praticou o ato.

Mathias descreveu, com desgosto, o dia em que teve sua casa invadida por policiais, que procuravam por drogas. Nesse tempo, Henrique estava morando com o pai e a madrasta. Mathias conta como os policiais foram brutos: mexeram em tudo, desesperaram a mulher e as meninas em casa, mexeram nas plantas que ele ama, no seu quarto, na sua intimidade. Ele bateu em Henrique ali, na frente de todos, e ainda teve que dar satisfação aos vizinhos, que perguntavam, depois, o que havia acontecido.

Narrou a vergonha de ter que falar aquilo, mas disse que foi preciso dar satisfação a todos. A vizinhança não sabia que seu filho estava envolvido com drogas, e ficaram impressionados com o acontecido dentro da casa. Mathias afirma que bateu muito em Henrique por ele ter provocado tudo aquilo, mas, depois, se arrependeu e pediu desculpas ao filho.

Sobre as primeiras vezes que Henrique “caiu no Sistema”, Mathias contou que ainda acreditava no filho, pensava que era a idade, e que o garoto fazia besteira como ele fez quando tentou matar o pai biológico de Matheus. Mas, depois, diz, começou a desistir. Apesar de não querer receber o filho em sua casa, e achar que Henrique poderia ser morto ou ir para a cadeia, sonhava que, um dia, o filho pudesse apresentar a ele sua mulher, sua família (Mathias, entrevista 3).

Ainda, assim, os cenários das novas casas, das novas configurações formadas por Maria e Mathias, são denunciadas como os não-lugares de Henrique. Na casa do

pai, caso o menino lá entrasse, Júlia sairia. Na casa do padrasto, que domina Maria, há a possibilidade de entrada. Todavia, Henrique reconheceu, já, na primeira entrevista, o quanto seria insuportável permanecer nessa casa-naufrágio por muito tempo.

Henrique, em algumas entrevistas, procura saber qual é o seu lugar. Ele tentou passar algum tempo em cada uma das casas, mas acabava saindo dizendo: “aqui não é meu lugar”. O seu lugar apontava, cada vez mais, para as instituições de controle social.

Para o exame de defesa de dissertação, foram realizadas seis entrevistas com Henrique, dentro da instituição de internação, quatro encontros com o pai de Henrique, e apenas uma visita na casa de sua mãe. Após sua desinstitucionalização, foram realizadas duas entrevistas com ele em uma clínica universitária.

Capítulo 4 – CONSTRUÇÃO DE CASO

A construção do caso iniciou-se no delineamento do projeto de pesquisa, – momento em que a trama familiar era ainda desconhecida. No projeto, há a ideia de que as narrativas da trama familiar seriam escutadas na casa para a qual o adolescente fosse morar, após o cumprimento de sua medida socioeducativa. Na condição de pesquisadora, queria insistir na fantasia de que, mesmo que, minimamente, o sujeito contaria com o apoio de, ao menos, um familiar, e que haveria a casa.

No entanto, em pesquisa, fui confrontada com a possibilidade iminente de que Henrique não teria *casa para voltar*. Mathias, nas entrevistas, dizia não querer Henrique em sua casa. Durante as idas na porta da casa da mãe, não a encontrava. Encontrei pistas de que, de fato, a procurava no lugar certo, quando um moço da distribuidora de bebidas das redondezas confirmou que mãe e padrasto moravam por ali.

A casa simbólica, enquanto entrevistava Henrique na instituição, aparecia como impossível. “As voltas para casa”, sobre as quais me referia no anteprojeto, passaram a ser “as voltas da casa” em meu texto. É *a casa* que alimenta minha narrativa, que reaparece em momentos vários no texto. Isso diz da minha insistência pela concretização do retorno desse sujeito, pós-cumprimento de medida socioeducativa, para um lugar familiar. Parece que, como pesquisadora, queria acreditar que haveria algum amparo, – forjado na ideia de “casa”, – para esse sujeito.

Rosa (2016) dá tom ao ponto fundamental para a prática psicanalítica em contextos de violência: a resistência à escuta do psicanalista. Há, no analista, – no pesquisador, – a resistência de classe social na escuta desses sujeitos, a sua implicação nas normativas e interesses de classe de seu grupo social:

A escuta do discurso desses sujeitos fica insuportável não só pela situação em si como pelos atos infracionais cometidos pelo adolescente. Entendemos que tomar esse outro degradado no discurso social como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, dor e humilhação, situações geradas pela ordem social da qual o psicanalista usufrui – “[...] é *levantar o recalque que promove a distância social* e permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranoicos, com o outro miserável. Nessas situações, a escuta supõe *romper com o pacto de silêncio do grupo social* a que pertencemos e usufruímos²¹” (p. 48).

A lente de análise que buscava, para delimitar o projeto de pesquisa e as intervenções com Henrique, resistiam ao real: não haveria casa.

O primeiro contato com Henrique, dentro da instituição, é permeado pelo sentimento de insuportável. Era muito difícil, para mim, escutar aquele garoto que aceitava participar da pesquisa. Na primeira entrevista, conseguimos ficar juntos por vinte minutos. Ele inicia sua fala dizendo de seu desamparo: foi deixado de lado pela família depois de ter entrado no “*mundo do crime*”. Esse “*mundo*”, que sugere um mundo-além, é, no entanto, o mundo-possível.

Ao final do primeiro encontro, ele me perguntou que “*influência*” esta pesquisa teria em sua vida. Questionei o que ele queria dizer com *influência*, e ele, por fim, pergunta se eu iria ajudá-lo. Respondo que, nós dois poderemos, juntos, contar sua história.

Ao mesmo tempo em que sinto como insuportável esse contato, e o desfecho que estava sendo tramado diante de mim, fico totalmente mobilizada pelo caso. A ideia de que aquele garoto, sujeito “*das voltas para casa*”, não teria casa para voltar, me toma.

²¹ O trecho entre aspas foi retirado pela autora de outro texto, também de sua autoria: “O discurso e o laço social nos meninos de rua”. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 10, n. 2, 1999.

Mesmo mencionando a violência e o inexplicável vivenciado na casa da mãe, Henrique supunha, nesse primeiro momento, a possibilidade de ir morar com ela. Ainda que Maria não tenha disponibilizado contato telefônico para receber as ligações do filho²², o que fez com que os dois passassem o último ano sem conversar, durante o período da internação, Henrique queria insistir na ideia de que ela o acolheria, justificando essa fantasia na formulação “mãe é mãe”. Ainda, assim, nas semanas seguintes, quase não conseguia dizer para ele, dentro da instituição, que poderia ser que o seu pai não o quisesse em sua casa, além do fato de, naquele momento, não conseguir encontrar Maria.

Por me calar diante de Henrique, era provocada pelo grupo de supervisão: questionada sobre a implicação ética da psicanálise, e sobre a minha implicação no caso, assumo o caos da situação e consinto que eu não poderia continuar escutando Henrique, sem, de fato, olhar, junto a ele, para o que estava sendo anunciado do lado de fora.

Quando consegui falar abertamente sobre isso com ele, lanço-me em uma jornada quase exaustiva: além dos encontros semanais com Henrique na instituição, conversei com psicólogos da Unidade Socioeducativa por duas vezes, para saber quais movimentações institucionais estavam sendo feitas para esse movimento de retorno; visitei um Centro de Prevenção à Criminalidade para conversar sobre o caso e discutir possíveis articulações com a rede antes de sua saída da instituição; fui até a porta da casa de sua mãe algumas vezes para tentar encontrá-la e me desloquei até o lugar de

²² Os adolescentes internados nas Unidades Socioeducativas têm direito de fazer ligações para os familiares duas vezes por mês, além do direito de receberem visitas semanais. Mesmo assim, uma técnica da instituição relatou que a única vez em que conseguiu fazer visita domiciliar na casa de Maria, ela se negou a passar contato telefônico para conversar com o filho, dizendo que não possuía telefone. A técnica disse ter visto um celular na casa, mas não mencionou isso a Maria.

trabalho de seu pai para conversar sobre suas histórias, por vezes, escutar seus gritos ou acompanhar algum sorriso.

O pai, exausto, não conseguia entender o motivo da realização desta pesquisa, que, de acordo com ele, deveria ter sido feita quando Henrique tinha ainda quatorze anos. Ele gritava, me perguntando o que poderia fazer depois de tudo, mas ainda sorria quando imaginava como gostaria de encontrar seu filho: casado, com sua própria casa, um carro, e, talvez, feliz.

A idealização da família e a descrição da felicidade possível (ter mulher, filhos, casa, carro e moto) são as mesmas fantasiadas por Mathias e Henrique. No entanto, a sequência incansável das vezes em que Henrique “caiu no sistema” contracena com outra sequência: a de quedas identificatórias. Esta última aponta para o insuportável: Henrique não consegue alimentar as projeções do pai, ainda que sua narrativa fantaseie suas realizações.

Nesses movimentos, sentia-me angustiada frente ao que estava sendo desvelado: um garoto que completou dezoito anos dentro da instituição, que estava para ser “desligado” da instituição, sem saber se teria lugar para ficar, e, agora, totalmente desamparado pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Nessa última internação, Henrique não recebia visitas de quaisquer familiares. Apenas conseguia contato telefônico com o pai e avó paterna.

Maria, informavam algumas técnicas da instituição, só foi encontrada uma vez, em visita domiciliar. O seu endereço era antes desconhecido. Henrique o manteve em sigilo durante muito tempo. A mãe, que perdeu a guarda de todos os filhos, era protegida por Henrique. Penso que, talvez, ele não quisesse que entrassem em contato com sua condição precária de existência.

Os personagens da trama revelam um pouco a dinâmica que conseguem tecer: Túlio, nunca escutado, encarcerado múltiplas vezes; Mathias, preso nos tempos em que esteve enjaulado na “Colônia”, por tentativa de homicídio; Maria, enclausurada no vínculo violento estabelecido com Inácio, e nos discursos institucionais de mãe-desvalida; Henrique, preso na repetição incansável de internações e nas tentativas de achar qual seria seu lugar.

4.1 “É que na verdade eu sou um preso, né”: Henrique-instituição

No primeiro contato com Henrique, a apresentação feita é de desamparo: a primeira fala é sobre os pais terem lavado as mãos a partir do momento em que entrou “pra vida do crime”.

Lavaram as mãos, mas Henrique, na terceira entrevista, disse que a mãe continuava a recebê-lo em casa com o que quer que fosse objeto da criminalidade: drogas, a conquista de roubos bem-sucedidos, ou qualquer coisa. A expressão “lavaram as mãos” passa a ganhar sentido: não eram aquelas as mãos que acolhiam a criminalidade que Henrique desejava?

Henrique, em muitos momentos, falava em ajuda. Ele pedia por ajuda: menciona parentes, pessoas desconhecidas de outros estados, que poderiam ajudá-lo após sua saída da instituição. As narrativas eram confusas, por vezes, difíceis de serem acompanhadas.

Às vezes Henrique dizia que teria que mudar para a casa da mãe, assim que fosse desligado, mas, antes, dizia que seria insuportável conviver com mãe e padrasto juntos:

É. Quando eu sair daqui eu tenho que ir pra lá [casa da mãe] ... num tem outro lugar. É, tem a casa do meu pai, mas eu num me vejo com ele, não. Dentro da casa dele eu não me vejo. Aí ou é com ele ou... uns no máximo 1 mês com a minha vó. Porque eu num sei...eu não me sinto tranquilo. Porque eu acho que quando, a partir do momento que a pessoa perde a confiança, pro cê reconquistar ela totalmente de volta, cê tem que mostrar muita coisa pra ela, que cê mudou realmente. Aí que... que eu vou correr atrás e vou mostrar (Henrique, entrevista 1).

Henrique afirmava que mãe e padrasto se batiam, se cortavam e viviam bêbados. Apenas consegui encontrar Maria e Inácio na casa do casal depois da saída de Henrique da instituição. Nesse dia, ninguém sabia para onde Henrique havia ido.

Durante essa visita, pude sentir algo do insuportável mencionado por Henrique. Mãe e padrasto estavam alcoolizados: o padrasto dirigia a mim ameaças e à Maria, ofensas. Por vezes silenciava Maria, que ainda tentava controlar a situação, fazendo elogios a mim e ao companheiro.

No primeiro momento, acreditei que estava sozinha com Maria. Logo em seguida, Inácio se levanta aos gritos, trôpego, dizendo que se lembrava de eu ter ligado e afirmava “saber meu nome”. Pediram-me que sentasse, obedeci. Chamaram-me para entrar ainda mais na casa, para que me mostrassem o que tinham de comer. Respondi que não eu precisava ver, bastava que falassem, se assim desejassem. Insistiram. Obedeci, com medo. Sentia nojo de como aquele homem falava suas malícias. Sentia angústia e raiva em pensar que, de fato, Henrique nunca pôde estar ali. Sentia vontade de saber onde ele estava.

Ainda, assim, sentia no enredo daquele homem e daquela mulher muita ingenuidade: como crianças que querem convencer alguém de que tudo está indo bem. A ingerência das instituições de controle provocaram o medo e a sensação de estarem sempre *errados*. Depois de um tempo, senti calma. Expliquei o motivo do contato, que não estava ligada à polícia, à Unidade de Medidas Socioeducativas, ao Conselho Tutelar, à Vara da Infância e da Juventude... Não. Eles aceitaram participar da pesquisa.

Nas tentativas de saber qual seria seu lugar, ainda dentro da instituição, em alguns momentos, Henrique descartava a casa da mãe como possível lugar de amparo. Ele afirmava que teria que se virar sozinho, sugerindo a impossibilidade de contar com a ajuda da mãe e do pai:

Mas aí agora eu já penso que eu já mudei a minha mente, eu já sei o que eu quero, eu não preciso da ajuda dês mais. Igual mesmo minha mãe já disse: eu sou dono do meu próprio nariz, eu já dou conta de seguir em frente e conquistar o que eu, que eu quiser (...) Mas hoje eu entendi e vou correr atrás vou... mostrar pra minha família que eu posso ser aquilo que eles queria. Mas... sem a ajuda deles! Por fora dele! E ganhar a vida [Giovana: Sozinho?] Sozinho. (Henrique, entrevista 1).

Em outro momento, ainda, Henrique dizia imaginar sua vida totalmente mudada, em função de suas “escolhas certas”. Ele fez uma imagem de como estaria daqui quinze anos, e disse:

Penso deu dentro da minha casa, com a minha mulher, com o meu filho... tudo certo. Penso eu, eu em outra cidade, com um tio... que eu tenho tio fora (...)... Tem parente em Fortaleza. São pessoas boas que pode não ser da família, mas pode, vamo supor uma, um primo de consideração, uma irmã de consideração, que realmente quer te ajudar e ver que você consegue, pode tá lá em... num sei, qualquer cidade, lá em São Paulo, fala:

“não, cê pode vim pra cá, que eu vou te ajudar a correr atrás de um emprego, eu conheço aqui uma empresa que vai pegar ocê, tem escola... (Henrique, entrevista 2).

A figura que o “*ajudava muito*” era a bisavó, que chamamos, aqui, de Úrsula. Ela morreu aos 103 anos, “eu já tava na minha outra cadeia... eu marchei oito meses” (Henrique, primeira entrevista). Essa bisavó aparecia como um lugar de amparo, mas também de fragilidade. Foi ela quem cuidou dele na infância, durante um tempo, assim como ele cuidou dela, quando isso era negado pelos filhos, netos, bisnetos.

A busca e utilização constantes por/da palavra “ajuda” me fazem pensar em como Henrique se mostrava frágil diante de mim. Já, na quinta entrevista, quando começo a colocar em questão a “ajuda” que ele acreditava que iria receber dos pais, Henrique diz:

Pode ser que volta ao mesmo jeito que era. Pode ser que volto pro crime e continue na mesma. Mas a minha parte eu te garanto que eu vou tentar fazer: vai ser tentar ir pra dentro da casa do meu pai e... trabalhar, e conseguir um emprego. Isso eu vou tentar! Agora, se num der certo, vou ter que partir pro outro lado. Porque... como é que eu fico sem... sem uma casa, sem... sem nada? Abandonado na rua? Vou virar um andarilho??! Um mendigo?? Num vô!! Isso nunca passou isso na minha mente, não! Virar uma coisa assim, oh. Por isso eu ia atrás mesmo de, de dinheiro... porque não tinha a casa do meu pai, não tinha a casa da minha mãe. Era eu sozinho no mundo! Aí eu ia correr atrás de outras coisa. Mas igual cê acabou de me falar aí, da, da casa pra dormir... (Henrique, entrevista 5).

A fala de Henrique faz pensar a “tentativa” de entrar na casa do pai como quase-invasão. A saída possível: recorrer à criminalidade para que a casa não seja a casa-rua, mas a familiar casa-instituição. Não é que Henrique fosse ingênuo em conceber que, “dessa vez”, não seria novamente encarcerado.

Na terceira entrevista dentro da instituição, Henrique me conta:

A última vez que eu fui expulso da escola, foi quando eu entrei com uma moto roubada pra dentro da escola. [Giovana: Dentro da escola?] - Dentro da escola. Aí a cantineira foi e viu e ligou pra polícia. Aí os polícia foi e me tirou de dentro da sala, me algemou, ligou pro meu pai. Aí eu fui embora. E num vim pro Ceseu, não (...) [Giovana: Fiquei pensando, Henrique, nessa coisa de você levar uma moto pra dentro da escola. O que será que te moveu pra isso? Levar essa moto roubada pra escola?] - Ahh... o que me levou, tipo assim, num vai ter uma resposta exata. Mas eu só queria saber daquilo. Queria andar de moto, queria andar de carro, queria ir nos lugar, queria ir... que eu achava que era bom, que... Num era. Mas, tipo, eu queria andar de a pé? Num queria andar de a pé! Era, o tanto que era mais fácil eu ir ali, roubar uma moto e andar. Não! Mas isso num era bom... Pra mim, era. Mas, pra minha família, isso pra eles era uma coisa, um absurdo! Que eu tava fazendo... um absurdo! Completamente fora do comum, né. Porque, “nossa, ele tá roubando de outra pessoa...”. Isso pros meu tio, nossa... isso era um... a mesma coisa que dar um tapa na cara deles: falar que eu tava roubando. Aí que eu fui pensando: não, eles... Eu fiquei meio que com vergonha de mim mesmo, tipo assim: “Não, eu vou lá no meu tio, ele vai saber que eu tô roubando, que eu tô usando droga, como é que será que eles vai me ver?”. Aí eu num queria mais. Tinha... eu mesmo tinha vergonha de ir na casa dos meus tios, tal... Quando eu encontrava eles na rua, era: “Bença, tchau”. Só. Mais nada. “Como é que cê tá?”, “Não, tô bem. Tchau.” (Henrique, entrevista 3).

Lembro que não há estranhamento algum em entrar na escola com moto roubada. Há afronta, tentativa desesperada por outros olhares, talvez? Henrique declara que não há resposta exata para os motivos que o levavam a romper com o pacto social de tal forma. Mas ainda havia *vergonha* quando pessoas investidas de afeto o viam em situações de fragilidade.

A sua relação com a criminalidade é frágil, ainda que dissesse, por muitas vezes, que continuaria a se vestir do modo como “os bandidos se vestem”. Ele sente vergonha de ser visto assim em muitos momentos. Henrique conta sobre o *poder* que as camisas e bonés de marca, os chinelos caros, os relógios e as “pratas” representam. No entanto, ainda há certo embaraço quando as pessoas ficam “*pensando mal de mim na rua*”. Essa imagem do poder, socialmente relacionada ao crime, não é sustentada às últimas consequências por ele.

A fragilidade parece também presente em sua narrativa de vida. Henrique não sabia falar sobre a *história dos pais*, a qual remete à sua história, à sua concepção como sujeito. Na primeira entrevista, a narrativa é permeada por alguns esquecimentos. Ele pouco lembrava de sua infância, não sabia ao certo quando e como entrou na criminalidade: “- Nó... ano certim assim eu não sei explicar, porque, nó... porque eu acho que uma coisa que foi que afetou isso foi a droga, usando droga” (Henrique, entrevista 1).

Ceccarelli (2005) afirma que o afeto sem representação pode ser fonte insuportável de angústia. Na tentativa de driblar a angústia, o sujeito passa a criar teorias que reproduzem as teorias infantis que tentam explicar as origens.

Na falta de mediação simbólica, a droga surge como escape para a não-elaboração de narrativa de história de vida e também como explicação para a não-existência de tal história. As perguntas “Quem sou?”, “O que querem de mim?” não podem ser levadas às últimas consequências. Em resposta, surge: “Faço, logo sou” (Rosa, 2016, p. 39).

O trabalho analítico, – e aqui, o trabalho analítico de construção de caso – constitui a possibilidade de elaboração do mito individual, que pode, em certa medida, oferecer representações aos afetos (Ceccarelli, 2005, p. 272).

Henrique, como se mostra a mim, parece não ter condição para construir narrativas que componham seu passado, presente e futuro. A fragilidade que expressa é da ordem do impossível, dos apagamentos, das fantasias de que a mãe será a figura do “*amor incondicional*”, ou, talvez, que um estranho poderá ajudá-lo. Frente à angústia, não há possibilidade para as palavras: as drogas anestesiam sua dor de existir e de não-saber. Henrique experimentava o caos, flertava com as cenas de quase-morte, e, por fim, anunciava a tragédia que estaria por vir, “lá fora”.

Goffman (2015 [1961]) reflete sobre a carreira moral dos internados, também relacionadas a outras carreiras morais, e constrói possibilidades interpretativas que os sujeitos fazem de suas imagens de vida, – que amarram passado, presente e futuro:

Considerando-se o estádio que qualquer pessoa atingiu numa carreira, geralmente verificamos que constrói uma imagem do curso de sua vida – passado, presente e futuro – que corta, abstrai e deforma de tal maneira que permite uma visão de si mesmo que possa expor de maneira útil nas situações presentes (...) Se a pessoa consegue apresentar uma interpretação de sua situação presente que mostre a atuação de qualidades pessoais favoráveis no passado, e um destino favorável que a aguarde no futuro, pode-se dizer que tem uma história de triunfo. Se os fatos do passado e do presente de uma pessoa são extremamente sombrios, o melhor que pode fazer é mostrar que não é responsável por aquilo que veio a ser, e a expressão história triste é adequada (p. 129).

Henrique constrói sua trajetória de vida em “erros”: foi errado desde a infância. Na juventude, tornou-se *bandido*. Tentava acreditar que iria mudar, mas acabou sendo

encarcerado outra vez, como sugeriu seu pai. A vida de Henrique não é composta em passado, presente, futuro: é feita de *passagens*. Henrique é um menino infame.

Foucault (2006 [1977]), em seu texto “*A vida dos homens infames*”²³, diz que, para que essas vidas desgraçadas e banais pudessem, de alguma forma, chegar até nós, foi preciso que um feixe de luz, por mais que breve, viesse iluminá-las. Luz, diz Foucault, que vem de outro lugar: “O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto” (p. 207).

As vidas infames, tais quais a de Henrique, só puderam existir à luz do poder. A instituição que restringiu sua liberdade costurou, em saberes técnicos, e de repressão, de acordo com os interesses institucionais, a história despedaçada de Henrique. As transgressões de Henrique provocaram o poder, que lhe deu nome: *autor de ato infracional*. As violações de sua mãe ataçaram os dispositivos de controle: Maria é a pura figura da mãe inválida. Para esses sujeitos, não há transcendência. Há só imanência.

As lendas encarnadas por esses sujeitos só podem ser transmitidas por suas rupturas, esquecimentos, apagamentos (Foucault, 2006 [1977]). O Ocidente Cristão inventou a surpreendente coação de “tudo dizer para tudo apagar”, por meio da prática de confissão (Foucault, 2006 [1977], p. 213). A partir do final do século XVII, esse mecanismo foi ultrapassado por outro: o “agenciamento administrativo e não mais religioso; mecanismo de registro²⁴ e não mais de perdão” (p. 213). O objetivo visado

²³ Nesse texto, o autor traz recortes de arquivos de internamento, da polícia, de petições ao Rei, e de cartas régias com ordens de prisão do séculos XVII e XVIII.

²⁴ “E tudo o que assim se diz, se registra por escrito, se acumula, constitui dossiês e arquivos. A voz única, instantânea e sem rastro da confissão penitencial que apagava o mal apagando-se, ela própria é, doravante, substituída por vozes múltiplas, que se depositam em uma enorme massa documental e constituem, assim, através dos tempos, como a memória incessantemente crescente de todos os males

era, no entanto, o mesmo: a passagem do cotidiano para o discurso, declaração de desordens ínfimas e a possibilidade de culpar seus autores.

As instituições abordadas no Capítulo 1 são, por mais que repressoras, aquelas que deram e continuam dando existência a esses sujeitos.

Apesar de o imaginário dos grupos sociais atribuir aos sujeitos lugares rígidos (“doente”, “bandido”, etc.), cabe a nós elucidar e promover a diferenciação entre os enunciados e as enunciações (Rosa, 2016, p. 96). Antes, devemos reconhecer que esses meninos são, assim, falados, e falam a si mesmos dessa forma. Não podemos negar o que nossa sociedade diz sobre esses sujeitos, e ainda menos o que eles dizem sobre si.

A noção de *extimidade*, anunciada por Lacan e retomada por Rosa (2016), pressupõe que o que é externo ao sujeito lhe é, ao mesmo tempo, mais íntimo. A impressão de que “o outro é inteiramente externo a mim é uma produção paranoica do sujeito” (p. 63). A separação “bandido” *versus* “cidadão de bem” é uma construção obscena. Nós produzimos a figura do bandido e do cidadão do bem, quem se deve “fazer viver e deixar morrer²⁵”, quem deve *sobreviver*.

Talvez nosso intuito, com essa construção de caso, seja não apagar essa história. Buscar, em seus restos infames, possibilidades de narrativas. Não se trata de culpa, mas de autoria. Apesar de Henrique dizer que precisa apagar tudo o que aconteceu antes, tento dizê-lo que o passado é parte de sua história.

Nas entrevistas, em todas elas, também, muitas palavras ficavam esquecidas. Quando se deparava com seus esquecimentos, estes eram seguidos por esforços de

do mundo. O mal minúsculo da miséria e da falta não é mais remetido ao céu pela confiança apenas audível da confissão; ele se acumula sobre a terra sob a forma de rastros e escritos” (“*A vida dos homens infames*”, Foucault, 1977, p. 213).

²⁵ Foucault promove o deslocamento do “*fazer morrer e deixar viver*”, em que o Soberano decidia sobre a vida da população, para o “*fazer viver e deixar morrer*” encenado pelo poder biopolítico do Estado.

Henrique para se lembrar do que queria dizer/expressar. Além do que, ele enxergava, como causa dos esquecimentos, – a droga, utilizada, de acordo com ele, para, de fato, *esquecer seus problemas* –, penso também no peso de suas institucionalizações. Algumas vezes ele falava sobre estar “chapado de cadeia”. Ele dizia: “Que a gente fica muito preso, assim, eu acho que a gente... chapa”.

Goffman (2015 [1961]) afirma que é possível entrever, em muitos internados em instituições totais, o “intenso sentimento de que o tempo passado no estabelecimento é tempo perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa; é tempo que precisa ser “apagado”; é algo que precisa ser “cumprido”, “preenchido” ou “arrastado” de alguma forma” (p. 64). Esse sentimento é descrito pelo autor como aquele em que os sujeitos vivenciam um exílio de suas próprias vidas.

Apesar de Henrique, por muitas vezes, dizer querer “apagar” o que acontecia na instituição, além de afirmar a sua perda de tempo naquele lugar, é para a instituição que ele voltou por sete vezes. As constantes intervenções de instituições de controle, desde sua concepção, suas “passagens” pela Unidade, nos fazem afirmar: nesse caso, não se trata de um exílio da própria vida, vivenciado em uma instituição total, mas sim da afirmação de sua forma de vida-instituição. O que Goffman chama de “exílio” seria, em nosso caso, a afirmação de sua existência.

A internação alienava, quase enlouquecia, fez com que ele executasse vários cortes em seu braço, provocou faturas na linguagem, nos simbolismos. Se, por um lado, Henrique foi identificado e chamado de “preso” dentro da instituição, a “*chapação de cadeia*” poderia ser lida como um movimento, de seu lado, com a identificação com a imagem de *preso*. *Chapar* poderia ser uma tentativa inconsciente de lidar com o real insuportável das privações, além de físicas, psíquicas?

Goffman (2015 [1961]), ao se debruçar sobre “o mundo do internado” nas instituições totais, afirma que os menores seguimentos da vida desses sujeitos passam a ser regulamentados e julgados. Atividades diárias como comer, dormir, o lazer, e o estabelecimento de relações interpessoais são realizadas em espaço fechado, sem possibilidade de contato com o mundo extramuros²⁶. O peso da institucionalização faz com que a vida do internado seja “constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima, sobretudo o período inicial de estada, antes de o internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto” (p. 42).

Henrique, institucionalizado, tantas vezes, e, mais que isso, aprisionado nessa forma de existência-instituição, subjetivou-se e foi subjetivado por essa estrutura massificadora que mortifica o “eu” do sujeito.

Em Henrique há uma imbricação entre sua subjetividade e a forma com que a instituição zela por sua subjetivação. Ele se reconhece como “preso”, parecendo não provocar nenhum tipo de estranhamento quando é chamado assim pelos agentes de medidas socioeducativas. Além disso, foi possível ter uma imagem banal desse processo de submissão ao projeto institucional, quando, em um dia em que eu visitava a instituição para outro projeto, encontrei Henrique na “feirinha”, vendendo as hortaliças produzidas ali para as famílias dos meninos que os visitavam. Henrique não recebia visitas familiares, mas, docilmente, trabalhava para todos.

Não queremos considerar que, em Henrique, não haja *agência*: ele é, sim, agente. Henrique entendia por que meios poderia obter elogios em seu “relatório”, quais ações o ajudaria a sair mais cedo da instituição. A sua agência está em submeter-se, em

²⁶ É interessante notar como adolescentes autores de atos infracionais que foram internados em uma Unidade de Medias Socioeducativas referem ao exterior da instituição como o “mundão”. Essa nomeação dada por eles aponta para a cisão existente entre a vida institucional e a vida extramuros. Não há intercâmbio, não há possibilidade de se pensar a instituição como parte desse *mundão*.

identificar-se à figura de preso, em provocar confusões, fraturas sobre/em seu trânsito intra e interinstitucional.

Para Goffman (2015 [1961]), é característico dos internados chegarem às instituições com suas “culturas aparentes”, derivadas do “mundo da família” – “uma forma de vida e um conjunto de atividades aceitas sem discussão até o momento de admissão na instituição” (p. 23). A trama familiar apresentada, todavia, foi sempre alvo de processos institucionais, – retiradas dos filhos de Maria, por meio do Conselho Tutelar. Não houve, na história de Henrique, o que fosse aceito sem discussões. A sua vida é, sempre foi, questionada. Henrique esteve, desde que nasceu, imbricado com as instituições de controle social, como parte de seu eu – o que nos leva a acreditar que as importantes marcas subjetivas que o constituíram em seu trânsito institucional não serão apagadas.

Henrique, na tentativa de enredar sua história, concebia a si mesmo como sujeito de toda “culpa” pelo o que aconteceu. Suas narrativas começavam e retornavam, por várias vezes, nas mudanças de seus caminhos: aquele que foi traçado por sua família, para ele, e o que foi por ele escolhido. As escolhas de Henrique, em sua narrativa, estão quase sempre ligadas ao erro: ao caminho do mal, do vício, do crime.

Penso sobre qual teria sido o caminho que ele diz ter sido “escolhido” para ele por sua família: qual era a pretensão para o destino de uma criança marcada por abandonos, – físicos e psíquicos, – durante sua constituição subjetiva?

Se o ponto crucial da adolescência, para Freud, é o de desligamento da autoridade dos pais (Alberti, 2009), o caso apresentado sugere a impossibilidade de separação. Ao invés de apontar para o relativização da autoridade dos pais, – em suma, do Outro, – Henrique não estaria justamente encenando a continuidade da violência

estranhamente familiar, além da institucionalização subjetiva de sua existência? Se sim, quais seriam as nuances dessa *nova* violência?

Nas sociedades ditas primitivas, os jovens eram submetidos a ritos de passagens que tinham por objetivo imergir esses sujeitos num ato de *encharcar-se de símbolos*. A posse e atribuição de sentidos amplos de questões elementares eram assim buscadas. Em contrapartida, o adolescente contemporâneo, de acordo com Alberti (2009), muitas vezes, se vê sem o amparo de meios para vencer os impasses que surgem da confrontação com o que é da ordem do real, do *impossível de simbolizar*.

A nossa hipótese é a de que adolescentes como Henrique, que vivem em puro trânsito, em suas infinitas *passagens*²⁷, está encharcado de signos que os conceberam como sujeitos-institucionalizados.

Freud sugere que toda adolescência implica a puberdade, – o encontro com o *real* do sexo (Alberti, 2009, p. 197). De acordo com Lacan, esse real é efeito da linguagem, “uma vez que todo real é efeito do simbólico” (Alberti, 2009, p. 197). Desse modo, em psicanálise, não se pode falar em um *antes* da ordem do real e um depois, que incluiria a cultura, a linguagem e a relação social. Ao contrário, “é no momento em que o simbólico se cria que algo não pode ser simbolizado” (Alberti, 2009, p. 197).

Só há o símbolo por existir o que não é dessa ordem. Assim, há um banho de símbolos pelo qual passa o adolescente da contemporaneidade, e, ao mesmo tempo, esse mesmo sujeito se depara com aquilo que não é simbolizável, que está na ordem do real, do sentimento de estranheza de si.

²⁷ O termo “*passagem*” é usado como referência às passagens em Unidades de Medidas Socioeducativas, presídios e penitenciárias.

Se tais afetos e desencontros culminam na existência de uma “crise da adolescência”, isso ocorre porque “o sujeito humano é um sujeito em crise, ou seja, essa crise se dá porque, como diz Lacan, a sexualidade, antes de fazer sentido, fura o real” (Alberti, 2009, p. 124). O encontro com o real do sexo é muito mais um *desencontro* do que algo que se equipararia a um acontecimento harmônico.

Henrique, assim como todos nós, é um sujeito fundamentalmente marcado pelo desamparo. Além disso, Henrique é alguém desamparado por enraizamentos sociais que barram a violência como forma única de lidar com o real de existir. A transformação de sua vivência em experiência, construída por ele no laço social, não pôde acontecer. A atualização maciça de suas *passagens* está desarticulada com as dimensões de passado, presente e futuro.

Seu desenraizamento no laço social e a incessante busca por ajuda contracenam ainda com a desconfiança premente do Outro. Em uma das entrevistas, pergunto a Henrique se é possível conversar sobre sua saída da instituição com os outros meninos que também estavam internados. Henrique disse não ter contado nada a eles, porque isso poderia prejudicá-lo, – os meninos sentiriam inveja, raiva, iriam agourar sua saída.

Kaës (2003) faz menção ao trabalho de V. Colin sobre o modo de sociabilidade das pessoas que vivem nas ruas de Lyon. O autor menciona que essa pesquisa mostrou que, naquelas pessoas, que viviam de modos semelhantes, não havia, propriamente, o estabelecimento de identidade coletiva, fundada sobre identificações mútuas. Henrique, vivendo em uma instituição total, partilhando de todas as atividades diárias, ao lado de sujeitos que estavam ali pelo mesmo motivo, – o rompimento com a Lei –, não estabelecia sentimentos de identidade coletiva.

A formação de vínculos, de identificações, de projeções, envolve atos, em certa medida, de confiança, de reconhecimento e de disponibilidade de aproximação do Outro. Para Henrique, – como para muitos daqueles meninos em suas condições –, essas amarrações apontam para uma quase-impossibilidade. Há a identificação com a figura do “preso”, mas não há grupalidade dos “presos”. O outro não é um igual, mas um adversário em potencial.

Ao escutar suas fragilidades vinculativas, lembro-me que, em alguns momentos das entrevistas, percebia-me totalmente voltada pra ele. Meu corpo, sentado em uma cadeira de frente para o sofá onde ele estava, quase se aproximava. Lembro de uma vez ter enxergado seus olhos com tanta nitidez que senti ser movida para sua narrativa, para suas idas e vindas frasais. Fui confrontada com a sua fala, que dizia que o que quer que acontecesse com ele, nada mudaria para mim. Mudaria a minha pesquisa, talvez, mas só:

Já fiz promessa, aqui dentro, fiz promessa de sair e mudar! Não envolver. Fiz promessa pra mim. Fui embora e continuei a mesma coisa, acredita? A mesma coisa. Tava de menor, continuei na mesma coisa. Aí é uma coisa que eu não preciso jurar... num preciso... é, falar pra você que eu vou mudar e... e esquecer. E sair daqui e esquecer, continuar a mesma coisa que tava antes deu vim. É uma coisa que se eu falar aqui pra você e continuar, é, eu acho que pra você num... pode ser uma, uma coisa tipo... num vai mudar a sua vida. Vai mudar uma pesquisa que cê fez ali de uma coisa que... que seria pra mim” (Henrique, entrevista 2)

Apesar de a primeira interpretação ter sido feita no sentido de “não preciso jurar porque não sou nada para o Outro, não importa o que aconteça a mim”, outra parece mais cabível: a verdade de Henrique está em suas reviravoltas discursivas, em sua potência de afirmar algo que poderá, a qualquer momento, ser desdito.

Birman (2010) salienta que, em Lacan, há contraposição dos registros do *je* (sujeito) e do *moi* (eu). Tal contraposição coloca em evidência o descentramento do sujeito, além de opor os registros de verdade e de saber. Desse modo, Lacan estaria

inscrevendo o campo da verdade no registro do inconsciente e, conseqüentemente, do sujeito. Enunciar, da mesma forma, que o campo da psicanálise seria o que se fundaria nos registros da fala e na linguagem e que, além disso, o inconsciente seria organizado como uma linguagem (Lacan, [1953] 1966) colocaria em evidência a articulação existente entre os registros do sujeito e da verdade (Birman, 2010, p. 194).

Nos debates de Henrique consigo mesmo, eu era colocada em embate com as minhas perguntas: o que quer esta pesquisa? O que eu quero com ela? Quais são as possibilidades que a narrativa que escrevemos tem frente às repetições incansáveis da dinâmica de retorno à instituição, ao ato infracional, à marginalidade que algumas vidas encontram como forma de existência? Ficava quase sem respostas pra mim.

Rosa (2016) defende que a escuta, em cenas de violências extrema, supõe o rompimento de barreiras e o resgate da experiência compartilhada: escuta como testemunho e resgate de memórias. Escuta que delimita contorno, borda que organiza o gozo sem limites.

A literatura propõe algo que dialoga com essa delimitação: Bartolomeu Campos Queirós, em seu livro *Por parte de pai* (1995), contava a história da casa familiar de seus avós. O avô, personagem enigmática, tinha o hábito de escrever nas paredes da casa. O autor conta que essa casa, – que pensamos simbólica –, foi seu primeiro livro, “Leitura era coisa séria e escrever, mais ainda. Escrever era não apagar nunca mais” (p. 14). Acredito que escrever a história de Henrique, na tentativa de narrar essa existência em pedaços, seja a potência deste estudo: costurar histórias ainda não-narradas dessas

pessoas que, como grita parte de nossa sociedade contemporânea, mereceriam apenas a morte.

No início, falei para ele que estávamos com a proposta de contar uma história: a *sua* história. Ele retomou essa metáfora em quase todas as entrevistas, dizendo que tinha o desejo de apagar os parágrafos já escritos e começar “*do zero*”.

As incansáveis repetições de atos infracionais levaram Henrique de volta para essa Unidade Socioeducativa por sete vezes. Ainda, na instituição, durante as entrevistas, ele repetia para mim e para si o que *não poderia fazer* quando fosse “desligado”: usar drogas, roubar, beber, fumar, ir para “os frevo” ...

Enquanto estava com ele, e também agora, era/é quase impossível não pensar: esse recital de regras e normas que Henrique impunha pra si queria convencê-lo e me convencer de que a vida seria, de fato, outra, livre de todos os erros, de toda ambivalência possível? Às vezes, enquanto ele repetia esse *mantra*, eu quase sorria. E quando isso acontecia, ele repetia com mais força: eu vou mudar, eu não vou fazer isso, aquilo, etc. Talvez ele quisesse acreditar. Talvez eu quisesse acreditar.

Os devaneios de Henrique, suas súplicas por ajuda, o fizeram erguer a ficção-desacreditada de que ele encontraria, na mãe, no pai, em uma figura desconhecida, amparo. A leitura do caso aponta para a necessidade de se entrever os processos de separação e alienação que constituem o sujeito.

O processo de alienação está atrelado ao encontro do sujeito com a linguagem: com a língua e os códigos que o precedem. O sujeito, não os tendo constituído, tem de se conformar com esses caso queira ser reconhecido pelo Outro falante (Nascimento, 2010).

O Outro é aquele que, de um lado, realiza para o novo sujeito as satisfações de suas necessidades, colocando-se temporário fim às tensões por que passa. A criança registrará tanto os traços mnêmicos do objeto quanto as palavras que acompanham essas ocasiões. A articulação que dá sentido à S1 (significante primeiro, o desamparo) só poderá ser dada em seu encadeamento a S2 (vetor semântico que vem do Outro). O campo do ser está relacionado ao campo do discurso – do Outro. Logo, para que haja sujeito, há que haver alienação (Nascimento, 2010). Nesse sentido, há distanciamento entre o Eu (“*moi*”, articulado à cadeia significante S1,S2 que vem do Outro) e o sujeito do inconsciente (“*je*”, que está do lado da verdade e implica S1, não atrelado a S2):

O sujeito do inconsciente é o verdadeiro sujeito do desejo, o verdadeiro portador das ambições pulsionais. O eu, por outro lado, é a interiorização, num certo sentido, das leis da linguagem, das leis do Outro. Ele é o representante de uma lei exterior, de uma lei estranha e estrangeira. Dessa maneira, quando o eu tenta organizar os modos de satisfação do sujeito via alteração real do mundo exterior, ele vai fazê-lo encontrando um compromisso entre as exigências das pulsões e as do Outro. Em outras palavras, o eu tentará satisfazer as pulsões *sem* arriscar perder o amor do Outro (Nascimento, 2010, p. 9).

O “*eu*” aprendeu que a satisfação vem do Outro, “sendo assim, o eu acabou por confundir o objetivo de encontrar satisfação com a obediência ao Outro, ele acabou por confundir a procura de satisfação pulsional com a procura de amor” (Nascimento, 2010, p. 9). O eu passa a ser como a voz do Outro: seu intérprete interno (Nascimento, 2010). O comprometimento ao respeito e amor do Outro vem atrelado ao sacrifício das pulsões que o fariam perder esse amor e a ilusória segurança contra o desamparo. Henrique se tornou escravo das demandas do Outro?

Em Henrique, não há barragem para as pulsões, mas há satisfação das pulsões às últimas consequências. Excesso do uso de cocaína, roubos, tráfico, cortes no corpo. Na verdade, não há mestre mais poderoso do que a pulsão e sua repetição mortífera. O que sacrifica de si em compromisso ao amor do Outro?

À mim, não há o que barrar. Não há promessas: mesmo que a ideia “vou/posso ser diferente” seja formulada, ela vem seguida de outra, que diz “posso voltar a fazer a mesma coisa”. Henrique não sacrifica nada em garantia do amor do Outro porque nada tem para garantir de si mesmo.

Na contratransferência, sou capturada pelo medo: medo de questionar suas violações e transgressões, suas repetições mortíferas. Medo de *fazer borda* e causar estranhamento frente sua dinâmica violenta, medo de perder sua confiança, medo de... perdê-lo. Ainda que não renuncie à pulsão, ele desperta em mim amor.

O que possivelmente desperta no Outro primordial, pai e mãe, se seguirá adiante.

4.2 O pai, exausto

De início, Mathias negava com insistência sua participação na pesquisa. Nos quatro encontros que tive com o ele, – três enquanto Henrique estava internado, e um, quando o filho já havia sido saído da instituição, – conversávamos em pé, separados por um balcão. Na primeira e segunda entrevistas, apesar de negar sua participação, Mathias falava muito, – até gritava.

Ele afirma que tentou de tudo com Henrique, chegando até a ir chorando atrás dele, quando o filho fugiu da sua casa para ir ficar com a mãe. Quando isso aconteceu, disse que o lugar do filho era com ele, seu pai. Os gritos de Mathias sugeriam cansaço,

movimentação afetiva, oscilação entre descrença na mudança do filho e os sonhos de que um dia ele, de fato, pudesse viver na “normalidade”.

Mesmo gritando, e, por vezes, dizendo que não quer participar da pesquisa, assina o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Da segunda vez, disse a ele que teria que voltar por ter colocado a data errada no documento. Ele aceitou que eu voltasse até lá para corrigir o erro, sendo, desta vez, convidado a falar sobre a sua história.

No primeiro encontro, Mathias disse: “- Eu excluí aquele menino da minha vida”. O pai começou pela mesma exclusão com que Henrique iniciou sua narrativa. Havia feito de tudo que pudesse pelo filho, que não seguiu os conselhos, as recomendações, seu exemplo. Sabia muito bem o que era a cela, a cadeia. Quando Mathias lembrava de seu próprio cárcere, afirmava: “Eles dizem que o inferno não existe... Existe. Aquilo lá é o inferno” (Mathias, entrevista 1).

Outro tempo difícil de sua vida foi vivenciado no casamento com Maria. Essa relação é nomeada como “qualquer coisa, menos casamento”: um “casamento porcária”. Eles eram alcólatras e viviam em bares, sem qualquer “responsabilidade”. Maria continua bebendo todos os dias. Mathias nunca mais usou álcool e disse que, naquele tempo, ele já sabia que era alcólatra. Deixou de beber depois de ter se separado da mãe de Henrique.

Nos papéis, entretanto, eles continuavam casados, – ainda que pai e mãe tenham outros relacionamentos há anos. Mathias contou que não se separou legalmente porque ela iria querer pensão. Agora que Henrique já havia completado dezoito anos, seria possível a separação. Entretanto, o “juiz terá de assinar por ela”, já que ele não sabia onde morava Maria.

Em suas tentativas de contar um pouco sobre as histórias dessa trama-afrouxada, Mathias começava a querer encontrar explicações para os filhos serem do jeito que são. Falava que “cada pessoa é uma pessoa, diferente do pai e de mãe”. Mas citou o sangue da família materna de Henrique e Túlio: os tios maternos são todos ladrões. Apenas um deles não usa drogas. Esse, diz, “- Tira sua meia sem tirar seu calçado” (Mathias, entrevista 3). Túlio, disse Mathias, também consegue roubar qualquer coisa de alguém, passando despercebido.

Mathias não deixou de falar de sua própria família, e mencionou que ele próprio foi o pior de todos: “- Tudo era minha culpa” (Mathias, entrevista 3). Mas mudou. Depois da separação, de ter parado de beber, depois de ter sido preso, aprendeu muita coisa. Todavia, os filhos continuavam errando, – assim como, em sua concepção, Maria continuava no erro.

Na primeira entrevista, Mathias disse não mais entender os pais que se desesperam e “arrancam os cabelos por causa dos filhos”. Depois da ida para o seu “inferno”, a cadeia, parou de sofrer. Comentava sobre estar cansado e não querer prejudicar a própria família por causa de Henrique. Citava dois possíveis empregos: no norte e no sul do país. Ele falava que ainda não havia ido porque teria que buscar o filho na instituição quando Henrique ganhasse liberdade. A obrigação, os problemas, a cansaça, repetia, sempre caíam sobre ele. Nesse primeiro encontro, ele repetia: iria buscá-lo no momento em que o filho tivesse que sair, mas visitas não faria: “Você pode ver. Eu não vou lá. Você já viu ele? Parece bonzinho, né...” (Mathias, entrevista 1).

Mathias sempre retomava a descrença no filho: Henrique, ele dizia, morreria assim que saísse da instituição. Outra hipótese levantada era a “cadeia”. Quase não havia lamento: “Foi a vida que ele escolheu” (Mathias, entrevista 1).

Eu ficava presa nas oscilações daquele homem, que, às vezes, esfregava os olhos vermelhos, cheios de lágrimas, e sorria. Ele convocava palavras de abandono e de amor, numa mistura de afetos, gestos, sorrisos com e sem graças. O filho, contava, conseguia ser amado pelas pessoas. “Pode procurar por aí. Todo mundo gosta dele”. Repetia uma e várias outras vezes: não teria mais conversa com Henrique. Ao mesmo tempo, não cansava de dizer “Eu gosto dele! É um menino esperto. Acho que é por isso que eu gosto dele...” (Mathias, entrevista 1).

Apesar da referência ao carisma de Henrique, Mathias também falava que o filho “- É cínico igualzinho a mãe dele (...) Quando eu vejo ele falar que ‘tá de boa’ [imitando fala e jeito de Henrique] é a mesma coisa de ver a mãe dele (...) Ele pensa que é esperto, igual a mãe dele acha que é” (Mathias, entrevista 4). Ele não suportava o jeito que o filho falava, às vezes, suas gírias, sua forma de se vestir, sua semelhança com a ex-mulher.

Em relação à Maria, Mathias disse: “- Eu gostava dela... eu gostava” (Mathias, entrevista 4). Agora, dizia ter ódio e raiva dela. Pergunto sobre como foi a vida de Maria. Mathias falava não saber direito. Somente afirmava que ela é alcóolatra.

Mathias narrava os desgostos com os filhos. De acordo com ele, Henrique e Túlio pareciam *gostar* da vida enjaulada. No terceiro dos encontros, disse não visitar Henrique na instituição e fala sobre o *cheiro* de lá: “O cheiro daquilo até me...”. Mathias não completou a frase sobre o cheiro da Unidade de Medidas Socioeducativas, que o relembra o cheiro e o inominável representado pelos tempos em que esteve na cadeia. Ele fez uma visita a Henrique, mas solicitou que a mesma fosse realizada na parte administrativa da instituição. Essa visita aconteceu em outra internação do filho.

A menção ao cheiro da instituição fez também com que Mathias relembresse, às vezes, em que presenciou colegas de cela serem espancados até a quase-morte, nada podendo fazer. Falava das vezes que chorou e de o quanto teve de ser, lá dentro, o que não é, para suportar a prisão.

Na cadeia, refletia, era preciso ser o que não se é. Contou que arrumou briga com um agente lá dentro. Os presidiários, quando eram tirados das celas, para algum atendimento, eram chamados de bandidos. Um desses agentes, um dia disse para ele: “– Vem cá, ladrão”. Mathias não aceitou e acabou gritando com ele: “– Eu não sou ladrão!!” (Mathias, entrevista 3).

Narrou, com tristeza, os tempos de cárcere. De dia, quando alguma visita importante ia até lá, era como se pintassem uma situação irreal. À noite, diz, “– Não existia Direitos Humanos”. Ele me perguntou: “– Você sabe quem manda na cadeia?” (Mathias, entrevista 3). Não respondo, enquanto ele ficava me olhando, e então completa: “– Os presos. De celular, de droga que tem lá dentro, você não calcula. Eu ligava aqui, conversava aqui todo dia. Eu não tinha celular, porque era caro. Mas eu falava aqui”.

Mathias contou que a instituição sabe da existência da droga lá dentro, mas ela é aceita porque, sem ela, tudo aquilo seria quebrado, destruído. Uma solução, disse, seria matar todos os presos. “– Mas isso eles não fazem...” (Mathias, entrevista 3). Ele sugere que, de tudo, pode se fazer com quem está preso, menos matar, – o que causaria problemas.

Apesar de dizer que é a favor da institucionalização da pena de morte (Mathias, entrevista 3), ele supôs, na quarta entrevista, os dois, os possíveis futuros presidentes: se Lula não pudesse concorrer à eleição, Bolsonaro iria ganhar. Se fosse esse o desfecho,

Mathias dizia, “esses meninos vão sofrer na mão dele” (Mathias, entrevista 4). Perguntei em quem ele estava pensando em votar. Ele disse querer votar em Lula, que “Bolsonaro é um psicopata (...) Já disse até que vai cortar a verba dos Direitos Humanos” (Mathias, entrevista 4).

Mesmo que acreditasse que os meninos, nas Unidades de Medidas Socioeducativas, são “tratados como bibelôs”, ele discordava das propostas de Bolsonaro e afirmava que os garotos sofreriam muito se ele fosse eleito. Ao mesmo tempo, ele discordava da disparidade de penalizações entre maiores e menores. Cita um exemplo: “Se eu matar alguém, vou pegar 30 anos. Vou puxar ali talvez 6 ou 8. Um menor que dá tiro na cara dos outros pega quanto? Três aninhos!!” (Mathias, entrevista 4).

Em suas idas e vindas, em meio às ambivalências, às frases de “Aquele menino vai morrer rapidinho. E eu ainda vou ter que gastar dinheiro pra enterrar” e “Eu tenho dó daqueles meninos...” (Mathias, entrevista 2), o pai afirmava sua exaustão e sentenciava que a mãe de Henrique, agora, teria que assumir o filho.

4.3 Das narrativas sobre a mãe

De todas as sete vezes em que Henrique foi internado, apenas uma vez a instituição conseguiu contato com sua mãe. Todos diziam, e o pai continuava dizendo, que Henrique sabia onde ela morava, mas não contava. Soube-se que, quando foi contatada pela instituição para conversar sobre Henrique, Maria negou ter um telefone de contato para falar com o filho, ainda que um celular estivesse em cima da mesa.

Henrique, assim como Mathias, não sabia contar a história de Maria. Essa mulher é narrada pela rede e pelos homens de sua vida como alguém que vivia em situações precárias.

Magalhães e Féres-Carneiro (2005) citam Klein (1952), para abordarem a importância do papel dos objetos como as primeiras criações do bebê, na tentativa de organização do caos interno. Assim, “os objetos do mundo interno contém traços do pai e da mãe reais, transformados pelas projeções do bebê” (p. 26). De acordo com as autoras, esse processo de internalização não opera, exclusivamente, como mecanismo de defesa, mas também como modo de relação com o mundo externo, de tal modo que o mundo interno

é formado pelas sucessivas introjeções e projeções dos outros reais e das experiências vivenciadas pelo sujeito. O mundo interno constitui-se, desse modo, em uma coletividade de objetos derivados da multiplicidade oferecida pela realidade externa e pela intersubjetividade. Ressaltamos que esse mundo interno não é uma simples tela de projeções, e que o investimento afetivo pulsional, colocado em ação na trama intersubjetiva, é o elemento central do processo de subjetivação. O mundo interno coletivo é produzido e reproduzido no processo de subjetivação em um movimento original e criativo (Magalhães e Féres-Carneiro, 2005, p. 27).

Compreende-se, com isso, que a internalização da figura do Outro, – aqui figurado pela mãe, – nunca coincidirá com a realidade de fato. “A” mãe nunca será alcançada. As tentativas de Henrique em narrar, transfigurar e idealizar a mãe apresentam confusões mais extremadas do que aquela que funda o processo de internalização dessa figura. Ele oscilava entre acreditar que sua mãe, a todo tempo, e, em qualquer circunstância, estaria ao seu lado, e pensar que voltar para a casa dessa mulher seria, de fato, o caos.

Henrique constrói fugas que proporcionam apagamentos, meios de entrada na instituição, que o faz “*chapar*”, ergue ficções sobre A Mãe, – personagem de cuidados “incondicionais”, que nunca existiu em sua história. Por outro lado, essa mãe nunca tamponou sua própria falta: em verdade, ela sempre expôs sua incompatibilidade com a figura de mãe-sacra. Era Maria quem dizia para os filhos que não conseguiria cuidar deles. Henrique narra esses vínculos precários, mas os contorna e se debate com a figura d’A Mãe *sacralizada* e, no fundo de sua narrativa, em que quase balbucia, um tanto *profana*.

Enquanto estava internado, dizia: “Desde o dia que eu vim preso até hoje eu não tive contato com ela. Num sei se morreu, se tá doente, se tá internada na UTI... num sei. Mas eu acredito que tá bem, dentro de casa... Mas eu num sei, né. Só o dia que eu sair mesmo pra eu ver” (Henrique, entrevista 3).

Nas entrevistas, Henrique ainda dizia acreditar que teria o apoio da sua mãe, que o ajudaria a seguir o “*caminho certo*”. Acreditava ela estaria lá, para recebê-lo: “Mãe, a gente, nunca vira as costas pra gente! Minha mãe me falava: ‘- Meu filho, você pode chegar aqui do jeito que for. Eu sempre vou abrir a porta pro cê, que cê é meu filho’” (Henrique, entrevista 3).

Maria, que aparecia como figura devastada no discurso da rede, e “oprimida”, como Henrique a chamaria, o apoiava, até mesmo, no tráfico de drogas: “Minha mãe é uma pessoa que se eu tiver roubando, vendendo droga, dentro de casa, minha mãe só vai falar: ‘- Meu filho, só fecha o portão pra ninguém ver o que você tá fazendo aqui dentro’”.

Mesmo que, nas visitas das famílias aos filhos, nas instituições de internação, predomine a figura feminina, materna, das mães sacralizadas pelos filhos, o que saltava

na construção de caso era a omissão da mãe. Enquanto Henrique ainda estava na instituição, ela não aparecia. Fui até a porta de sua casa algumas vezes, mas não a encontrava. Quando consegui encontrá-la na visita, a mãe era silenciada por Inácio. Em suas narrativas sobre a mãe, Henrique dizia com custo:

Aí foi um ponto que minha mãe sentou com a minha irmã e explicou pra ela, o que ela tinha que fazer, que era, que ela não podia vim morar com ela, porque...tipo assim: “ – Minha filha, a mamãe não, não tem lugar pra morar com cê, não tem” Isso é a coisa mais triste que eu penso, né, minha mãe virar pra minha irmã e falar que num tem lugar pra morar com ela: “ – Cê quer vim morar com a mamãe? Nós vai morar de baixo de um viaduto...”. Ela queria vim!! Queria... Porque ela num entendia... (Henrique, segunda entrevista)

Maria, que perdeu a guarda de todos os filhos, tentava se afastar deles. De acordo com Henrique, essas tentativas eram forma de protegê-los, para que não passassem pelas dificuldades que ela vivenciava. Também o relacionamento da mãe com Inácio foi ressaltado como motivo para que a mãe não o amparasse quando Henrique era levado para a delegacia:

Foi quando a minha mãe mais se da... se distanciou de mim. Eu tinha onze ano... Que minha mãe mudou pra Itumbiara, e deixou sozinho!! Deixou sozinho!! Que ela sabia que eu fugia da casa do meu pai pra ir mo..., pra ir com ela. Aí do mesmo jeito eu podia voltar pro meu pai. Aí ela foi e sumiu, deixou eu sozinho dentro de casa. Aí eu fui... meu pai foi preso. Aí quando meu pai saiu eu continuei morando com ele. Aí eu peguei... aí quando a minha mãe voltou pra Uberlândia, eu fugi de novo, fui morar com ela. Foi aí que foi acontecendo várias coisa, indo preso várias vezes, ela, ela nunca ia em delegacia me tirar... Que quando nós é de menor, sempre tem que ter o responsável pra ir lá, pra assinar. E ela não ia!! Não ia. Por que? Ela num...questão de documento...

que... que ela tirava documento, meu padrasto ia lá e jogava fora... queimava... tipo que ele é o dono dela!!! Ela se... se ela for fazer alguma coisa, ele tem que deixar... Assim! Num entendo a vida dos dois! A vida dos dois pra lá. Só sei que ele é o dono dela! Ela só põe o pé na rua se ele deixar (Henrique, entrevista 3).

Ao citar Piera Aulagnier (1975), Ceccarelli (2005) faz menção ao conceito de violência: o desejo de violência da mãe direcionado ao *infans* não apenas existe, mas é geral. Assim, não se deve confundir a “violência” com esse dado universal, que “se deve ao fato mesmo do investimento, nem com as diversas formas de rejeição materna, nem tampouco com o superinvestimento defensivo a que isso pode levar” (Ceccarelli, 2005, p. 274).

Ao contrário, o conceito de violência traduz o descompasso entre o que a mãe projeta na criança e o que esta última virá a ser. O termo violência é pertinente por vir ligado ao fato de que o *infans* jamais corresponderá às expectativas nele projetadas, a partir do psiquismo dos pais, – em especial, da mãe.

O efeito de antecipação, produzido pela interpretação que o discurso maternal faz do conjunto das manifestações que o *infans* vivencia, constitui o que Aulagnier chama de “violência primária”. A violência é a conseqüência do encontro entre o corpo do *infans* e a psique materna, e liga-se à necessidade de estabelecer um representante do sujeito (a sombra falada) lá onde ainda só existem potencialidades. Assim, o sujeito, ao construir-se, o Eu, surgirá em um espaço pré-formatado por uma espera que não é sua. Violência necessária para permitir o acesso do sujeito à ordem do humano mas, de qualquer forma, violência quando se considera tudo aquilo que a mãe vai transmitir e impor a partir daí. Da mesma forma que não existe tábula rasa em genética, não pode existir sujeito humano sem essa pré-forma, e é na decalagem entre o *infans* e a sombra falada que será possível constatar uma violência (Ceccarelli, 2005, p. 275).

Com isso, a capacidade da criança em responder a essa violência está diretamente relacionada ao que se espera desse sujeito. Tanto a expectativa que cola o desejo da mãe à criança, quanto a ausência de expectativa produzem um “excesso” violento no *infans*, – excesso que poderá ter consequências variadas (Ceccarelli, 2005).

A partir desse conceito de violência, passo a interrogar: quais seriam as projeções maternas depositadas em Henrique? O que se desejava de Henrique? O que se desejava em Henrique? De uma mãe totalmente ausente, escorregadia, também violentada, incerta e falada pelo filho a partir de várias rupturas e cisões, o que se espera? Sou levada a pensar que a violência primária existiu de maneira bastante incerta, já que o desejo a ela atrelado se faz também distante. Tento encontrar encadeamentos na história dessa mulher, que pudessem ter feito com que ela não conseguisse cuidar de seus filhos, mas sua história segue ainda abafada.

É após a saída de Henrique da instituição que consigo, pela primeira vez, encontrar Maria em sua casa. Todavia, é Inácio quem tomou conta da entrevista, e Maria, mais uma vez, teve sua história abafada. Penso, em vários momentos, sobre o que a leva a abafar e se ausentar dessa história.

Capítulo 5 – DISCUSSÃO

É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade (Nise da Silveira)

Há que se afetar. Fazer-me neutra seria da ordem do impossível. O contato é entre sujeitos, corpos, peles, palavras. As palavras de Henrique: enlouquecedoras, que, por vezes, sugerem impossibilidades de ser-de-outra-forma. As minhas palavras, que, diante do traumático, do eco das incansáveis repetições, se calam, quase se desesperam.

De acordo com Birman (2017), frente à premência do trauma, que, a partir da modernidade, com o desencantamento na figura protetora e salvadora do “soberano”, se apresenta em possibilidade sempre potencial ao sujeito, a compulsão à repetição seria a forma pela qual o psiquismo poderia estruturar-se, de modo que o sujeito buscaria ocupar posição ativa diante dos cenários de trauma e do excesso pulsional. Com isso, o sujeito procuraria, pelo desprazer da repetição “antecipar-se a dor e a qualquer ameaça de morte psíquicas” (Birman, 2017, p. 152).

Os limites existentes nos processos de recordação estariam dados no discurso freudiano desde 1914, em *Recordar, repetir e elaborar* (Birman, 2017, p. 152). Em contraposição à elaboração, a presença da repetição se acentuava.

É claro que o discurso freudiano procurou discriminar conceitualmente aqui a rememoração representacional e rememoração em ato, para afirmar sempre o primado do rememorar na cura analítica. Porém, pode-se depreender disso tudo que já era os limites do registro da representação que estava aqui em questão, que então silenciava e era substituído pela ruidosa repetição do ato (Birman, 2017, p. 153).

A partir do postulado do limite representacional que se opera no caso, podemos analisá-lo, em seus excessos, em suas precárias narrativas de vida, em suas atuações que atravessam os limites geracionais.

A casa-penitenciária por que passou Mathias dá a ele contornos de sua história, ainda que enevoados. O discurso das casas-de-controle forjaram a existência de Maria em uma figura de misérias. A ausência de Túlio contracena com as narrativas da trama que concebem que ele sempre será um sujeito enjaulado. As passagens pela casa-cadeia²⁸ de Henrique produziram o sujeito violento, mas dócil dos registros institucionais.

Em contraposição às passagens ao ato, a psicanálise aposta no trabalho de remissão do sujeito à verdade de seu desejo, que “o remete a uma historicização de seu desejo, à constatação de sua fantasia fundamental e à consequente abertura para a criação de novos sentidos da existência” (Rosa, 2016, p. 121).

Primo Levi (1988), em sua obra *É isto um homem*, descreve a figura do “Mulçumano”. Nos campos de concentração, Mulçumano eram aqueles sujeitos que estavam no limite da humanidade, demasiado vazios para distinguir entre o bem e o mal, o belo e o feio, o justo e o injusto. Há só indiferença. São homens e mulheres que *sobrevivem*.

A experiência do Holocausto teve por objetivo provocar a *sobre-vida* dos sujeitos. Se o nazismo tivesse por interesse executar os “impuros”, teriam, de uma vez por todas, executado esses sujeitos. Mas o interesse trágico desse experimento foi o de produzir sobre-viventes. Não se trata da vida ética, que se exerce na *pólis*, mas da pura

²⁸ As instituições de internamento para adolescentes em conflito com a lei são chamadas de Unidades de Medidas Socioeducativas. O termo “cadeia” é aqui utilizado por ser assim como Henrique se refere à instituição.

extração máxima da vida biológica. Primo Levi (1988), em seu testemunho, descreve um “mulçumano”:

Null Achtzehn é muito jovem, o que representa grave perigo. Não apenas porque os rapazes agüentam menos que os adultos as fadigas e o jejum, mas, principalmente, porque aqui, para sobreviver, precisa-se de um longo treino para a luta de cada um contra todos, que os jovens raramente possuem. Null Achtzehn nem está especialmente enfraquecido, mas todos evitam trabalhar com ele. Tudo já lhe é tão indiferente, que não tenta fugir ao trabalho e às pancadas, nem procurar comida. Executa todas as ordens que recebe; é provável que, quando for enviado à morte, ele vá com essa mesma absoluta indiferença. Ele não possui nem essa astúcia elementar das bestas de carga, que param de puxar antes de chegar ao total esgotamento; ele puxa, ou leva, ou empurra, enquanto tem forças para isso; logo cede de repente, sem uma palavra de advertência, sem levantar do chão seu olhar opaco e triste. Lembra-me os cachorros de trenós dos livros de London, que fazem força até o último alento e caem mortos na trilha (p. 42).

Rosa (2016), sobre a figura do Mulçumano, retoma a leitura de Agamben (2002b), que indica que, no Mulçumano, há uma forma de se subjetivar em absoluta dessubjetivação. A autora diz que, se considerarmos que há aí uma forma de subjetivação, “pode-se supor que o mulçumano se identifica com o lugar de resto da estrutura, mas essa identificação pode ser estratégica: estratégia de resistência a certa modalidade de vida e de morte que lhe é imposta” (Rosa, 2016, p. 126).

Trazemos a figura emblemática do mulçumano, dos campos de concentração, para pensarmos a condição de Henrique. Apesar de reconhecermos dissimetrias importantes entre as duas condições, podemos, ainda, pensar em que medida se aproximam essas formas de identificação com a condição de *dejeto social*?

Os prisioneiros do campo estavam, irremediavelmente, presos àquela condição deplorável que a humanidade foi capaz de produzir. Henrique, como outros tantos meninos, está também preso às condições trágicas das Unidades de Medidas Socioeducativas. Mas Henrique recorda, repete, não elabora e volta para sua casa estranhamente familiar. Qual poderia ser seu caminho, dada a premência de violações e violências que sofreu desde sua infância?

Qual a possibilidade de transcender do lugar de dejetos ocupado pelas personagens Henrique, Túlio e Maria? É possível ser mãe-dejeto? Para essa mãe, também tão violada, quais as possíveis formas de transcendência? Como poderia amparar a transcendência de seus filhos, se o lugar-dejeto a eles destinado é o único socialmente validado?

O estudo aqui apresentado nos faz perguntar: onde estamos errando, como sociedade²⁹? Em que medida também essas Unidades e seus altos índices de reincidência não estão promovendo a simples sobrevivência desses meninos, enquanto não vão para as ruas e são presos ou mortos?

Se, por um lado, o zelo das instituições está centrado em puramente manter vivos os adolescentes internados, pouco importa os encadeamentos institucionais mortíferos que os enredam. Tais encadeamentos mortíferos tamponam a possibilidade de transformação das vivências em experiências, em composição de narrativas: a queda da possibilidade de transcendência se faz maciça.

²⁹ Rosa (2016) relata uma cena de procedimento de Justiça Restaurativa e sua possibilidade de responsabilização do adolescente por seu ato a partir da sustentação do compromisso com a responsabilização coletiva: trata-se da operação entre instituição familiar, social e jurídico-institucional atuando conjuntamente sobre “uma questão de todos, não apenas do adolescente” (p. 180). Está claro que esse procedimento só poderá ser usado em casos específicos. Ainda assim, as várias histórias contadas de sujeitos como Henrique dizem sobre como nossa sociedade e as instâncias institucionais têm fracassado no contato com esses meninos.

As formas precárias de existência da trama familiar e suas institucionalizações interrogam nossa prática de pesquisadores e sujeitos que se norteiam pela ética fundamental da psicanálise.

Rosa (2016) propõe que o testemunho promove a transformação da vivência em experiência. A autora levanta a hipótese de que mesmo a figura do mulçumano compõe “uma cena fantasmática que não diz da morte do sujeito, mas de um modo de resistência até poder recuperar um lugar de enunciação – e aqui a escuta psicanalítica comparece como política e ética” (p. 127).

As práticas psicanalíticas constituem modalidades de resistência, na medida em que abrem espaço para que o sujeito possa se reposicionar diante do excessos que o invadem e de suas passagens ao ato. Ainda prevalece a oferta de escuta – mesmo que aos fracassos.

Goffman (2015 [1961]), em seu estudo dedicado às subjetividades atravessadas por instituições totais, algumas táticas de adaptação às quais os internos recorrem para *sobreviver* nesses locais de confinamento. Cada uma dessas táticas representam uma forma para lidar com a tensão estabelecida entre o mundo “original” e o institucional. Às vezes, como no caso apresentado, tratamos de pessoas que sempre viveram nessas instituições de confinamento. Como no caso de Henrique, a “passagem” é figurada fora da instituição. A “liberdade” é quase enlouquecedora³⁰.

Desde a sua infância – poderíamos dizer, desde sua concepção –, Henrique foi atravessado pelas ingerências das instituições de controle social. O traço institucional marca o corpo físico e psíquico de Henrique e sua família.

³⁰ Na primeira vez em que encontrei com Henrique fora da instituição de internação, ele disse que parecia estar “ficando louco”: estava escrevendo coisas loucas, contemplando as cenas públicas, podia escolher o que fazer com seu tempo. A “liberdade” sugere a ele loucura, o quase-impensável.

Com efeito, podemos nos remeter ainda à “figura do apátrida” para pensar sobre os atos dos adolescentes de autores infracionais e suas formas de se fazer laço social. Em seu estudo, Siqueira (2016) faz menção a essa figura, estudada por Hannah Arendt (1949/1989 *apud* Siqueira, 2016). O apátrida, representado pelos migrantes, constitui aqueles que perderam seus lares e seus direitos. A seguinte citação lança luz sobre a condição do apátrida e a possibilidade de ser assistido pela lei através da transgressão:

Ainda na perspectiva dos direitos, Arendt (1949/1989) analisa a condição do apátrida vivendo em constante transgressão à lei, pois, “constituía a anomalia não prevista na lei geral, era melhor que se convertesse na anomalia que ela previa: o criminoso” (p. 319). É através do crime que o apátrida recupera certa igualdade humana, já que “só como transgressor da lei pode o apátrida ser protegido pela lei” (p. 320). Através da prisão é que poderia se tornar quase um cidadão completo, deixando de ser o refugio da terra (Siqueira, 2016, p. 32).

No que se refere aos adolescentes autores de atos infracionais, não fosse pelo processo que os segrega, bem como pela exigência de que respondam por seus atos, tais sujeitos nunca seriam de alguma forma assistidos.

De um lado, a figura do mulçumano: extração radical da vida biológica dos indivíduos que os tornavam puros sobreviventes. É sobre essa condição de vida orgânica que as políticas públicas intervêm nos sujeitos: sobre as vidas contadas em números dos registros oficiais, sobre a vida não metaforizada, sobre a vivência não traduzida/transformada em *experiência*. De outro, a figura do apátrida: é por, *supostamente*, infringir a lei que esses indivíduos ganham algum estatuto de existência, assim como retoma Rosa (2016).

Mesmo que esses adolescentes não tenham perdido sua “pátria”, há nos testemunhos de Henrique e de sua família os desenraizamentos de suas histórias,

forjados nos apagamentos de narrativas e da capacidade de simbolização para as dinâmicas de violência que regem seus vínculos. Assim, poderíamos supor que o ato infracional e as exaustivas repetições de institucionalizações fizeram com que Henrique, de alguma forma, mesmo que precária, pudesse existir.

A íntima relação da trama familiar com as instituições de controle deu-lhe contornos, marcou suas subjetividades, produziu afetos e transmissões psíquicas entre gerações. O desenraizamento da trama no laço social produziu, por outro laço, o enraizamento institucional como forma de existência.

A procura por raízes, por símbolos, por narrativas que componham trajetórias, são de suma importância para a constituição do sujeito. René Kaës (2003) menciona o conceito de desenraizamento para falar sobre o mal-estar dos sujeitos na civilização contemporânea:

Aquilo que chamamos de pós-modernidade generalizou as experiências da transplantação, do exílio e do desenraizamento: ela acentuou a violência. Nesta experiência, nós somos confrontados não somente com o que há de estranho (estrangeiro) no outro, mas, primeiramente e sobretudo, com o que surge em nós de desconhecido, de indiferenciado e de estranhamento inquietante. Nossas referências identificatórias e nossas identificações se encontram modificadas. Nesta perspectiva, as falhas (failles) na segurança do ambiente são também uma experiência geradora de angústia, na medida em que a perda do código reatualiza os conflitos intrapsíquicos entre as tendências de amor e de ligação e as tendências de raiva e de desligamento (p.22).

Acredita-se que a noção de desenraizamento tenha sido primordial para pensarmos a trama familiar deste estudo. Talvez, mais importante ainda seja pensar no enraizamento desses sujeitos como aqueles que são *forjados* pelas instituições de

controle social. Assim, podemos questionar a dimensão de amparo, muitas vezes, ligada à ideia de que a instituição familiar fosse aquela que suportaria seus sujeitos até as últimas consequências. Também o amparo social encontra-se devastado, como se pode entrever nas narrativas de famílias como a que foi aqui analisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que pode o instrumental psicanalítico, criado para investigar a razão inconsciente do sofrimento individual diante do desafio de uma clínica do social?” (Kehl, 2016, p. 7). Faz-se necessário retomar essa pergunta, enunciada na introdução de nosso texto.

Assim como afirma Rosa (2016), para além da constatação dos efeitos devastadores dos discursos políticos e sociais contemporâneos direcionados às subjetividades-*resto*, a ética implica promover modificações nas estruturas sociopolíticas que sustentam essa condição, além da construção de novos discursos que desvelam o preço pago pelos sujeitos-restos, para que o “bom funcionamento” do laço social, regido pelos valores do neoliberalismo, seja sustentado.

A imbricação entre institucionalização e subjetivação da trama familiar analisada, neste estudo é, de certo modo, imagem do caos político-social contemporâneo e das precárias formas de sustentação e afirmação de redes de suporte e compartilhamento das experiências trágicas dos sujeitos.

Durante os contatos com os sujeitos da trama familiar, bem como com a rede institucional em que transita esses sujeitos, a pergunta “qual o lugar de Henrique?” teve, por intuito, mobilizar estranhamentos frente ao desamparo subjetivo, social e legal, em que ele, como tantos outros meninos, se encontram. Talvez o intuito tenha sido o de movimentar, ainda que minimamente, as crenças que naturalizam essa condição extremamente precária. As instituições de controle e defesa sociais sabiam que Henrique não teria para onde ir. Na verdade, parece que todos previam que ele voltaria para as ruas, para o crime. Nenhuma movimentação estava sendo feita, já que havia se

tornado maior de idade dentro da instituição, e, por consequência, “responsável por seus atos”.

Retomar a denúncia dos furos das políticas públicas – as quais acabam por sentenciar esses sujeitos enquanto sujeitos-dejetos – se faz imprescindível nesse momento tão dolorido na história do país. É importante olhar para a cena que se desenha e repete: um garoto que se tornou maior de idade, os portões da instituição abertos para a “liberdade”, a rua e nenhum amparo possível. A carência de políticas que amparem esses sujeitos é cínica. O Estado se retira de cena e sentencia: não há mais o que fazer.

Ainda assim, acredita-se que é por estar mergulhada nessa trama de discursos, afetos, ditos e não-ditos, que a psicanálise poderá produzir uma tensão frente às tecnologias institucionais e discursivas que subjetivam os sujeitos como *dejetos-sociais* – os quais, por outro lado, identificam-se com essa imagem, promovendo uma colagem.

Apesar de o acirramento da racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016) minar as possibilidades de articulações fraternais e de ajuda mútua, em meios de pertencimento dos sujeitos (trabalhadores, classes sociais, populações em situação de vulnerabilidade social, etc.), a psicanálise parece oferecer a possibilidade de testemunho aos sujeitos que sofrem em processos de desenraizamentos subjetivos e sociais.

É em função de sua potência de testemunho, de criação de sentido, de transformação do ato violento em simbolização, que a psicanálise “pressupõe um modelo alteritário de subjetividade, no qual os indivíduos sofredores possam dirigir ao outro sua demanda” (Birman, 2017, p. 192).

Dessa forma, a psicanálise deve – ou deveria –, fundamentalmente, insistir na resistência no solipsismo da dor, fazendo do *sofrimento* e de sua potência de alteridade

uma possibilidade outra, tramando, assim, resistências diante de discursos como “bandido bom é bandido morto”, ou “os pobres deveriam ser castrados”.

O termo resistência transita pela física, política e psicanálise. Na física, a lei de resistência versa sobre a ação oposta a outra ação. No campo da política, o termo é associado à luta contra a opressão. Em psicanálise, não se trata simplesmente de oposição, mas de dissimetria (Rosa, 2016, p. 76).

Resistir à precarização de subjetividades forjadas pela concepção institucional. Causar estranhamento às colagens identificatórias expressas por “sou um bandido, um preso qualquer”.

É preciso olhar para o que temos produzido, como sociedade, na contemporaneidade: desenraizamentos, fraturas simbólicas, individualização e culpabilização dos sujeitos por seus *fracassos*. Diante da premência do traumático, da queda das narrativas que sustentam os sujeitos, há que haver implicação ético-política de todos nós para a construção de redes que ergam a possibilidade de construção de compartilhamentos afetivos.

A escuta do caso construído alinhava, de certo modo, as narrativas despedaçadas dessa trama familiar violenta, mas também muito violada. A responsabilização dos sujeitos pela ética do desejo faz-se necessária, assim como o apontamento de que temos falhado com esses sujeitos.

Em tempos de acirramento das paixões, do ódio e do medo, na esfera político-social, a construção de resistências e barragens que façam frente aos discursos que radicalizam as desigualdades sociais e culpabilizam os sujeitos por suas formas de subjetivação faz-se imprescindível.

REFERÊNCIAS

- Alberti, S. *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos/Contra Capa, 2009.
- Altoé, S. Do Internato à Prisão: quem são os presidiários egressos de Estabelecimentos de Assistência à criança e ao adolescente? In: *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio* / Irene Rizzini... [et al]. – Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.
- Askofaré, S. Aspectos da Segregação. *A Peste*, São Paulo, v. 1, n.2, 2009
- Bandera, V. Práticas, leis e discursos modernizadores: o processo de construção do Código de Menores de 1927. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 9, n. 2, 2014.
- Birman, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência* / Joel Birman. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Birman, J. A problemática da verdade na Psicanálise e na genealogia. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 42.I., 2010.
- Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. *Estatuto da criança e do adolescente e legislação correlata* [recurso eletrônico] : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE*/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília, DF: CONANDA, 2006.
- Castro, J. E. O método psicanalítico e o estudo de caso. In: *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade* / Fuad Kyrillos Neto, Jaqueline Oliveira Moreira, organizadores. – Barbacena, EdUEMG, 2010.
- Ceccarelli, P. R. Violência simbólica e organizações familiares. In: *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* / organização: Terezinha Féres-Carneiro. – Rio de

- Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.
- Correa, O. B. R. Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(03), 35-45, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300004>
- Corrêa, M. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In: *História social da infância no Brasil* / Marcos Cezar de Freitas (org.). – 9. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.
- Côrtes, M. *Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença* / Mariana Côrtes. – Curitiba: Appris, 2017.
- Dardot, P.; Laval, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* / Pierre Dardot; Christian Laval; tradução Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- Donzelot, J. *A Polícia das Famílias* / Jacques Donzelot; tradução de M. T. da Costa Albuquerque ; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- Freitas, M. C. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: *História social da infância no Brasil* / Marcos Cezar de Freitas (org.). – 9. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.
- Freud, S. Escritores criativos e devaneios (1908 [1907]). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. – Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. O Estranho (1919/1996). *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira*. – Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (1920-1923) / Sigmund Freud ; tradução Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Freud, S. Por que a guerra? Carta a Einstein, 1932. In: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* / Sigmund Freud; tradução Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Foucault, M. A vida dos homens infames. In: *Estratégia, poder e saber* / Michel

- Foucault ; organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta ; tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 2. ed. – Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.
- Foucault, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)* / Michel Foucault; edição estabelecida por Michel Senellart; sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Foucault, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* ; tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.
- Goffman, E. *Manicômios, prisões e conventos* / Erving Goffman ; [tradução Dante Moreira Leire]. – São Paulo : Perspectiva, 2015.
- Gomes, I. C.; Zanetti, S. A. S. Transmissão Psíquica transgeracional e construção de subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. *Psicologia USP*, São Paulo, 2009.
- Gomes, L. R. S.; Neves, A. S. A clínica de família: interrogações sobre o traumático, a dinâmica vincular e a violência como organizadores do grupo familiar. *Estilos da Clínica*, 21, n. 1, São Paulo, jan/abril 2016. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i1p152-169>
- Kaës, R. O intermediário na abordagem psicanalítica da cultura. *Psicologia USP*, 14(3), 2003. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300003>
- Kehl, M. R. Em defesa da família tentacular. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Orgs.), *Direito de família e psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- Leite, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: *História social da infância no Brasil* / Marcos Cezar de Freitas (org.). – 9. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.
- Levi, P. *É isto um homem?* / Primo Levi; tradução de Luigi Del Re. – Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- Lévi-Strauss, C. *O olhar distanciado*. – (Perspectivas do homem; 24). Lisboa: Edições 70, abril de 2010.
- Magalhães, A. S.; Féres-Carneiro, T. Conquistando a herança: sobre o papel da

- transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: *Família e casal: efeitos da contemporaneidade / organização: Terezinha Féres-Carneiro*. – Rio de Janeiro: ED. PUC-Rio, 2005.
- Magtaz, A. C.; Berlinck, M. T. O caso clínico como fundamento da pesquisa em Psicopatologia Fundamental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 15, n. 1, 2012.
- Marcílio, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil 1726-1950. In: *História social da infância no Brasil / Marcos Cezar de Freitas (org.)*. – 9. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.
- Nascimento, M. B. Alienação, separação e travessia da fantasia. *Opção Lacaniana Online nova série*. Ano 1., n. 1., 2010.
- Neves, A. S. *Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos / Anamaria Silva Neves*. – Uberlândia, EDUFU, 2008.
- Quagliatto, T. *A genealogia da infância marginal no Brasil: o governo do impossível*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Tassiana Machado Quagliatto, 2017.
- Queirós, B. C. *Por parte de pai / Bartolomeu Campos Queirós; projeto gráfico e capa de Paulo Bernardo Vaz*. – Belo Horizonte: RHJ, 1995.
- Rassial, J. J. *O adolescente e o psicanalista / Jean-Jacques Rassial; tradução Lêda Mariza Fischer Bernardino*. – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- Rizzini, I.; Celestino, S. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da Funabem. In: *História social da infância no Brasil / Marcos Cezar de Freitas (org.)*. – 9. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.
- Rosa, M. D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento / Miriam Debieux Rosa*. – São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.
- Roudinesco, E. *A família em desordem*. Tradução André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- Santos, T. C.; Bemfica, A. G. Anonimato e especularidade: uma leitura da relação entre

a errância e ato infracional na adolescência. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 2017. <http://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2017v1p.51>

- Siqueira, F. G. *Inimigo íntimo: um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise* / Fídias Gomes Siqueira, 2016. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.
- Vicentin, M. C. G.; Gramkow, G., Rosa, M. D. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciários. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 20(1), 2010.
- Vorcaro, A.; Mazzini, C. A.; Monteiro, J. P. Ato infracional e a metáfora paterna. *Psicologia: Teoria e Prática*, vol. 10, n. 2, p. 135-146. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2008.
- Vorcaro, A. Psicanálise e o método científico: o lugar do caso clínico. *In: Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade* / Fuad Kyrillos Neto, Jaqueline Oliveira Moreira, organizadores. – Barbacena, EdUEMG, 2010.
- Xavier, R. B. T.; Ferreira, C. V. L.; Paravidini, J. L. L. Adolescentes em conflito com a lei: função materna e a transmissão do nome do pai. *Revista Mal estar e Subjetividade* – Fortaleza – vol. XI, n. 1 – p. 41-64. Março 2011.